

**LÍNGUAS, SUJEITOS E SENTIDOS:  
O JORNAL NAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS  
NO FINAL DO SÉCULO XIX, INÍCIO DO SÉCULO XX**

**por**

**Sara dos Santos Mota**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Eliana Rosa Sturza**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**LÍNGUAS, SUJEITOS E SENTIDOS:  
O JORNAL NAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS  
NO FINAL DO SÉCULO XIX, INÍCIO DO SÉCULO XX**

elaborada por  
**Sara dos Santos Mota**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Estudos Linguísticos**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Eliana Rosa Sturza, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

**Valesca Brasil Irala, Dr. (UNIPAMPA)**

**Amanda Eloina Scherer, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 10 de fevereiro de 2010.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof.<sup>a</sup> Eliana, por acreditar em mim e apontar direções para que eu pudesse amadurecer sempre mais no decorrer do caminho acadêmico trilhado até aqui.

A minha família, Vera, Antonio e Samuel, por compreender minhas ausências e ter sempre palavras e gestos de amor e de incentivo durante o cumprimento de cada etapa.

Às amigas Regina, Geice e Tânia, pela grande amizade significada em atitudes de apoio e dedicação nos momentos que necessitei.

Ao Rafael, por me amparar e transmitir confiança.

Ao amigo Eduardo Rouston (“Paulista”), por me mostrar uma face da história do Rio Grande do Sul que eu desconhecia.

À D. Jurema Cagianni, por abrir as portas do Museu Folha Popular e me receber, permitindo que eu levasse adiante minha pesquisa.

Aos colegas do Entrelínguas e do Laboratório Corpus, pela oportunidade de partilhar proveitosas experiências acadêmicas.

Aos funcionários do PPGL, Jandir e Irene, sempre atenciosos e disponíveis.

Às pessoas que de algum modo contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível, os meus sinceros agradecimentos.

*(...) lo que para el centro es exótico, para nosotros familiar; lo que para el Estado Nación es extranjero, para nosotros, vecino; lo que las gramáticas distinguen, nosotros lo usamos mezclado, pues también en el habla atravesamos fronteras, y a la vez, las fronteras nos atraviesan en continuidad.*

*(ANA MARÍA CAMBLONG)*

*Yo no sé de dónde soy,  
mi casa está en la frontera,  
y las fronteras se mueven,  
como las banderas (...)*

*(JORGE DREXLER)*

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **LÍNGUAS, SUJEITOS E SENTIDOS: O JORNAL NAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS NO FINAL DO SÉCULO XIX, INÍCIO DO SÉCULO XX**

AUTORA: SARA DOS SANTOS MOTA

ORIENTADORA: ELIANA ROSA STURZA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 10 de fevereiro de 2010.

Esta dissertação centra-se na região de fronteira constituída pelas cidades de Santana do Livramento e Rivera (Brasil-Uruguai), considerando o período compreendido entre os anos finais do século XIX e os iniciais do século XX. Na época, essas comunidades encontravam-se em processo de urbanização e industrialização e as relações comerciais entre suas populações eram intensas, colocando em circulação sujeitos e línguas. Para tratar da relação sujeito-língua em um espaço fronteiriço, questionamos o conceito de “fronteira” e sua imbricação com as noções de “espaço” e “território” fundamentando-se em áreas dos estudos geográficos como a geopolítica e a geografia humana. Ao considerar diversas formas de apropriação do espaço que se constroem nas práticas vivenciadas entre as populações que habitam essa região de fronteira, chegamos à definição de “território fronteiriço”, caracterizando-as enquanto “novas territorialidades” que transformam a fronteira em espaço socialmente apropriado e mutuamente compartilhado. Uma vez definido o “território fronteiriço”, o caracterizamos historicamente, abarcando o período de municipalização das referidas cidades até os primeiros anos do século XX. Posteriormente, retomamos os trabalhos desenvolvidos sobre o contato linguístico Português-Espanhol na região fronteiriça do Uruguai com o Brasil pelos pesquisadores da *Lingüística Fronteriza*, traçando um percurso dessas pesquisas e apontando novas formas de tratar tais línguas enquanto objeto de estudos linguísticos ao nos inscrevermos teoricamente na Semântica da Enunciação. Ao considerar o jornal como um espaço em que as relações fronteiriças se materializam, abordamos a relação entre sujeitos e línguas enunciadas nesta fronteira a partir do recorte de textualidades publicadas em periódicos santanenses, como anúncios comerciais. Ao analisá-los, seguindo diferentes perspectivas de análise nas sequências enunciativas selecionadas, procuramos interpretar os sentidos que se constituem para as línguas e para a fronteira quando as línguas são distribuídas politicamente pelos falantes que as enunciam no território fronteiriço em tais condições sócio-históricas.

Palavras-chave: território fronteiriço; jornal; relação sujeito-língua; fronteira; sentidos.

## ABSTRACT

Master Thesis  
Post-Graduation Program in Languages  
Federal University of Santa Maria

### **LANGUAGES, SUBJECTS AND SENSES: THE ROLE OF NEWSPAPERS IN BORDERLINE RELATIONS AT THE END OF XIX CENTURY AND BEGINNING OF XX CENTURY**

AUTHOR: SARA DOS SANTOS MOTA  
ADVISER: ELIANA ROSA STURZA

Date and Place of Defense: Santa Maria, February the 10<sup>th</sup> of 2010.

This study focus on the borderline region that is constituted by the cities of Santana do Livramento and Rivera (Brazil-Uruguay), considering the period between the late years of the XIX century and the early years of the XX century. At that time, such communities were in urbanization and industrialization processes and trading relations between both populations were intense, which provided the exchange of subjects and languages. In order to approach subject-language relation in a bordering space, we explored the conception of “border” and its links to the notions of “space” and “territory” based on areas of Geographic Studies such as Geopolitics and Human Geography. Since we consider many ways of space appropriation, that are built in practices experienced by the populations which inhabit such bordering region, we came to a definition of “bordering territory”, featuring them as “new territorialities” that transform the borderline place into a socially appropriate and mutually shared space. Once we defined “bordering territory”, we historically characterize it, having into account the period of municipalization of the referred cities until the early years of the XX century. Afterwards, we review studies on Portuguese-Spanish linguistic contact in the bordering region Uruguay-Brazil by *Lingüística Fronteriza* researchers, following the path of such studies and pointing to new ways of treating such languages as linguistic study objects, especially to Enunciation Semantics in which this study is inserted. Considering the newspaper a space in which bordering relations materialize, we approached the relationship of subjects and languages, enunciated in such borderline, from advertisement textual fragments published in newspapers from Santana do Livramento. In our analysis, we followed different perspectives on the selected enunciate sequences and we aimed to interpret the senses constituted by the languages and for the borderline linguistic environment when languages are politically distributed by speakers that enunciate them in the bordering territory in such socio-historical conditions.

Key-words: bordering territory; newspaper; subject-language relation; borderline; senses.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 ESPAÇO, TERRITÓRIO, FRONTEIRA: UMA POSSÍVEL IMBRICAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Domínio e apropriação do espaço: o surgimento do território.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Fronteira: do limite à integração.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2.1 Novas territorialidades: a fronteira como território.....</b>	<b>21</b>
<b>2 NO “IR” E “VIR”: A CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 A povoação da fronteira e o predomínio brasileiro no norte do Uruguai: Ignorando limites.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 A revolução federalista: <i>más allá de la divisa</i>.....</b>	<b>31</b>
<b>2.3 Santana do Livramento e Rivera, um espaço contíguo: o nascimento de cidades gêmeas e o lugar do comércio.....</b>	<b>33</b>
<b>3 ENUNCIÇÃO E LÍNGUAS DE FRONTEIRA.....</b>	<b>46</b>
<b>3.1 Língua, sujeito e sentido: por um viés da Semântica da Enunciação.....</b>	<b>46</b>
<b>3.2 Espaços de Enunciação e Espaço de Enunciação Fronteiriço.....</b>	<b>50</b>
<b>3.3 Estudos sobre línguas na/de Fronteira: o traçado de um percurso.....</b>	<b>53</b>

<b>4 LÍNGUAS EM RELAÇÃO NO ESPAÇO DO JORNAL: O ENUNCIAR NA FRONTEIRA E A EMERGÊNCIA DE SENTIDOS.....</b>	<b>62</b>
<b>4.1 A imprensa no nascer do século XX e o lugar do jornal nas relações fronteiriças.....</b>	<b>63</b>
<b>4.2 Recortando o arquivo: a constituição do corpus de pesquisa a partir de jornais santanenses datados do final do século XIX, início do XX.....</b>	<b>67</b>
<b>4.3 Jornais santanenses em circulação na fronteira no final do século XIX, início do século XX: breve caracterização.....</b>	<b>68</b>
<b>4.4 O jornal no território fronteiriço: perspectivas de análise.....</b>	<b>74</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>101</b>



## INTRODUÇÃO

Habitar a fronteira é habitar um mundo dinâmico “*en el que se manejan distintas monedas, distintas lenguas, más de una documentación personal, se compra y se vende, se llora y se ríe, se ama y se odia en movimientos continuos de un lado al otro*” (CAMBLONG, 2006).

Nascer e viver em Santana do Livramento me permitiu estar nesta condição singular: a de ser fronteiriça. Condição que foi sendo percebida à medida em que os contatos sociais próprios desse “habitat” foram sendo estabelecidos. Situada ao sudoeste do Rio Grande do Sul (Brasil), essa cidade está separada da vizinha cidade uruguaia de Rivera apenas por uma linha imaginária, simbolizada pelos marcos que, fixados ao longo da rua que separa Santana de Rivera, desenham o limite entre os dois países. Na prática, muitas vezes esse marcos são ignorados ou passam despercebidos, pois o dia-a-dia dessa fronteira está caracterizado por constantes movimentos, cruzamentos que vão de um lado a outro, tornando a rua que as divide um corredor de intensa transição.

Por outro lado, reconhecer-se como fronteiriço implica não só se perceber vivendo em uma posição geográfica confinante, mas estar sujeito a contatos e influências impossíveis para habitantes de outros lugares. Entre os elementos que simbolizam o universo fronteiriço, as línguas foram os mais significativos para que eu me reconhecesse enquanto *da fronteira*, pois não apenas as pessoas cruzam a linha, mas também as línguas. Como santanense e filha de pais brasileiros, o Espanhol para mim era a língua dos *hermanos* uruguaios, a que me diferenciava dos *riverenses*, pois a crença de que “no Brasil só se fala Português” ainda me ludibriava. Ao mesmo tempo, era uma língua que estava ali, ao lado, próxima, à espera, pronta para me interpelar nos mais diferentes momentos e meios. Ao ser alfabetizada,

contei também com livros infantis em Espanhol, presenteados por professores uruguaios, amigos de meus pais; ao ligar o rádio, podia escolher entre rádios de Santana e rádios de Rivera e, numa mesma emissora, escutar músicas em ambas as línguas; frequentar um curso de inglês em Rivera colocou-me em contato também com o Espanhol ao interagir com meus colegas uruguaios. Festas de aniversário, passeios familiares no fim de semana, um mate com os amigos na *Sarandí*<sup>1</sup>, tudo fazia significar esta realidade própria da fronteira, em que línguas diferentes dividem um mesmo espaço.

Esta relação com a Língua Espanhola levou-me a optar, posteriormente, pela graduação em Letras-habilitação em Espanhol e respectivas literaturas (UFSM). No ano de 2005, vivenciei uma primeira experiência como pesquisadora ao realizar um trabalho de campo nas cidades de Livramento e Rivera com falantes de Espanhol, que resultou na monografia de conclusão de curso intitulada “O Voseo no Espanhol falado na Fronteira (Rivera-Livramento)”.

Em 2006, no final do curso, tive a oportunidade de participar do projeto de pesquisa “Memória e espaços discursivos das línguas de fronteira” (GAP/CAL N° 019324), ampliando minha compreensão sobre as relações na fronteira, o que me conduziu para o reconhecimento de outras práticas linguísticas como os DPU<sup>2</sup> e o Portunhol<sup>3</sup>. Com o projeto, pretendia-se, a partir da organização de um corpus de documentos oficiais e não oficiais de cidades fronteiriças do Brasil com a Argentina e o Uruguai, analisar a constituição de um espaço discursivo das práticas linguísticas fronteiriças. Posteriormente, as reflexões expandiram-se, motivando a elaboração do projeto de dissertação inicialmente denominado “Os espaços de circulação e os espaços discursivos: uma historicização das Línguas de Fronteira em Livramento-Rivera” (GAP/CAL N° 023166). Este último desenvolveu-se seguindo a proposta do projeto “Línguas de Fronteira”, vinculado ao programa de pós-graduação em Letras, de escrever uma história das línguas de fronteira (STURZA, 2006), considerando os seus espaços de circulação nas regiões limítrofes do Brasil com os países rio-platenses a partir da municipalização das comunidades fronteiriças.

---

<sup>1</sup> *Sarandí*: avenida principal situada no centro da cidade de Rivera.

<sup>2</sup> “*Dialectos Portugueses del Uruguay*” (ELIZAINCÍN, BEHARES y BARRIOS, 1987).

<sup>3</sup> A designação “Portunhol” (ou *Portuñol*) é utilizada pelos falantes da fronteira para referir à prática linguística decorrente da “mistura” do Português com o Espanhol. Ao mesmo tempo, é também empregada em outros contextos, como os de aquisição de Espanhol ou Português como línguas estrangeiras ou como segundas línguas, servindo para referir estágios de aprendizagem dessas línguas. No entanto, no que se refere ao caso da fronteira, esta prática pode ser identificada com uma das variedades do que pesquisadores denominaram *Fronterizo* (RONA, 1965) ou *DPU*.

Situada na linha de pesquisa “Língua, sujeito e história”, na qual se discute a relação entre línguas e sujeitos, a dissertação que desenvolvemos toma como perspectiva teórico-metodológica os estudos enunciativos, sem deixar de recorrer ao aporte de outras áreas do conhecimento quando necessário, como os estudos geográficos e históricos.

Pensar nas línguas que se encontram na zona fronteiriça do Brasil com o Uruguai, entre elas o Português e o Espanhol, situando-nos no lugar teórico dos estudos enunciativos, permite lançar outro olhar sobre esse objeto de pesquisa. Situações de circulação e contato de línguas em espaços diferenciados como os das fronteiras têm sido assunto corrente nos estudos sociolinguísticos variacionistas. Ao assumir uma perspectiva enunciativa, passamos a considerá-las em seu conjunto, refletindo sobre seu funcionamento e a relação dessas línguas com os sujeitos que as praticam, colaborando para elaborar uma história da presença de tais práticas linguísticas na fronteira. Na língua e sobre a língua, apontamos uma nova leitura para história das sociedades fronteiriças.

Compreendendo que as condições sócio-históricas incidem sobre o funcionamento das línguas, pretendemos investigar como, ao circularem, as línguas são distribuídas politicamente na fronteira meridional do Brasil, constituindo sentidos. Para tal, escolhemos a região fronteiriça formada pelas cidades de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) caracterizada por um Espaço de Enunciação<sup>4</sup> (GUIMARÃES, 2005) próprio, em que as línguas praticadas organizam-se e significam politicamente uma relação entre línguas e sujeitos, não sendo igual em outras situações de contato linguístico e, nem mesmo, em outros espaços enunciativos das línguas que aí se relacionam, quando essas funcionam apenas como línguas nacionais do Brasil (Português) e do Uruguai (Espanhol).

Segundo Sturza (2006), tradicionalmente, a chamada *Lingüística Fronteriza*<sup>5</sup>, que reúne estudos de pesquisadores da *Universidad de la República* (Montevideu/ROU) em torno da presença do Português no Uruguai, tem se ocupado em estudar o contato dessa língua com o Espanhol, principalmente, na região norte

---

<sup>4</sup> A definição para esse conceito encontra-se na terceira seção deste trabalho.

<sup>5</sup> Importante conjunto de trabalhos produzidos por pesquisadores, em sua maioria, filiados à *Universidad de la República* (UDELAR/Montevideu-ROU), que tratam, sobretudo, da presença histórica do Português em território uruguaio e do surgimento de práticas linguísticas decorrentes do contato desta língua com o Espanhol.

do país. O primeiro trabalho que aponta o surgimento de um dialeto originado a partir desse contato é o estudo de José Pedro Rona, *Dialecto Fronterizo del Norte del Uruguay* (1965), seguido de outras pesquisas que configuram uma sólida produção de conhecimento sobre o assunto por parte da comunidade científica uruguaia.

Bertolotti et al (2005), em *Documentos para la Historia del Portugués en el Uruguay*, em um estudo que evidencia a presença histórica do Português em contato com o Espanhol no território uruguaio, recorrem a diversas fontes documentais originais datadas do século XIX, organizando um corpus composto por diferentes documentos, tais como: cartas formais e informais, testamentos, inventários, anúncios da imprensa, cartas particulares publicadas em jornais, etc. Para realizar o levantamento de produções escritas em Língua Portuguesa, foram consultados os acervos de museus, arquivos e bibliotecas localizadas no Uruguai; e também do *Museu Folha Popular* em Santana do Livramento (Brasil). Nesse local, situado em território brasileiro, os estudiosos atentam para a presença da Língua Espanhola em jornais santanenses do final do século XIX e princípio do XX, embora não incluam estes documentos no corpus de sua pesquisa.

Ao analisar a circulação e os modos de distribuição<sup>6</sup> das línguas na fronteira sul do Brasil, sob a ótica dos estudos enunciativos, contribuímos para a construção de uma história da presença da Língua Espanhola no espaço de enunciação do Português, assunto pouco investigado pela linguística brasileira que, em grande parte dos trabalhos que têm abordado a questão, costuma tratar dessas línguas na perspectiva da Sociolinguística Variacionista. O estudo por nós realizado insere-se em um *continuum* de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sob a égide do projeto Línguas de Fronteira (PPGL/UFSM), pesquisa que mapeia as relações entre línguas e sujeitos nas regiões de fronteira do Brasil com os países do Prata, entre os quais se encontram Fernandes e Sturza(2007) e Alvarez(2008). Assim, para tratar da circulação das línguas e interpretar seus modos de distribuição, procedemos à análise de anúncios publicados em jornais editados, em sua maioria, em Santana do Livramento nos anos finais do século XIX, início do XX.

---

<sup>6</sup> Ao falarmos em modos de distribuição das línguas, estamos nos referindo a uma organização própria projetada no próprio dizer, que se da na enunciação do falante fronteiriço. Essa distribuição atribui sentido às línguas e aos sujeitos, pois as hierarquiza, conferindo lugares políticos a seus falantes.

Este trabalho organiza-se em quatro momentos: no primeiro, apresentamos as concepções de pesquisadores que produzem conhecimento, principalmente, situados nos estudos geográficos acerca das noções de espaço, território e fronteira, buscando promover uma reflexão que nos permita compreender a imbricação existente entre tais noções e sua relação com a zona fronteira formada por Santana do Livramento e Rivera, os sujeitos que nela vivem e as línguas aí praticadas.

No segundo momento, fazemos uma breve contextualização do período que circundou a formação e o estabelecimento das comunidades fronteiriças do sul do Brasil, destacando os acontecimentos que nos parecem mais importantes para uma história das relações na fronteira, em consonância com os objetivos deste estudo.

No terceiro momento, explicitamos as concepções teóricas que norteiam o desenvolvimento do trabalho, enumerando os conceitos adotados, bem como, a forma de compreender noções basilares como as de língua, sujeito, enunciação, espaço de enunciação, etc. Também traçamos um percurso das principais pesquisas linguísticas realizadas sobre o contato das línguas Portuguesa e Espanhola na região de fronteira Uruguai-Brasil.

No quarto momento, detalhamos como estamos considerando os jornais enquanto documentos de registro de uma memória da fronteira que constituem um arquivo, quais os critérios utilizados para a definição do corpus e as categorias que compõem o dispositivo analítico e as perspectivas de análise adotadas. Em seguida, apresentamos as textualidades que constituem o recorte submetido à análise e, então, nossa interpretação sobre os modos de distribuição das línguas na fronteira e os sentidos mobilizados ao serem enunciadas no espaço do jornal no período delimitado.

Assim, procuramos apresentar nossa contribuição para os estudos fronteiriços e para a história da circulação do Português e do Espanhol na fronteira sul do Brasil, explorando modos de significar dessas línguas na enunciação ao entrarem em relação com os falantes que habitam e constituem-se pelo território fronteiro.

# 1 ESPAÇO, TERRITÓRIO, FRONTEIRA: UMA POSSÍVEL IMBRICAÇÃO

Para tratar da circulação das línguas em Santana do Livramento-Rivera no início do século XX, seguindo os pressupostos aos quais nos filiamos, faz-se necessário, primeiramente, abordar alguns conceitos que nos parecem fundamentais para discutir a relação entre línguas e sujeitos nessa fronteira.

Partindo, principalmente, de pesquisadores que enunciam do lugar dos estudos geográficos, como Martin (1997), Santos (2002), Hissa (2002), Haesbaert e Limonad (2007); procuramos mostrar como a noção de **fronteira** está fortemente imbricada às de **espaço** e **território**, na medida em que tais noções se atravessam, complementam-se e confrontam-se. Buscar o entendimento dessa imbricação parece-nos imprescindível, já que acreditamos que a relação entre sujeitos e línguas na fronteira constitui-se permeada por sua relação com o espaço e/ou território como uma construção geopolítica e sócio-histórica.

## 1.1 Domínio e apropriação do Espaço: o surgimento do Território

Quando tratamos de encontrar uma definição para **território**, centrando-nos no âmbito dos estudos geográficos, deparamo-nos com diversas acepções, pois emergem a partir de vertentes que possuem diferentes abordagens conceituais. Haesbaert e Limonad (2007) apresentam um resgate histórico das concepções de território, relacionando-as às principais mudanças em curso decorrentes do processo de globalização surgido no final do século XX.

Quanto à conceitualização desses processo, Haesbaert e Limonad (2007, p.41) o define de forma articulada à idéia de diversos estudiosos. Entre as definições apresentadas, a globalização é vista como “produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo” e referindo-se a “processos econômico-tecnológicos”. Nesse sentido, pode diferenciar-se, segundo alguns autores, de “mundialização”, empregada geralmente em referência a “processos de ordem cultural”.

A partir das reflexões desses estudiosos, iniciamos por considerar a concepção de território ligada à Geopolítica, em que território é compreendido como

“um espaço delimitado e controlado sobre/por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente de caráter estatal” (2007, p.45). Como podemos perceber, essa noção atrela-se à de espaço, em uma relação de derivação, na qual o território seria um espaço dominado, com limites definidos, subordinado a formas de regulação. Desse modo, espaço pode ser compreendido como um território não-regulado, de limites imprecisos, diluídos, sob o qual não se exerce controle ou vigilância. O espaço, ao mesmo tempo, antecede e contém o território.

Geiger (2002, p.235), ao discutir este conceito, por um viés mais aproximado à geografia humana, aponta que pode indicar uma “extensão terrestre”, que entendemos como sendo o espaço, porém submetida “a uma relação de poder, de posse, de um grupo social sobre esta extensão terrestre”.

Essas primeiras concepções levam-nos a questionar como o espaço torna-se território. Para isso, seguindo Haesbaert e Limonad (2007), distinguiremos entre **domínio** e **apropriação**. Para esses autores (2007, p.42), “O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado”.

Adotando essa distinção, retomamos a noção de território ligada à geopolítica, que concerne à esfera do domínio. Para essa área da geografia, é através da ação do Estado que o território tem seus limites definidos, seus contornos políticos estabelecidos, sendo também através dela que são engendradas formas de regulação desse espaço.

Historicamente, a noção de território passa a identificar-se com a de Estado em decorrência das transformações ocorridas na modernidade e do surgimento dos estados nacionais. A partir de então, o território cobra grande importância, pois constitui um dos elementos que consolidam um Estado-nação. Segundo Souza (2002, p.27), apoiada nas palavras de Santos (1990), um estado nacional “é formado essencialmente de três elementos: 1. O território; 2. Um povo; 3. A soberania.” O espaço onde o Estado exercita seu poder, ou seja, exerce sua soberania é demarcado pela noção de território. De acordo com Zambrano (2001, p.17)”. A soberania é a ação de domínio sobre o espaço de pertencimento” [tradução nossa], ou seja, o território. Conforme Souza (2002, p.15), o nascimento do Estado-nação conferiu ao território uma dimensão “jurídico-política”, sendo o último a “base” e o “fundamento” do primeiro. Essa idéia mantém-se nos dias de hoje, embora o

conceito de Estado-nação tenha sido repensando por muitos estudiosos em função do crescente processo de globalização(e/ou mundialização).

Ao tratar do conceito de território e suas definições, Geiger (2002) propõe uma conceituação baseada no pensamento do sociólogo Henry Lefèbvre, para quem uma das maneiras de se produzir um conceito é através das “sensações imediatas”, percebidas psicologicamente. Conforme Geiger (2002, p.35), “Contendo limites de soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição, o território transmite psicologicamente a sensação de fechamento.” Entretanto, o conceito de espaço mostra-se mais abrangente, incluindo o território. O espaço transmite, psicologicamente, “a sensação de abertura” (GEIGER, 2002, p.236).

Considerando o exposto até aqui, entendemos que o Estado marca-se como um lugar de poder, de controle, da organização, da determinação e manutenção dos limites políticos do território; constituindo uma unidade. Ao tomarmos a outra forma pela qual o espaço se converte em território, a **apropriação**, evidencia-se uma dimensão ligada ao simbólico e à relação estabelecida entre sociedade e espaço. Corrêa (2002, p.251) irá discorrer sobre o significado dessa apropriação, que, segundo o estudioso, está vinculado ao “controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço”. Assim, a idéia de apropriação pode também estar ligada à de domínio, entendido no sentido da geopolítica.

Seguindo o mesmo pesquisador, por outro lado, apropriação pode adquirir uma “dimensão afetiva”, resultante das práticas vivenciadas por diferentes grupos sociais em sua relação com o espaço. Nessa perspectiva, o conceito de território vincula-se à geografia humana, “privilegiando os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares” (CORREA, 2002, p. 251).

Destarte, o território pode ser concebido como resultante da apropriação do espaço, sendo esta compreendida em sua dimensão política, ligada ao domínio; e, em sua dimensão afetiva, vinculada às formas simbólicas através das quais os sujeitos relacionam-se com o espaço.

Centrando-nos novamente na concepção geopolítica do território, ou seja, entendo-o como um espaço politicamente delimitado, circunscrito ao domínio do Estado, é que passamos a tratar o conceito de **fronteira**. Porém, cabe antes abordar outra noção, a de **territorialidade**, pois esta é fundamental quando se trata da apropriação do espaço e sua transformação em território.



Segundo o Haesbaert e Limonad (2007, p. 44), considerar o território em uma visão geopolítica, consiste em concebê-lo “enquanto espacialidade social contida por limites e fronteiras sob o estatuto de um Estado-nação”. Nesse sentido, a territorialidade surge como “a estratégia geográfica para controlar/atingir a dinâmica de pessoas, fenômenos e relações através da manutenção do domínio de uma determinada área.” Desse modo, a territorialidade constitui-se por elementos/mecanismos que permitem a apropriação do território e a sua conservação. Segundo Corrêa, a noção de territorialidade refere-se

ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas (2002, p. 252).

Entre as práticas mencionadas, a definição dos limites de um território requer sua materialização, que se faz, entre outras formas, por sua demarcação (MARTIN, 1997). Demarcar os limites de um território implica, conseqüentemente, a instauração de uma fronteira, conceito que nos interessa aprofundar. Para abordá-lo teoricamente, além de trazer as reflexões de autores situados no campo da Geografia, introduzimos o aporte de outros campos do saber.

## 1.2 Fronteira: do limite à integração

Conforme Martin (1997), é recorrente o emprego de **limite** e **fronteira** como sinônimos, confundindo-se, entrecruzando-se. Para o autor, é importante estabelecer uma diferenciação já que, atualmente, o limite é compreendido como uma linha, e, portanto, distingue-se de fronteira, já que esta pode ocupar uma faixa, formando uma zona passível de ser habitada, ao contrário do limite.

De acordo com Hissa,

o limite é algo que se insinua entre dois ou mais mundos, buscando sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não pode permanecer ligado. O limite insinua a presença da diferença e sugere a necessidade da separação (2002, p.19).

Assim, a separação imposta pelo limite compele para um reconhecimento da fronteira enquanto símbolo da divisão política entre dois territórios. No caso da

fronteira na qual se centra nosso estudo, distinguem-se os territórios pertencentes ao Brasil e ao Uruguai.

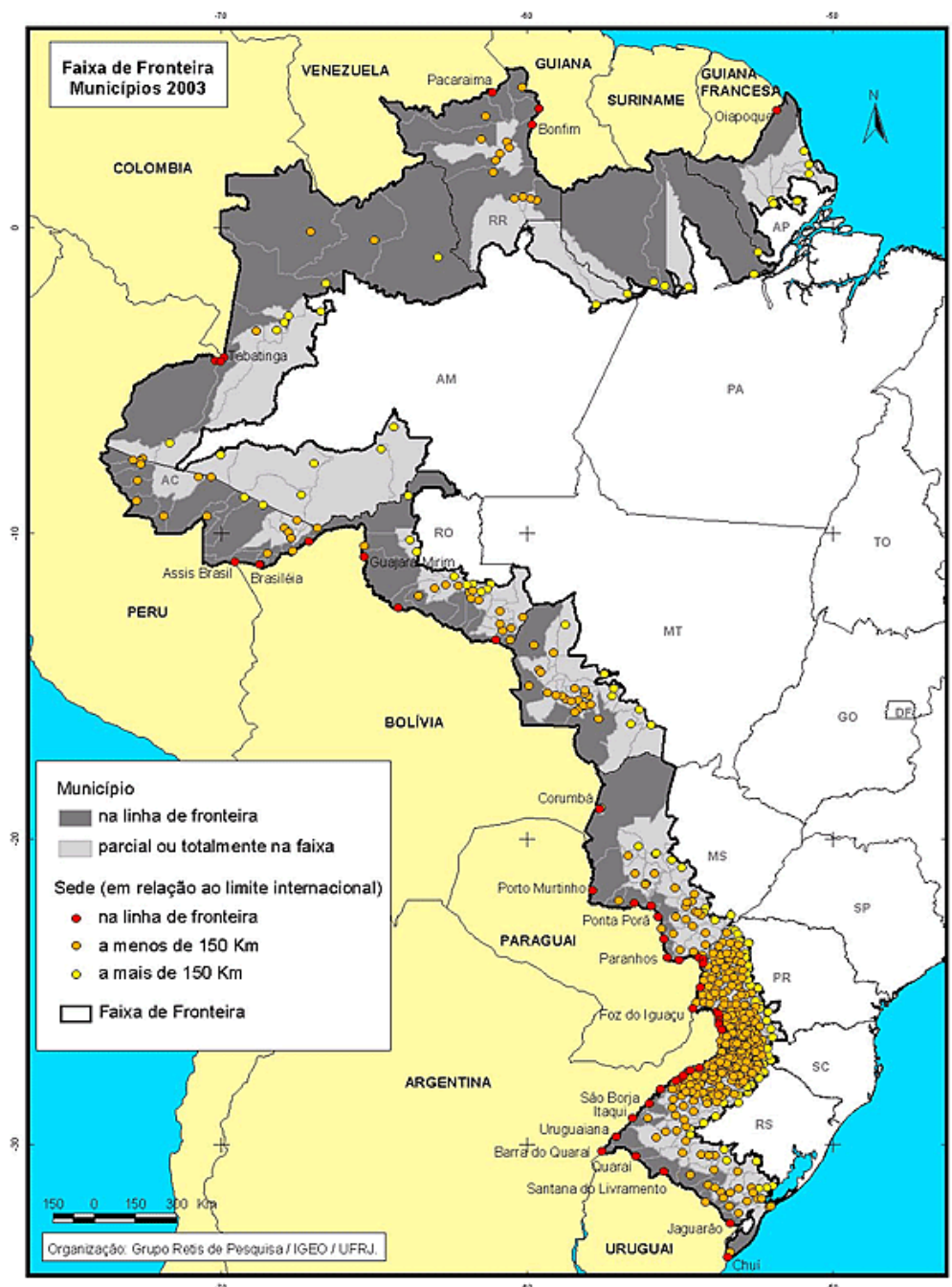
Segundo Martin (1997), o limite de um Estado é materializado na superfície por diferentes objetos, podendo ser naturais ou artificiais. Os marcos fixados por intervenção humana, por exemplo, sinalizando os contornos de um território, constroem uma linha que é imaginária. Conforme Hissa (2002, p.34), “O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios”. Ao discutir a questão das fronteiras territoriais tomadas enquanto demarcação territorial dos Estados-Nação democráticos contemporâneos, o filósofo político Kymlicka (2006, p. 45) afirma que as fronteiras “*no solamente circunscriben jurisdicciones, sino que también definen ‘pueblos’ o ‘naciones’ que forman una comunidad política común, y que comparten un lenguaje nacional, cultura e identidad comunes.*” A partir dessas considerações, entendemos que o limite não só determina a separação entre territórios, mas também implica uma diferenciação entre sujeitos, pressupõe a presença de um ‘outro’ do qual um ‘eu’, que habita de um dos lados da fronteira, deve reconhecer-se como distinto, como diferente.

Por outro lado, conforme propõe Martin (1997), fronteira opõe-se ao limite por compreender uma ‘zona’<sup>7</sup>, podendo ser habitada. No caso do Brasil e do Uruguai, o primeiro prevê, constitucionalmente, a determinação de uma **faixa de fronteira** abarcando toda a extensão territorial em que limita com outros países. Conforme a Constituição Federal de 1988, Art. 20, § 2º, recebe esta denominação “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres”. A área compreendida é considerada “fundamental para a defesa do território nacional”, cabendo ao Conselho de Defesa Nacional deliberar sobre sua ocupação e utilização. Já o segundo não dispõe, oficialmente, de nenhuma delimitação semelhante. Navarrete (2006, p.9), ao tratar da região fronteira uruguaio-brasileira pelo viés das Ciências Sociais, afirma: “*A diferencia de otros países de la región que aplican una demarcación territorial protegida, Uruguay no tiene una legislación que determine una faja fronteriza*”. Segundo Abreu (2008), assessor militar da Secretaria de Política Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, encontra-se em discussão no Uruguai uma legislação que estabeleceria, então, uma faixa de

---

<sup>7</sup> Optamos por utilizar *zona* e *região* como sinônimos, empregando indistintamente esses termos.

fronteira, compreendendo 50 km, motivada por questões ligadas à posse de terra e à preservação do meio ambiente. Conforme o autor, a faixa de fronteira brasileira (Mapa 1) compreende 588 municípios, pertencentes a 11 estados diferentes, e representa, aproximadamente, 27 % do território nacional.



Mapa 1 – Faixa de fronteira do Brasil  
Fonte: site do Ministério da Integração Regional

Ao ser tomada como 'zona/região', entendemos que a fronteira revela sua dimensão integradora e social, já que os sujeitos que nela vivem podem relacionar-se e estabelecer trocas de diferentes ordens: sociais, econômicas, culturais, linguísticas, etc. Assim reconhecida, a fronteira revela a possibilidade de mobilidade, de contato, de integração; que se dá em distintas esferas. Nesse sentido, Martin (1997, p.51) define fronteira “enquanto lugar em que se realizam os contatos com o exterior, isto é, onde duas comunidades políticas se encontram.” Não obstante, na região fronteira, o contato está sujeito aos obstáculos jurídicos ou físicos que surgem como barreiras contrárias à circulação.

Como podemos perceber, a fronteira pode ser significada de duas maneiras: uma mais voltada à separação, à divisão política entre estados, simbolizada pela materialização do limite; e outra, direcionada para integração, à interface; relacionada, sobretudo, às trocas e fluxos estabelecidos que confluem para a constituição de uma região/zona. De acordo com Hissa (2002, p.36), “o que foi concebido para pôr fim, para delimitar territórios com precisão como se fosse uma linha divisória, espraia-se em uma zona de interface e de transição entre dois mundos tomados como distintos”. Assim, a fronteira está marcada, ao mesmo tempo, por estas duas dimensões/significados que se sobrepõem, mostrando-se contraditória em sua existência, conforme ilustra a Figura 1:

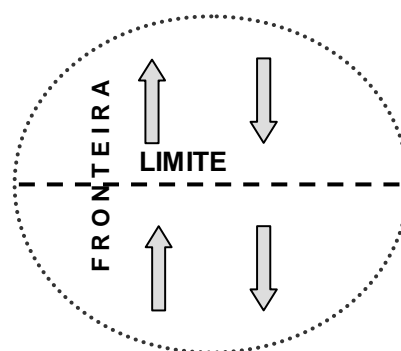


Figura 1 – Fronteira

A continuidade de nossas reflexões sobre o conceito de fronteira leva-nos a retomar as noções de território e territorialidade, e coloca-nos a questão da flexibilização dos limites e da criação de **novas territorialidades**.

### 1.2.1 Novas territorialidades: a fronteira como território

Ao considerarmos que a fronteira pode constituir uma zona, uma região, composta por uma parcela dos territórios de dois Estados diferentes, onde se estabelecem trocas diversas entre as populações de ambos, podemos pensar que estamos diante de formas de apropriação que conduzem ao estabelecimento de um novo território: **o território fronteiriço**. Nesse sentido, é importante tomar a noção de apropriação voltada ao simbólico, em que a relação dos sujeitos socialmente organizados com o espaço conflui para sua constituição. Assim, o sentido de apropriação, enquanto domínio, torna-se menos evidente, embora não se apague completamente, pois os meios de regulação jurídico-políticos dos diferentes Estados continuam presentes e vigentes.

Ao falar da criação de novos territórios, Corrêa (2002, p.252) utiliza o conceito de “novas territorialidades” ou “re-territorialidades”. Segundo o autor, um novo território pode ser criado “seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território.” Embora não se trate da reconstrução, propriamente dita, de velhos territórios, o espaço comportado pela zona de fronteira mantém elementos dos territórios que a compõe. Porém, muitas vezes, esses elementos coexistem, obedecendo a outra disposição, pois, podem encontrar-se hibridizados. Um exemplo dessa hibridação manifesta-se pelo linguístico, pois na zona fronteiriça a que nos remetemos é comum que seus habitantes falem em Portunhol, “prática linguística derivada da mistura das línguas”(STURZA, 2006, p.35) portuguesa e espanhola, línguas oficiais<sup>8</sup> dos Estados brasileiro e uruguaio, respectivamente. Outra situação que contribui para o reconhecimento de uma nova territorialidade é a existência dos chamados *double chapa*<sup>9</sup>, pessoas que possuem dupla cidadania e exercem seus direitos políticos em ambos os lados da fronteira. Sobre o conceito de cidadania, Carbonell<sup>10</sup>, no texto em que apresenta o ensaio escrito por Kymlicka sobre as fronteiras territoriais, afirma:

---

<sup>8</sup> Tomamos aqui a definição de Guimarães (2007, p.64), segundo a qual língua oficial é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais.

<sup>9</sup> Originalmente, este nome se referia aos veículos que circulavam na região, obrigados por lei a possuírem duas placas (*chapas*): uma brasileira e outra uruguaia.

<sup>10</sup> Miguel Carbonell é membro do *Instituto de Investigaciones Jurídicas* da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

*La ciudadanía es un concepto que tradicionalmente ha denotado la adscripción de un sujeto a un Estado-nacional; tal adscripción se lleva a cabo en virtud de conexiones territoriales o por lazos de parentela. A partir de ella se ha construido la distinción entre ciudadanos (...) y extranjeros (2006, p.13).*

No caso dos *doble chapa*, como cidadãos dos dois países, a relação de vinculação e pertencimento desses sujeitos volta-se a dois Estados.

Segundo o autor, uma das questões levantadas por Kymlicka, ao tratar das fronteiras, é a função delimitadora que assumem em relação aos sujeitos ao incluí-los em uma comunidade nacional. No território fronteiriço constituído por Santana do Livramento e Rivera, os limites políticos do Brasil e do Uruguai, simbolizados por uma linha imaginária que divide os dois países, tornam-se tênues, diluem-se; na medida em que são pouco percebidos por seus habitantes, pois não impedem sua livre circulação “dentro” desse espaço, sendo esta uma das particularidades que caracteriza a vida na fronteira. Não obstante, nos deparamos com a dificuldade de precisar os limites deste novo território (o fronteiriço), posto que ele se constitui nas e pelas relações da população fronteiriça (sociais, culturais, linguísticas, etc.), e não por uma convenção do Estado.

Com o objetivo de dar conta de alguns fenômenos originados na dinâmica da vida na fronteira e de garantir aos cidadãos fronteiriços alguns direitos antes não previstos em lei, os governos dos dois países firmaram um acordo internacional que respalda legalmente aqueles que não possuem a dupla nacionalidade, porém mantêm certo tipo de vinculação com o ‘outro lado’ da fronteira, por exemplo: trabalham ou residem na cidade vizinha. No Uruguai, o convênio corresponde à Lei N° 17.659<sup>11</sup> e no Brasil, ao Decreto N° 5.105/04<sup>12</sup>. O acordo permite, basicamente, que moradores das localidades fronteiriças possam residir na localidade vizinha, exercer atividades profissionais; garantindo-lhes o direito de gozar dos benefícios previdenciários do país em que trabalham e frequentar estabelecimentos de ensino públicos ou privados. Os órgãos competentes de ambos os países estão autorizados a emitir um documento especial de fronteiriço, legitimando essa condição. É importante destacar que a *cédula de fronterizo* tem sua validade restrita ao domínio da cidade a que se refere, estendendo-se a até 20 km a partir da linha divisória, delimitando sua abrangência a uma área que compreende aproximadamente 40 km

---

<sup>11</sup> Acordo promulgado pelo presidente Jorge Batlle em 19/06/03.

<sup>12</sup> Acordo promulgado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 14/06/04.

da zona fronteiriça (20 km em cada país). Esta delimitação do alcance de sua legitimidade e dos direitos assegurados por tal documento pode ser interpretada como uma tentativa de definir geograficamente os limites que circunscrevem a fronteira, determinados pelos governos brasileiro e uruguaio no referido acordo.

Desse modo, acreditamos que a promulgação do acordo bilateral, a criação de um documento atestando a condição de fronteiro e a restrição de sua validade a uma área determinada são elementos que se somam às práticas cotidianas de sucessivos e diversos intercâmbios entre as populações que habitam a fronteira (vivenciada como uma zona de integração), colaborando para reforçar o imaginário da existência de outro território, como temos insistido, **o território fronteiro**. Convém esclarecer que o território fronteiro do qual falamos não se trata de um espaço com limites geopolíticos precisos e, portanto não está representado fisicamente e/ou juridicamente. Neste sentido, se aproxima de uma das definições apresentadas por Milán, Sawaris e Welter (1996, p.124) para fronteira: *“frontera como ‘área de frontera’, como território que (...) es el espacio de acontecimientos microsociales, lingüísticos y culturales que deben ser considerados en su carácter de continuum.”*

Conceber a região formada por Santana do Livramento e Rivera como um território, levando em conta as especificidades que o tornam singular, contribui para compreender como, ao circularem, essas línguas distribuem-se nesse espaço. Considerando que as condições sócio-históricas incidem sobre esses modos de distribuição, fazemos uma breve contextualização, tendo como centro o período em que essas comunidades iniciaram sua organização e municipalização, abrangendo até os primeiros anos do século XX, época em que começaram a se tornar urbanizadas e industrializadas, fundamentando-nos, principalmente, em obras de pesquisadores inseridos no campo dos estudos históricos. Nesse sentido, interessamos, sobretudo, dar visibilidade àqueles acontecimentos que fizeram com que a fronteira fosse significada/vivenciada/percebida como um “espaço de transição, lugar de interpenetrações, campo aberto de intersecções” (HISSA, 2002, p. 35).

## 2 NO “IR” E “VIR”: A CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

A constituição da fronteira Brasil-Uruguai está marcada por uma história de litígios que ocorreram antes da segunda década do século XIX, época da formação dos Estados nacionais uruguaio e brasileiro; período em que o atual território fronteiriço (onde hoje se situam Santana do Livramento e Rivera) era alvo de disputas entre as coroas de Espanha e Portugal. Para que as linhas demarcatórias fossem traçadas e as fronteiras definidas, houve um árduo processo configurado por conflitos bélicos e longas negociações que se estenderam até o período de formação das fronteiras geopolíticas brasileiras no século XVIII. Martin (1997, p.82), ao tratar do estabelecimento das fronteiras na América do Sul, afirma: “o caso sul-americano se sobressai pelo fato de que tantas fronteiras tenham sido estabelecidas por meios pacíficos. As exceções mais significativas ficaram por conta das rivalidades luso-castelhanas na área do Prata.” Entre as questões que ilustram estas disputas pelo controle dos territórios, está a que envolve a ocupação da Colônia do Sacramento, região estratégica de valor econômico no período colonial; hoje pertencente ao Uruguai, que oscilou diversas vezes entre o domínio luso e hispânico.

Na primeira década do século XX, época em que nosso estudo se centra, o Brasil tornara-se República há menos de vinte anos, embora já fosse independente de Portugal desde 1822. A Banda Oriental<sup>13</sup>, após um período de sucessivos conflitos armados e lutas políticas, tivera sua independência reconhecida através da assinatura da Convenção de Paz entre Brasil e Argentina, no ano de 1828, em que “o governo brasileiro declarou a então Província Cisplatina separada e o argentino sua independência para que o Uruguai pudesse exercer sua autodeterminação, escolher sua forma de governo e organizá-lo.” (CERVO E RAPOPORT, 1998, p.116). Só então, os limites entre os estados passaram a ser determinados.

Segundo Navarrete (2006), a fronteira uruguaio-brasileira definiu-se anos mais tarde, na metade do século XIX, pelo Tratado de Limites de 1851, firmado entre o Império Brasileiro e a República Oriental do Uruguai, sendo, posteriormente,

---

<sup>13</sup> Vasta área localizada à margem leste do Rio da Prata. Atualmente, abarca terras da República Oriental do Uruguai.



‘ajustada’ pela assinatura de outros acordos, já no século seguinte, até atingir o traçado atual (Mapa 2).



Mapa 2 – Fronteira Uruguai-Brasil

Fonte: <http://www.guiageo-americas.com/mapas/uruguai.htm>

Caggianni (1983, p.62) relata a visita dos comissários de ambos os Estados a Santana do Livramento, em 1856, para verificar a situação de alguns trechos que deveriam determinar o “giro” da linha fronteira, pois, de acordo com o Tratado de 1851 “muitas propriedades de brasileiros ficariam do outro lado da linha a ser traçada”. Na ocasião, o Barão de Caçapava, enviado do Império, chamava a atenção para o número de propriedades brasileiras que se encontravam no território uruguaio, podendo observar-se também o contrário, motivo pelo qual propôs que fosse realizada a aquisição ou uma permuta entre os terrenos ocupados, a fim de não prejudicar as populações já estabelecidas. Porém, a fixação dos limites entre Santana do Livramento e Rivera só foi definida oficialmente com a Convenção

assinada em 1916 pelos representantes dos Estados brasileiro e uruguaio e com a 5ª Conferência, realizada em 1923, que aprovou a construção de um Parque Internacional<sup>14</sup> “para dirimir a controvérsia entre os limites do largo existente entre Livramento e Rivera” (CAGGIANI, 1983, p.66).

## **2.1 A povoação da fronteira e o predomínio brasileiro no norte do Uruguai: ignorando limites**

Os processos de formação e ocupação das cidades de Santana do Livramento e Rivera ocorreram após a segunda metade do século XIX, período caracterizado por diversas intervenções dos governos brasileiro e uruguaio e pela ação de agentes locais que exerciam influência na região. O povoamento da zona fronteira uruguaio-brasileira deu-se tardiamente em relação a outras áreas do Brasil, que, em meados desse século, já contavam com cidades bem organizadas e com uma estrutura político-administrativa que marcava a presença do Estado.

Conforme Chasteen (2003), embora os impérios espanhol e português tenham disputado veementemente o domínio das terras que mais tarde se tornariam a fronteira Brasil-Uruguaí durante um longo período que adentra o século XVIII, motivados por suas ambições de expansão territorial, não houve preocupação em povoar ou controlar essa área. A fronteira foi considerada, durante muito tempo, como ‘terra de ninguém’, atraindo os mais diversos tipos sociais. Por volta de 1851, após o tratado que traçou a linha divisória entre Brasil e Uruguai, habitavam a região pessoas sem rumo, desertores, bandidos e contrabandistas que vagueavam pelo interior, o quais os pelotões da polícia montada e os destacamentos do exército uruguaio e brasileiro pouco podiam conter.

O povoamento da zona fronteira foi impulsionado, entre outros fatores, por sua forte militarização. Segundo Chasteen (2003, p.63), “tropas dos exércitos, milícias, policiais e guarnições armadas estavam sempre presentes na fronteira”. Principalmente no Rio Grande do Sul, terras eram distribuídas como recompensa a militares que se destacassem lutando em guerras do Império. Reichel (2003, p.284) afirma que “os envolvidos com a atividade militar, de forma permanente ou temporária, na condição de comandantes de milícias ou de simples soldados

---

<sup>14</sup> Desde sua inauguração, vinte anos mais tarde, o Parque Internacional tornou-se símbolo da integração vivenciada na chamada “Fronteira da Paz”.

destacados para a defesa dos territórios, foram alguns dos principais personagens desta fronteira”. Durante o período, uma fração significativa das tropas imperiais encontrava-se no Rio Grande do Sul, o que fomentou a vinda de pessoas oriundas de outras províncias do Brasil para a região.

Para Chasteen (2003), historicamente, a relação entre os povos do Brasil e do Uruguai está marcada por sucessivas invasões de um país pelo outro, inicialmente motivadas, entre diversos fatores, por interesses das coroas e, posteriormente, relacionadas às lutas dos países hispano-americanos pela independência, situação que colaborou para que houvesse uma grande concentração de tropas do Império, militarmente superior ao Uruguai, na província sulina: “Na metade do século, o exército regular brasileiro e a guarda nacional dispunham de mais de vinte e cinco mil homens no Rio Grande do Sul” (CHASTEEN, 2003, p.65).

Reichel (2003) apresenta o perfil da sociedade fronteiriça da primeira metade do século XIX. Algumas das características apontadas pela autora irão se estender pelas décadas posteriores. Segundo a estudiosa, a principal atividade econômica que movimentava a região era a pecuária, o que causava uma divisão da sociedade em “proprietários e não proprietários dos bens de produção”.

Dentre os primeiros, encontravam-se pecuaristas que eram proprietários de terras e os que apenas as ocupavam para criar seus animais. (...) Dentre os não proprietários, por sua vez, encontravam-se os escravos e a população livre, composta por índios, mestiços, libertos brancos e pobres, que se dedicavam às tarefas caça, da criação de gado e, com menor intensidade e frequência, as da agricultura (REICHEL, 2003, p.291).

Reichel (2003) destaca que muitos destes homens acabavam desenvolvendo, paralelamente, atividades de cunho militar, visando à proteção do território e de suas propriedades e interesses, ou dos interesses de seus patrões; o que acentua, já nessa época, o militarismo como parte das vivências daquela sociedade.

A partir da segunda metade do século XIX, era notável a presença de investimentos brasileiros no norte uruguaio, os grandes proprietários de terra brasileiros que compunham a elite da fronteira rio-grandense e que também possuíam estâncias do outro lado da linha divisória. Segundo Chasteen (2003, p.68), “Um grande número de rio-grandenses, como os Saraivas tinham migrado pela fronteira e adquirido terras no Uruguai nos idos de 1830 e 1840 [...] Em algumas partes do norte uruguaio, brasileiros chegavam a possuir a maioria das estâncias”.

Conforme Souza e Prado (2004), em meados do século XIX, as terras que se localizavam no norte do Rio Negro pertenciam, em sua maioria, a proprietários brasileiros, cuja criação de gado destinava-se a abastecer as charqueadas rio-grandenses, evidenciando a forte vinculação das relações sociais e econômicas da região com a economia da província brasileira.

Não obstante, muitos conflitos surgiram motivados por um clima de instabilidade política, vivida na República Oriental. Frequentemente, brasileiros estabelecidos no Uruguai tinham suas propriedades violadas e eram vítimas de agressões e atitudes repressoras por parte de autoridades e chefes políticos uruguaios; o que os levou, inúmeras vezes, a buscar a intervenção do governo brasileiro para resolver essas questões. Por outro lado, a presença de brasileiros dificultava a consolidação do Uruguai como nação, pois estes, muitas vezes, não reconheciam a soberania uruguaia, desrespeitando suas leis, agindo conforme interesses particulares. Chasteen (2003, p.70) revela que, “depois que a república uruguaia aboliu a servidão forçada nos idos de 1840, muitos proprietários de terras brasileiros continuaram a trabalhar em suas estâncias uruguaias com trabalhadores servis [...]”. Segundo Cerro e Rapoport (1998, p.236), por volta de 1870, a política imperial brasileira favorecia os interesses econômicos desses estancieiros, tornando a fronteira “praticamente uma ficção, ignorando muitas vezes as leis do país vizinho”.

A partir da década de 1860, a presença massiva de brasileiros no norte uruguaio passou a constituir-se como uma preocupação das elites políticas e intelectuais de Montevideú, pois a influência exercida pelos rio-grandenses não se encontrava apenas no modelo de produção, mas também na língua (pois se falava em Português) na moeda e nos costumes adotados na região:

A preocupação uruguaia com a integração da fronteira norte ao espaço territorial foi recorrente desde o período colonial. A grande presença de proprietários brasileiros nessa fronteira, os quais preservaram seu idioma, hábitos e costumes, resolviam seus problemas ante as autoridades do Império, utilizavam a mão de obra escrava e praticavam a pecuária extensiva (em grande parte para o abastecimento das charqueadas rio-grandenses) constituiu um desafio para a integração nacional até o início do século XX (SOUZA e PRADO, 2002, p.57).

O período de afirmação política e social da República passou pela criação de projetos governamentais que buscavam neutralizar a presença de brasileiros na

região e orientalizá-la, seja através da atualização e diversificação dos modos de produção, ainda baseados em técnicas tradicionais; seja através de políticas de povoamento e reformas no sistema educacional.

Segundo Souza e Prado (2004), na década de 1860, durante o governo de *Bernardo Berro*, chegou-se a criar uma Comissão Especial para tratar do povoamento da fronteira. Foram elaborados vários projetos de colonização, em sua maioria, voltados à agricultura, em que terras seriam concedidas a colonos uruguaios ou imigrantes, principalmente europeus. Essas medidas contribuiriam para substituir o modelo de produção adotado pelos rio-grandenses, baseado na pecuária, colaborando para ‘orientalizar’ a fronteira. Outra importante estratégia que visava à contenção do avanço brasileiro foi a criação de pequenas vilas ao longo da faixa de fronteira, instituindo a presença político-administrativa do Estado nessas localidades, entre as quais estava *Villa Ceballos*, criada em 1862, que deu origem à cidade de Rivera. Schaffer (2002, p.37). Ao tratar da evolução do espaço fronteiriço de uma perspectiva geográfica, caracteriza-se o surgimento desses pontos de ocupação urbana como “resposta à presença portuguesa/brasileira”.

De acordo com Chasteen (2003), a reforma educacional iniciada nos anos 70 do século XIX, idealizada por José Pedro Varela, foi de grande relevância para promover a nacionalização do território uruguaio, atingindo amplamente a zona fronteiriça, sobretudo as áreas rurais, um dos seus principais focos. Professores que trabalhavam na área rural contavam com incentivo salarial, recebendo valores mais altos do que outros docentes. O *Decreto-Ley Reglamento de Instrucción Primaria*, aprovado em 1877, fundamentado na *Ley de Educación Común*, de forte ideal nacionalista, torna obrigatória a educação primária em Língua Espanhola em toda região, provocando uma entrada progressiva do Espanhol no norte uruguaio. No artigo 38 do documento, de 24 de agosto do referido ano, lê-se: “*En todas las escuelas públicas la enseñanza se dará en el Idioma Nacional*”. Segundo Barrios *et al* (1993), a política implantada pelo governo ignorou a pluralidade de línguas existente, resultando no surgimento de uma sociedade “*monolíngüe*” no território nacional e, “*bilíngüe*” na zona fronteiriça, pois, até então, a população residente no norte do país era predominantemente luso falante (BARRIOS, GABBIANI e BEHARES, 1993). Nas palavras de Bortolotti *et al* (2005, p.18) “*El español comienza, entonces, a expandirse lentamente sobre la base lingüística portuguesa en una relación de tipo sustrato-superestrato, dando origen a los hoy llamados*

*Dialectos Portugueses del Uruguay* [...]”. Outros projetos de colonização para a fronteira norte foram elaborados pela elite político-intelectual montevidéana, priorizando, especialmente, a vinda de imigrantes de língua hispânica, como os espanhóis. Conforme Souza e Prado (2004), as mudanças ocorridas nas décadas finais do século XIX fizeram parte do processo de modernização do Uruguai, a qual se irradiava a partir de Montevideu, iniciado nos primeiros anos da década de 70. Os militares que ocuparam o poder tinham como finalidade implementar uma série de reformas políticas para ‘modernizar’ o Estado, pois, para o governo, a ideia de progresso estava relacionada à sua urbanização e industrialização, com a substituição de tecnologias arcaicas por outras contemporâneas. Fizeram-se melhorias no sistema de comunicação e a mudança do modo de produção tradicional pela utilização de técnicas mais modernas passou a ser estimulada, sobretudo, durante a ditadura de *Latorre*. A partir de 1892, instalaram-se cinco ferrovias que ligavam o interior do país a Montevideu. A economia uruguaia alcançou um momento de prosperidade e

Montevideu, como melhor porto da região, se tornou um movimentado corredor de importação e exportação, uma moderna cidade de bondes elétricos e edifícios imponentes, muito mais interessante do que Porto Alegre, quer para os negócios, quer para o lazer (CHASTEEN, 2003, p. 71).

Cervo e Rapoport (1998, p.235) afirmam que, apoiados pelos investimentos britânicos que visavam a conquistar mercados na região do Rio da Prata, Argentina e Uruguai tornaram-se “Fornecedores de carnes e cereais e compradores de manufaturados, esses dois países iniciaram um período de prosperidade econômica que contribuiu decisivamente para a composição das elites locais em torno do Estado nacional oligárquico”.

Chasteen (2003) expõe que, por volta de 1890, os brasileiros da fronteira eram vistos com menosprezo pela elite que residia em Montevideu, pois a manutenção de seus hábitos, sua cultura e a utilização da Língua Portuguesa passaram a fazer parte de um estereótipo que os considerava culturalmente inferiores. O tradicionalismo mantido nas práticas dos pecuaristas fronteiriços era visto como algo que se opunha ao progresso ensejado pelo país. Ainda segundo o autor, a prosperidade econômica uruguaia, aliada à sua efetiva política educacional

nacionalizante, levou muitos filhos de rio-grandenses que residiam no estado oriental a optarem pela nacionalidade uruguaia.

No entanto, apesar das tentativas do governo uruguaio, os brasileiros ainda ocupavam grande parte das terras do norte nos anos finais do referido século e a economia da região permanecia atrelada à rio-grandense, pois as propriedades dos estancieiros nortistas continuavam a produzir carne para abastecer as charqueadas da província. Além disso, muitos estancieiros estavam ligados aos orientais da fronteira por meio de vínculos políticos e familiares:

A presença de brasileiros em 1888, às vésperas da abolição da escravidão no Brasil, atingia o índice de 82% das propriedades do Departamento de Rivera. Em Artigas e Cerro Largo, respectivamente 68%, e 64% dos proprietários eram rio-grandenses. Em Salto e Tacuarembó encontramos 52,5% e 55,6% das estâncias propriedade de brasileiros. Nos departamentos de *Treinta y Tres* e *Rocha* um quarto dos proprietários era de origem rio-grandense (SOUZA E PRADO, 2004, p. 142).

Nos anos que se seguiram, um importante acontecimento iria movimentar a vida dos fronteiriços: a revolução federalista, iniciada em 1893.

## **2.2 A revolução federalista: *más allá de la divisa***

Conforme nos diz Reckziegel (2000), a Revolução Federalista, que ocorreu entre os anos 1893 e 1895, no Rio Grande do Sul, colocou em conflito os partidos Federalista e Republicano. O primeiro era liderado pelo General Gaspar Silveira Martins, e o segundo, por Júlio de Castilhos, governador do Rio Grande do Sul. Durante o governo do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894), segundo presidente republicano brasileiro, os federalistas levantaram-se contra as atitudes repressoras que caracterizavam a atuação de Júlio de Castilhos na província, cujo governo fundamentava-se no positivismo Comteano, sendo fortemente centralizador. Conhecido por seu autoritarismo, não permitia que seus opositores se manifestassem, conseguindo animosidade até mesmo entre os antigos companheiros do Partido Republicano. Seus métodos de perseguição eram tão truculentos - o mais conhecido deles é a prática da degola - que chegaram a provocar a saída em massa de seus opositores para o Uruguai, sendo a fronteira atravessada pelos federalistas que buscaram abrigo no vizinho país.

As vinculações da sociedade fronteiriça (econômicas, familiares, políticas, culturais, etc.) com o norte uruguaio e a presença de proprietários de terras brasileiros na região permitiram que os federalistas se estabelecessem e organizassem-se longe dos olhos castilhistas. No entanto, havia um constante apelo do governo provincial para que as autoridades orientais coibissem suas atividades, pois foi em solo uruguaio que planejaram ataques às forças republicanas. Segundo Souza e Prado (2004), em 1893, as tropas de Gumercindo Saraiva invadiram o Rio Grande vindas da Banda Oriental. Cagianni (1983) aponta para a importância de Santana do Livramento e de Rivera como uma região estratégica durante o período revolucionário. Segundo o autor, fazia parte do plano inicial dos maragatos (ou federalistas) a ocupação de Santana do Livramento, um dos pontos pelos quais se deu a invasão. Em Rivera, muitos deles juntavam-se e preparavam-se sob o comando de líderes maragatos para se somarem às tropas em combate. Rivera serviu também como refúgio para combatentes federalistas que eram derrotados em batalhas e necessitavam fugir da perseguição dos inimigos.

O apoio dos federalistas que residiam no Uruguai foi importante para os maragatos que estavam em combate, uma vez que lhes garantia armas, proteção e até homens para suas tropas, entre eles brasileiros e uruguaios: “As forças que os caudilhos rio-grandenses reuniam no Uruguai para dali invadir o Rio Grande do Sul chegavam a contar com mais de quatro mil homens” (SOUZA E PRADO, 2004, p.144).

Após o término da guerra e a vitória dos republicanos, muitos federalistas emigraram para a República oriental, pois Júlio de Castilhos permaneceu no poder e continuou adotando medidas repressoras contra a oposição. Em 1895, mandou construir o quartel do Cati, localizado entre Santana do Livramento, Quaraí e Alegrete, o que permitiu um maior controle sob a região por parte do governo (ALBORNOZ, 2005).

Reckziegel (2002, p.47) afirma que as alianças e as relações estabelecidas entre rio-grandenses e uruguaios e o grande número de investimentos brasileiros no norte do país permitiram que os federalistas se exilassem facilmente em solo oriental. Nesse contexto revolucionário, a autora atenta para como “a noção de fronteira tida como elemento separador aparece bastante tênue” para os federalistas, pois os limites territoriais eram constantemente transpostos e a fronteira vivenciada como uma “zona comum”, “uma área compartilhada”.



### 2.3 Santana do Livramento e Rivera, um espaço contíguo: o nascimento de cidades gêmeas e o lugar do comércio

Para tratar da constituição da fronteira formada pelas cidades gêmeas<sup>15</sup>, Santana do Livramento e Rivera (Brasil-Uruguai), inicialmente, abordaremos alguns aspectos que as distinguem como um espaço singular. Reichel (2003, p.283), ao tratar das características da Região Platina e suas fronteiras internas, refere-se a Santana do Livramento e Rivera como um exemplo de *fronteira seca*, “área em que os territórios nacionais envolvidos estão apenas separados por uma linha imaginária”, pois somente uma rua simboliza a divisão política entre as duas cidades, “onde cada um dos lados pertence a uma nação”. Neste território fronteiriço<sup>16</sup>, não há nenhum obstáculo legal ou geográfico que impeça seus habitantes de movimentar-se livremente entre os dois municípios, confluindo para que exista entre eles uma estreita relação cultural, social e comercial, que se dá no cotidiano da vida na fronteira.

Diversos episódios marcaram a peculiar relação estabelecida entre as comunidades vizinhas de ambos os lados da linha divisória. Entre os quais, destacamos a criação do Parque Internacional, em 1943, construído num terreno situado na divisa entre as duas localidades, sendo sua construção financiada pelos governos brasileiro e uruguaio. Na ocasião, o ministro brasileiro Marcondes Filho<sup>17</sup> pronunciou um discurso no qual destaca como se distinguem estas relações:

Formamos ao sul do continente uma região por tal forma semelhante nos aspectos físicos, sem acidentes divisórios ou obstáculos naturais, que a continuidade se impõe e modela a própria comunhão de sentimento das populações convizinhas. Hábitos, costumes, processos econômicos e formação social, completam um quadro de existência espontânea peculiar. Brasileiros e uruguaiois vivem num pacífico e permanente contato e suas relações não se restringem às atividades comerciais (CAGGIANNI, 1983, p.66).

---

<sup>15</sup> Cidades gêmeas: são núcleos localizados de um lado e outro do limite internacional cuja interdependência é com frequência maior do que de cada cidade com sua região ou com o próprio território nacional (MACHADO, 2008)

<sup>16</sup> Território fronteiriço: conceito definido em 1.2.1.

<sup>17</sup> Ministro do Trabalho e da Justiça entre os anos de 1941-1945 durante o Governo de Getúlio Vargas.

Para Bentancor (2008), a conurbação<sup>18</sup> Rivera-Livramento, que soma mais de 170.000 habitantes, constitui um espaço de contato que se diferencia, entre outros aspectos, por originar um tipo de integração que a pesquisadora denomina *integración de hecho*, que se dá nos processos de interação que marcam o convívio entre fronteiriços. Ao entrevistar cidadãos de ambas as nacionalidades, a autora ressalta que algumas das características apontadas pelos entrevistados são a convivência amigável e a boa vizinhança que rege a vida fronteiriça. Frequentemente, ouvem-se as expressões *Frontera de la Paz e Frontera hermana*<sup>19</sup>, integrando discursos institucionais e de seus cidadãos. De acordo com Sturza (2008a, p.54), a idéia de Fronteira da Paz é reforçada “não só pelo comércio que intensifica o ir e vir das comunidades vizinhas ao longo da faixa fronteiriça, mas pelo que ela representa em atividades de convivência e integração das relações socioeconômicas e culturais que ocorrem nessas regiões”. Schäffer (2002), desde uma perspectiva geográfica, ao tratar de questões que são específicas da fronteira meridional do Brasil, mostra que os elementos comuns que caracterizam um lado e outro da fronteira vão além do espaço urbano, estendendo-se também para a área rural; pois a existência de grandes propriedades que desenvolvem atividades produtivas de caráter pastoril, desenha um espaço muito semelhante ao do país vizinho.

Essa pesquisadora, ao analisar a produção e o funcionamento do espaço urbano na fronteira meridional do Brasil, procura tratar o espaço fronteiriço enfocando sua funcionalidade; enumerando as funções comuns a qualquer fronteira, que também podem ser apreendidas quando se trata de Santana do Livramento e Rivera, principal núcleo urbano da fronteira Brasil-Uruguai. Tais funções existem, em sua maioria, em decorrência do papel do Estado nessas regiões. São elas: “função militar”: relacionada aos meios de controle e defesa do território nacional, o que explica a presença de um elevado número de quartéis no núcleo urbano; “função fiscal”: representada pelas instituições que regulam as trocas comerciais estabelecidas entre as nações vizinhas (aduanas, exatorias, etc.); “função cultural”: que impele o fronteiriço a marcar sua condição de pertencente a uma nação, seja

---

<sup>18</sup> Neste trabalho, entendemos a noção de conurbação conforme Villaça: “processo de fusão de áreas urbanas, mais ou menos contíguas, pertencentes a municípios diferentes” (VILLAÇA, 1997, p.2).

<sup>19</sup> Estas expressões são utilizadas também em Português ou outras práticas linguísticas enunciadas na fronteira.

através do uso da língua nacional ou de símbolos pátrios, que o leva a distinguir-se do estrangeiro, embora, no dia-a-dia sejam experimentadas práticas de integração que evidenciam a aproximação vivida na fronteira; e a última delas, a “função comercial”. A partir da distinção pensada por Schäfer, compreendemos que essas funções reúnem elementos que significam o espaço fronteiro e propomos tomá-las como materializadas em acontecimentos enunciativos que envolvem os que na fronteira habitam. Nesse sentido, centramo-nos na **função comercial**, para nosso trabalho, a mais relevante:

os equipamentos destinados ao comércio, seja ela o comércio regular, legal, seja o informal e, mesmo o contrabando, indicam em qualquer fronteira a importância desta função. Ela se relaciona diretamente às diferenças de produções e de moedas entre nações vizinhas, o que faz que a fisionomia do comércio (tipos de lojas, produtos vendidos) e a periodicidade e intensidade do movimento comercial oscilem entre os dois lados da linha divisória. Entende-se assim o uso comum entre comerciantes da afirmativa “A fronteira vai bem quando o país está mal”. Desta função decorrem, no aspecto formal da cidade, o elevado número de estabelecimentos destinados ao comércio e a hotelaria e os atacados e galpões de abastecimento ao pequeno comércio e aos camelôs (Schäffer, 1993, 1996). Socialmente esta função aparece na importância das famílias que têm trabalho e renda vinculados ao comércio (SCHÄFFER, 2002, p. 35).

Sobre o caráter oscilatório do movimento que conduz os contatos comerciais na região, Albornoz (2005) nos dá alguns exemplos. Segundo a historiadora, durante a década de oitenta, quando o Brasil enfrentava uma grave crise econômica que teve como reflexo um alto nível de inflação e uma desvalorização acentuada da moeda brasileira, Santana do Livramento desfrutava de um período de prosperidade, motivado pelo elevado número de uruguaios que vinham de diversas localidades (Paysandu, Colônia, Tacuarembó, Montevideu) para aproveitar os baixos preços dos produtos vendidos nos estabelecimentos brasileiros. Santana do Livramento apresentou um significativo incremento no número de pontos comerciais, muitos deles, situados próximos à linha divisória: redes de supermercados, lojas de construção, postos de gasolina, lojas de móveis e eletroeletrônicos, etc. Rivera, diante de uma conjuntura econômica desfavorável, conseguiu autorização para implantar os chamados *free-shops*<sup>20</sup>, lojas em que é permitida a venda de produtos importados em dólares, livres de impostos. Essa medida atraiu muitos turistas

---

<sup>20</sup>

Segundo Schäffer (2002, p.39), os free-shops estabeleceram-se no ano de 1986 em Rivera.

brasileiros nos anos posteriores, principalmente rio-grandenses, quando a economia brasileira, buscando superar a inflação, reergueu-se ao adotar uma política que promoveu a valorização da moeda nacional. Já no final dos anos noventa, durante o governo Fernando Henrique, houve a inversão do ciclo, pois a moeda brasileira desvalorizou-se outra vez, fazendo com que os uruguaios voltassem a comprar em Santana do Livramento, e os brasileiros desaparecessem dos *free-shops* riverenses (ALBORNOZ, 2005). Assim, podemos perceber como a dinâmica comercial ora se volta para um lado da linha divisória, ora para o outro; porém sempre determinada por condições externas que escapam à fronteira e, na maioria das vezes, opõem-se às tendências nacionais/internacionais.

Ainda segundo Schäffer (2002), é evidente a importância da **linha divisória** como ponto em torno do qual a vida e o movimento da cidade de fronteira concentram-se. Ao falar especificamente da conurbação Livramento/Rivera, a estudiosa aponta para a centralidade que ocupa a *linha* no desenvolvimento do comércio:

O comércio de fronteira traçou o desenho das duas cidades e estabeleceu a área de circulação, o centro efetivo, não aquele da administração ou o histórico, mas a 'linha'. Junto à linha estão os estabelecimentos comerciais, os doleiros, está a vida da cidade" (SCHÄFFER, 2002, p. 38).

Como podemos perceber, o comércio é um dos pilares que sustenta a fronteira e que impulsiona seu desenvolvimento, pauta suas relações, determina para onde se direcionam os fluxos e os lugares de circulação de capital, pessoas e produtos. Nesse sentido, nossa pesquisa interessa-se em considerar os laços comerciais que se estabeleceram, influenciados por diferentes fatores, desde a fundação de Santana do Livramento e Rivera como elementos que integram as condições sócio-históricas definidoras das relações linguísticas nesta fronteira. Assim, analisar a circulação das línguas e seus modos de distribuição línguas no território fronteiriço a partir de uma perspectiva enunciativa, implica considerar os vínculos comerciais que dirigiam o cotidiano de seus habitantes no período em que situamos nosso estudo.

Segundo as considerações de Sturza (2006), a fundação de cidades gêmeas ao longo da faixa fronteiriça do Brasil com os países da Bacia do Rio da Prata, entre elas Santana do Livramento e Rivera, foi um dos fatores que intensificou os contatos

sociais na região de fronteira, favorecendo o surgimento de um espaço de interações, sobretudo, no que diz respeito ao comércio. Nas últimas décadas do século XIX, período histórico em que as comunidades fronteiriças iniciaram seu processo de urbanização e industrialização, havia uma forte relação entre os municípios da fronteira banhados pelo Rio Uruguai, onde se desenvolviam atividades econômicas que caracterizavam a existência de um comércio supra-regional nessas localidades. Nessa época, a organização sócio-econômica da região ocorria à margem das nacionais. Conforme a mesma autora, as cidades fronteiriças transformaram-se em pólos importantes para o escoamento da produção local, por via fluvial ou ferroviária, e para a entrada de mercadorias, o que impulsionou o crescimento da região baseado na integração com os países vizinhos, a Argentina e o Uruguai (STURZA, 2007).

Quanto ao povoamento da fronteira Brasil-Uruguai, iniciou-se nos primeiros anos do século XIX, com o estabelecimento de tropas militares portuguesas na região. Em 1811, o acampamento militar de São Diogo reuniu as forças comandadas pelo general D. Diogo de Souza, assentando-se às margens do Rio Ibirapuitã. O Exército Pacificador, como era chamado, atuou em Montevideu em favor da pacificação da Banda Oriental, regressando ao Brasil em julho de 1812 (CAGGIANI, 1983).

A partir de 1814, aos antigos militares que haviam lutado no referido exército e a outros súditos da coroa lusitana, distribuíram-se sesmarias; doações de terras concedidas pelo governo. Muitas delas localizavam-se na região que hoje forma Santana do Livramento. Segundo Albornoz (2005), uma sesmaria correspondia a três léguas de terra. A concessão de terras por parte da coroa configurou uma política de “consolidação e posse do território”, contribuindo como incentivo para o povoamento da fronteira. Em 1818, Luciano Pinheiro recebeu do governo da então Província de São Pedro do Sul uma sesmaria na qual se situa atualmente a cidade de Santana do Livramento (CAGGIANI, 1983, p.8).

Conforme Albornoz (2005), em 1823, o pequeno povoado de Nossa Senhora do Livramento conseguiu a autorização para a construção de uma capela. Sendo considerado inapropriado o terreno onde foi edificada, foi escolhido novo local na Coxilha de Santana para a construção de outra capela. Em 1830, já era possível realizar registros de batismos e casamentos. O povoado passou à freguesia em

1848, então denominada Santana do Livramento. No ano de 1851, tem-se a seguinte descrição de Santana, documentada no Diário do Exército.

Esta povoação [...] se acha fundada sobre uma colina de forma elíptica, espaçosa e dominada ao lado setentrional por dois cerros, estando colocada próxima à Linha Divisória da fronteira do Império com a República do Uruguai. **Entretém um não pequeno comércio para o que muito contribui sua localidade**; contém bastantes recursos, e conta com uma população com mais de 500 almas; [...] (CAGGIANI, 1983, p.50) (grifo nosso).

Gozando de uma localização privilegiada para o desenvolvimento do comércio, elevou-se à categoria de Vila em 1857, quando desmembrada do município de Alegrete, adquirindo o status de cidade somente em 1876.

A fundação da contígua Rivera deu-se posteriormente a de Santana. Na metade do século XIX (conforme afirmado na seção **2.2**), a presença massiva de brasileiros na região norte do Uruguai preocupava as autoridades desse país, pois considerava-se que o avanço luso-brasileiro era uma ameaça à soberania nacional. Assim, entre 1853 e 1862, foram fundadas oito vilas na região adjacente ao limite dos dois países, a fim de impedir tal avanço. Segundo Navarrete (2006, p.50) “*La ciudad de Rivera nace [...] para contener el avance del imperio brasileiro*”. Inicialmente chamada *Villa Ceballos*, Rivera foi fundada em 1867 como uma “barreira de contenção” imposta pelo governo uruguaio, que via no estabelecimento desta cidade uma ótima oportunidade de criar um vínculo comercial com o Rio Grande do Sul. Nesse ano, Livramento já contava com 3.000 habitantes. A condição das duas cidades, adjacentes uma a outra, propiciou o desenvolvimento de um importante centro econômico, que se sustentava nas atividades ligadas ao comércio e à pecuária (BENTANCOR, 2008).

Santana do Livramento estabelecia suas atividades comerciais sustentadas nas relações com cidades importantes como Buenos Aires e Montevideú. Pelo porto da capital uruguaia, ingressavam artigos importados da Europa, que chegavam até Livramento via Rivera (CAGGIANI, 1983); servindo como principal fornecedor de mercadorias para toda zona fronteira gaúcha (NAVARRETE, 2006). Segundo nos diz Albornoz:

Sendo Montevideu uma capital estrangeirada, os produtos europeus que eram comerciados no seu porto – tecidos, roupas, louças, arames – chegavam em carretas até Santana e eram distribuídos por Itaqui, Rosário, Alegrete e São Gabriel. As carretas voltavam com erva, banha, feijão, milho e fumo, produtos agrícolas valorizados na capital uruguaia (2005, p. 11)

A influência dos europeus em Montevideu fazia com que não apenas produtos importados fossem trazidos para cidades brasileiras, mas também artigos fabricados no Brasil atravessassem a fronteira rumo à capital oriental. Nesse contexto de importações e exportações, Santana do Livramento funcionava como um ponto de passagem por onde esses bens comercializáveis eram transportados e distribuídos para diversas localidades, por isso era também conhecida como “Porto Seco”. De acordo com Caggianni, a cidade desempenhava uma função mediadora, pois aí mercadorias brasileiras e estrangeiras eram negociadas:

O município tinha relações comerciais com quase todo o interior da província e, principalmente, com a região serrana, da qual recebia produtos coloniais e frutos do país que exportava para o Uruguai, servindo assim de intermediário entre produtores rio-grandenses e produtores estrangeiros (1983, p.84).

Retomamos as reflexões de Schäffer (2002, p.39), em sua análise sobre a funcionalidade da fronteira meridional do Brasil, para tratar de como a região fronteira, embora afastada fisicamente dos centros de decisão dos governos nacionais, “esteve sempre presa a decisões distantes”. Essa vinculação manifestava-se de diferentes maneiras e em momentos distintos, marcando a intervenção do Estado na dinâmica fronteira. Para a pesquisadora, a presença das “mesas de renda”, no passado, evidenciava a função fiscal característica do espaço urbano fronteiro, sendo diretamente relacionada “ao caráter arrecadatório da nação, as relações históricas de intercâmbio formal” (SCHÄFFER, 2002, p.35). Conforme expõe Caggianni (1983), nos últimos anos do século XIX, um acontecimento que reflete a interferência do governo no que diz respeito ao âmbito econômico é a limitação das zonas de expedição de guias por parte dos órgãos fiscais da fronteira, decretada pelo Ministro da Fazenda. Com a medida, a Mesa de Rendas de Santana do Livramento<sup>21</sup> não podia despachar as mercadorias

---

<sup>21</sup> Criadas na primeira metade do século XIX, durante o período regencial, as Mesas de Rendas destinavam-se a operar despachos aduaneiros e fiscalização em portos de escasso movimento, cuja renda não compensasse a instalação de uma aduana completa. A de Santana do Livramento foi instituída pelo Decreto n.º 2.486, de 29 de setembro de 1859 (GODOY). Disponível em:

importadas que recebia, tendo o despacho que ser feito na Alfândega de Uruguaiana. Essa decisão foi motivada pela mobilização de comerciantes de outras praças, principalmente do litoral e da capital, que acusavam indevidamente o comércio de Livramento de utilizar-se do contrabando. A determinação inviabilizava que os comerciantes locais continuassem estabelecendo intercâmbio comercial com outras cidades da província. A necessidade de introduzir as mercadorias adquiridas por Uruguaiana ou Rio Grande, onde seriam devidamente tributadas alterava a rota natural do comércio em 40 ou 60 léguas e incidia decisivamente no custo dos artigos comercializados, pois o valor despendido pelos comerciantes com transporte (fretes, comissões, etc.) gerava um aumento de no mínimo vinte por cento no preço pago pelo consumidor que fosse adquiri-los em Santana. Em decorrência dessa situação, muitos estabelecimentos obrigaram-se a fechar suas portas ou mudar-se para outras localidades, incluindo as do país vizinho. Outros comerciantes mudaram o ramo de seus negócios.

Essa circunstância concorreu para uma mobilização dos agentes locais em torno do alfandegamento da Mesa de Rendas de Livramento, o que garantia sua autorização para efetuar o despacho de mercadorias. Entre seus defensores, encontrava-se o jornalista Albino Costa, que em 1898 manifestou-se sobre a questão no Jornal do Comércio:

[...] A praça de Livramento está colocada em condições de tal modo especiais que não pode despachar suas mercadorias em nenhuma das duas Alfândegas do Estado, Rio Grande e Uruguaiana. O Alfandegamento da Mesa de Rendas dali, enquanto a Alfândega decretada não for instalada, é uma necessidade imperiosíssima, é uma medida urgentemente reclamada para evitar desperdício nas rendas públicas [...] (CAGGIANI, 1983, p.87)

O tão desejado Alfandegamento da Mesa de Rendas foi concedido no próximo ano. Seguido a esse fato, em 1º de outubro de 1900, por intermédio do santanense Rivadavia Correia, que ora ocupava o cargo de Ministro da Fazenda, instituiu-se, finalmente, nesta cidade a Alfândega cuja criação já estava autorizada desde o ano de 1896, pelo Decreto nº. 417, tornando extinta a antiga Mesa de Rendas. Em comemoração ao importante acontecimento, ocorreram diversas festividades nos dias que se sucederam (CAGGIANI, 1983).

---

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/aduana/evolucao/default.asp>. Acesso em: 24 mai. 2009.



Nesse contexto de intensa movimentação comercial, não apenas produtos transitavam entre um país e outro, mas também as pessoas que constituíam a sociedade fronteiriça. Segundo Chasteen, era comum que famílias brasileiras que residiam no Uruguai, viessem às cidades da fronteira para rever parentes e amigos:

Famílias rio-grandenses que haviam se estabelecido em estâncias uruguaias voltavam com certa frequência para as cidades brasileiras para tratar de assuntos particulares. Em Bagé, Jaguarão ou Santana do Livramento elas podiam desfrutar da sociedade de parentes e amigos, escutar o último mexerico político da corte imperial e consultar um médico, farmacêutico ou alfaiate que falasse português (2003, p.75).

Sua localização geográfica e os sólidos vínculos sociais e comerciais faziam com que Santana do Livramento estivesse profundamente ligada ao Prata, ultrapassando os limites nacionais. Em 1892, essa ligação foi fortalecida pela criação da estrada de ferro que unia a cidade de Rivera à capital oriental, diminuindo consideravelmente o tempo de viagem até Montevidéu, que podia ser feita em aproximadamente vinte e quatro horas. Com tal inovação tecnológica, a influência do Prata sobre Livramento tornou-se ainda maior. Era possível, por exemplo, ler jornais e livros trazidos de Buenos Aires ou Montevidéu, consultar com médicos que tinham se especializado nessas capitais, ou ainda assistir a apresentações artísticas de companhias estrangeiras. Essa circulação fazia parte do cotidiano fronteiriço, caracterizando-o também nas décadas seguintes, época em que Argentina e Uruguai desfrutavam de um período de grande estabilidade econômica. Este último era conhecido como “*Suíza de América*” (AMIGUES, 2007).

Nesse sentido, Schäffer (2002, p. 37) irá destacar a presença de formas e funções urbanas indicativas da conexão da fronteira meridional do Brasil com o “espaço hegemônico industrial externo pela exportação de carne e pela aproximação ao Prata”, que incidiu no passado, entre outros aspectos, na existência de grande número de estrangeiros na região, manifestada em nomes e costumes locais. No ano de 1865, quando o Imperador D. Pedro II esteve de visita a Santana do Livramento vindo de Uruguaiana, o Conde D’Eu, relator que o acompanhava, ao fazer uma descrição da vila, registrou a semelhança de suas casas com as européias e o cultivo de árvores próprias do velho continente. Sobre a população, afirmou: “é, pelo que me dizem, de 2.000 almas, de que o elemento brasileiro não representa senão aproximadamente metade, sendo o mais orientais, argentinos e

européus. Entre estes parecem-me predominar os italianos.” Segundo a descrição do conde, um estabelecimento local continha uma placa com a inscrição “Hotel a la Garibaldi” e outros, bustos do Rei Victor Manuel (CAGGIANI, 1983, p.73).

Dentre os europeus que compunham o contingente de imigrantes que havia em Livramento nas últimas décadas do século XIX, figuravam franceses, portugueses, espanhóis e italianos. Fundaram-se, inclusive, instituições representativas desses grupos. Em 1886, Livramento contava com as seguintes sociedades: Sociedade Italiana, Sociedade Espanhola e Sociedade Portuguesa de Beneficência (CAGGIANI, 1983). No primeiro livro de matrículas da Sociedade Espanhola, que congregava espanhóis residentes em Santana e Rivera, encontram-se registros de quem eram seus sócios no período e os papéis que desempenhavam na sociedade local (Figuras 2 e 3). Esses imigrantes estabeleceram-se, exercendo diversos ofícios integrados à comunidade fronteiriça: eram médicos, dentistas, agricultores, contadores, professores, comerciantes, etc.

Naturalmente, também do outro lado da fronteira residiam imigrantes. Os que viviam na cidade de Rivera, como já se sabe, eram em sua maioria, de nacionalidade brasileira. Aludindo novamente aos registros do relator imperial, temos: “Convém notar, aliás, que quase todos os estrangeiros desta zona do norte do Estado Oriental, são brasileiros” (CAGGIANI, 1983, p.73). Em meio aos profissionais que constituíam a sociedade riverense e de outras cidades uruguaias como Melo e *Treinta y Tres*; advogados, tabeliães, juízes que haviam realizados seus estudos em Montevideu, encontravam-se sujeitos de diferentes nacionalidades, como lojistas espanhóis bascos (CHASTEEN, 2003).

Um importante acontecimento que trouxe muitos orientais para solo santanense na virada do século foi a vinda do saladeiro *Anaya-Yrigoyen* para a cidade, que industrializava a produção primária da região, de propriedade dos charqueadores uruguaios Pedro Irigoyen e Francisco Anaya. O estabelecimento mudou-se da capital oriental para Santana no ano de 1904, pois o Brasil era o principal mercado comprador de charque, o que conferia uma localização privilegiada à indústria.

1915 Tomas Muro

Socio Obrero

Ingresó en la Sociedad el día 8 de Agosto del año de 1.895.

2 del Junta Directiva Secretario

Filiación

Patria	España
Provincia	Barcelona
Edad	20 años
Estado	Soltero
Profesión	Comercio
Residencia	Llivia
Particularidades	

Observaciones

En Enero de 1919 fue electo Presidente de la Junta Directiva para el Ejercicio del

Figura 3 – Fonte: Livro de Matrículas da Sociedade Espanhola

1915 Rafael Labors

Socio Activo

Ingresó en la Sociedad el 1º de Agosto de 1895, según certificado expedido por el Sr. Rafael Gualles

2 del Junta Directiva Secretario

Filiación

Patria	España
Provincia	Alicante
Edad	44 años
Estado	casado
Profesión	Contador y Agrónomo
Residencia	Llivia

Figura 4 – Fonte: Livro de Matrículas da Sociedade Espanhola

Para realizar suas exportações, utilizava as estradas de ferro de Rivera e o Porto de Montevideu. A instalação da firma gerou progresso para cidade, trazendo uruguaios para desempenhar as funções mais qualificadas. O Espanhol era a língua mais falada pelos funcionários, o que se repetia na escola construída nos arredores do saladeiro, onde os docentes contratados eram também uruguaios (ALBORNOZ, 2005).

Conforme expõe Sturza (2008b), em meados do século XIX e princípios do XX, situações semelhantes ocorriam em outras comunidades fronteiriças como Uruguiana. Situada no limite com a cidade argentina de *Paso de los libres*, desenvolvia um comércio ancorado em cidades localizadas nos países banhados pelo Rio da Prata, como Buenos Aires e Montevideu, utilizando-se do transporte fluvial pelo Rio Uruguai. Nessa fronteira, a presença de imigrantes é igualmente muito expressiva, sobretudo, franceses e espanhóis, que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Imigrantes que, inicialmente, estabeleceram-se na Argentina e no Uruguai cruzaram o rio e fixaram-se na cidade.

Desse modo, podemos afirmar que os movimentos migratórios ocorridos durante o período<sup>22</sup> ocasionaram a entrada de pessoas de diferentes nacionalidades e suas línguas na zona fronteiriça, que começaram então a circular em contato com as duas línguas nacionais dominantes: o Português e o Espanhol. Embora nos interesse analisar, principalmente, a entrada do Espanhol no espaço do Português, estes dados nos levam a supor a existência de um quadro de diversidade linguística na fronteira sul do Brasil com o Uruguai e a Argentina, situação que tem sido abordada por outros estudos como os de Alvarez (2009). Em se tratando de Santana do Livramento e Rivera, a forma como se configurava a organização social e econômica da região incidiu numa maior circulação do Português e do Espanhol em ambos os lados da fronteira geopolítica. Em conformidade com Sturza (2007), acreditamos que a entrada do Espanhol no espaço de enunciação do Português ocorre de diferentes maneiras, determinada pelas condições sócio-históricas da região fronteiriça.

Nesse sentido, entendemos que os jornais locais editados na época podem ser vistos como um lugar onde as relações entre línguas e sujeitos na fronteira

---

<sup>22</sup> O assunto pode ser aprofundando em Souza e Prado (2004).

materializam-se, pois cumpriam um papel importante na rede de comunicação que se estabelecia entre as cidades fronteiriças. Para tratar de tais relações do ponto de vista dos estudos linguísticos, adotamos uma perspectiva teórica enunciativa, que passamos a explicitar no capítulo seguinte.

### **3 ENUNCIÇÃO E LÍNGUAS DE FRONTEIRA**

Tendo como objeto de nossa pesquisa as línguas que circulam neste espaço peculiar que é a fronteira, adotamos o suporte teórico dos estudos da enunciação, o que implica tomá-las em seu funcionamento enunciativo, considerando a relação sujeito-língua(s), assim como a das línguas entre si. Ao assumir esse posicionamento, conforme já afirmamos nos capítulos anteriores, é que procuramos analisar os modos de distribuição das práticas linguísticas enunciadas por sujeitos fronteiriços que estão tomados por este lugar do dizer. Lugar este que representa e significa, ainda, na língua, a configuração geopolítica da fronteira em questão e as condições sócio-históricas nas quais esses sujeitos habitam.

Ao circularem as línguas organizam-se, distribuem-se politicamente, podendo entrar uma no espaço de enunciação da outra, conforme apontaram pesquisadores como Elizaincín, Behares y Barrios (1987), Bertolotti *et al* (2005) e Sturza(2006) ao registrar a presença histórica do Português no Uruguai. Nesse sentido, nossa pesquisa interessa-se pelo movimento contrário, atentando para a entrada do Espanhol no espaço de enunciação do Português, considerando as relações linguísticas que estabelecem entre si e seu funcionamento no processo de enunciar fronteiriço. Desse modo, passamos a delinear os conceitos da Semântica da Enunciação que norteiam o desenvolvimento deste trabalho, fundamentando-nos, principalmente, em Guimarães (2005).

#### **3.1 Língua, sujeito e sentido: por um viés da Semântica da Enunciação**

Ao assumirmos uma orientação teórica dos estudos enunciativos para tratar nossa questão de pesquisa, colocamo-nos em consonância com Guimarães (2005) em *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*, em que o autor re-significa conceitos importantes dos estudos enunciativos postulados por Benveniste e Ducrot. Assim, a(s) língua(s) para nós é (são) tomada(s) no acontecimento enunciativo, em relação com o(s) sujeito(s) e produzindo sentido(s).

Para tratar a questão do sentido na linguagem, Guimarães (2005) coloca-se em uma posição materialista, segundo a qual a linguagem não é tomada como transparente e os sentidos são constituídos historicamente. Assumindo como lugar

de reflexão uma Semântica da Enunciação, estabelece diálogo com vários domínios do saber, entre eles o da Análise de Discurso<sup>23</sup>, para repensar, entre outras noções, a de sujeito.

Ao tratar da língua e de seu funcionamento pela enunciação, compreende o sujeito constituído pela língua, que assume a palavra enquanto figura da enunciação. Segundo Guimarães (2005, p.23), os modos de assunção da palavra dão-se em *cenas enunciativas* em que são estabelecidas essas figuras, caracterizadas por constituírem lugares de enunciação distribuídos segundo o agenciamento enunciativo próprio de cada acontecimento de dizer. Uma cena enunciativa está caracterizada por “constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”.

Assim, Guimarães (2005) apresenta o *locutor(L)* como lugar do qual se enuncia, representado como fonte do dizer, concebendo-lhe como uma figura díspar em que se reconhece a representação de um determinado lugar social que o autoriza a falar (*locutor-x*). Essa distinção é de extrema importância, já que, somente estando em um determinado lugar social é que o locutor pode dar-se como tal (locutor-presidente, locutor-jornalista, locutor-consumidor, etc.). Por outro lado, quanto ao *enunciador*, concebe-o como sendo um lugar de dizer (*enunciador individual, enunciador universal, enunciador genérico*), que representa o locutor como “fora da história”, em que não se pode identificar um lugar social de onde se fala, mas sim, um lugar de onde se enuncia, uma “representação da inexistência do lugar social do locutor” (GUIMARÃES, 2005, p.26).

Quanto à enunciação, Guimarães (2005) concebe-a re-significando as noções pensadas por Benveniste ([1970] 1989, p.82), para quem “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, e por Ducrot (1987), que a toma como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (1987, p.168). Ao definir enunciação, Guimarães (2005, p.11) trata de fazê-lo “sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito”, compreendendo-a como sendo um *acontecimento* no qual sujeito e língua se relacionam, um acontecimento determinado pelo político, por ser este fundamento das relações sociais.

---

<sup>23</sup> “Tal como praticada no Brasil e que se organiza e desenvolve a partir dos trabalhos de Pêcheux” (GUIMARÃES, 2005, p.8).

A concepção de *político* desenvolvida pelo autor, para quem o político caracteriza-se por ser “algo que é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem”, formula-se a partir das posições de Rancière e Orlandi<sup>24</sup> a respeito do *político* e da *política*, sendo então compreendido como um “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2005, p.15-16). Esse entendimento o faz refutar a questão da variabilidade de uma língua proposta pela Sociolinguística quantitativa. Para ele, uma língua não é variável, e sim, dividida. Esta divisão é consequência da relação da língua com os falantes e estabelece-se hierarquicamente, distribuindo-os de forma díspar, segundo as relações de importância que as constituem. Na fronteira, o sujeito divide-se entre práticas linguísticas como o Português, o Espanhol e o Portunhol, conferindo-lhes lugares diferentes e segundo uma hierarquização própria do enunciar fronteiro que o identifica e está significada em sua enunciação, conforme podemos observar no fragmento abaixo quando o falante ao nomeá-las e caracterizá-las as distribui:

*El idioma que más se habla acá en la frontera en el momento es el portuñol, son muy poca las persona que hablan perfectamente el español y muy poca las que te hablan el portugués bien, porque nosotros acá tenemos las dos lengua né, entonces queda una cosa ya mezclada (...)*<sup>25</sup>

Enunciar é, pois, uma prática política, já que os falantes são as pessoas identificadas pelas línguas que falam (GUIMARÃES, 2005).

Ao considerar a enunciação como um acontecimento, Guimarães (2005) esclarece que não se trata de tomá-la como um evento no tempo, inserido em uma cronologia marcada por um antes e um depois deste fato, recusando a posição benvenistiana segundo a qual o tempo da enunciação é dado pelo locutor quando enuncia. Para esse pesquisador, o acontecimento instaura uma temporalidade própria. Ao explicar como funciona essa temporalidade no acontecimento enunciativo, expõe:

<sup>24</sup> A posição de Guimarães a respeito do político desenvolve-se considerando “de um lado o político como *conflito*, tal como Orlandi(1990) apresenta em *Terra à vista*, e de outro a consideração da política como *dissenso* tal como apresenta Rancière(1995) em *La mésentente*.”(GUIMARÃES, 2005, p.15).

<sup>25</sup> Recortamos esse fragmento da fala de um fronteiro que colaborou com nosso trabalho de Monografia, realizado no ano de 2005, conforme explicitado no capítulo introdutório desta Dissertação.



De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo o acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado esse presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável (GUIMARÃES, 2005, p.12).

A temporalidade é colocada como elemento estruturante do acontecimento de linguagem, estabelecendo condições para que cada enunciação possa constituir sentidos, possa significar. Ao nos voltarmos à enunciação fronteiriça, consideramos que ela se constitui de uma temporalidade própria, pois, ao enunciar entre as línguas que aí se encontram, os sujeitos mobilizam e projetam sentidos próprios da fronteira, que só são possíveis de significar nesse espaço.

Esse espaço de enunciação compõe-se de cenas enunciativas em que as línguas funcionam em relação e só se colocam desse modo porque o sujeito a distribui politicamente na enunciação. Um vendedor dos *free-shops* de Rivera, por exemplo, quando se dirige aos seus clientes brasileiros enuncia em Português. Ao mesmo tempo, se seu interlocutor é um colega uruguaio, o faz em Espanhol.

Levando em conta que a cena enunciativa organiza lugares de onde se pode assumir a palavra, parece-nos importante abordar a noção de *Formações Imaginárias*<sup>26</sup>. Pois, nessa relação de línguas e sujeitos na fronteira, a língua é distribuída no dizer segundo o interlocutor com o qual esses sujeitos venham a relacionar-se, havendo uma projeção do dizer em relação ao interlocutor/outro, portanto, da enunciação. De acordo com Pêcheux, (1997, p.174) “todo o sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras” de “antecipar seu efeito”.

A projeção que se faz do interlocutor pelo sujeito funciona como um “mecanismo da antecipação”, tal como nos propõe Orlandi (2005, p.39). Assim, aquele que enuncia projeta uma imagem de seu interlocutor, que, por sua vez, possui uma imagem daquele que lhe fala. Aquilo que é dito e a maneira como significa está determinada por essas imagens que os sujeitos fazem de si e dos outros, pois os sujeitos, ao enunciarem, organizam estratégias a partir das

---

<sup>26</sup> Noção construída no interior do campo da Análise de Discurso de linha francesa e aqui tomada por nós para tratar da enunciação.

formações imaginárias. Desse modo, as formações imaginárias funcionam como projeções dos lugares ocupados pelos sujeitos na enunciação. No espaço de enunciação fronteiriço, essas imagens condicionam a divisão do falante que, ao projetar uma imagem dos interlocutores a quem enuncia, movimenta-se entre uma língua e outra:

Por ejemplo en un salón de clase, una *sala de aula*, el niño cuando se dirige al compañero, lo hace en dialecto, cuando se dirige a la maestra, hace en español. Por ejemplo, 'fica queto che', 'maestra, mira ese niño', que esa es claro, la lengua que se comunica con sus amigos, y la que se comunica con la maestra, con la escuela, es el español.<sup>27</sup>

Sendo o espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2005) este lugar onde os sujeitos vão colocar em funcionamento as línguas às quais estão expostos e nelas se significam enquanto fronteiriços, o mecanismo de antecipação funcionaria no espaço de enunciação pela projeção de um outro que pode ser interpelado pela língua enunciada, seja em Português, em Espanhol ou em alguma prática linguística como o Portunhol. Por isso, tomamos como um conceito fundamental para o desenvolvimento de nosso trabalho. Passemos a uma melhor caracterização dessa noção.

### 3.2 Espaços de Enunciação e Espaço de Enunciação Fronteiriço

Como vimos, a enunciação, por ser um acontecimento de linguagem, dá-se no espaço de enunciação, o qual, enquanto espaço de funcionamento de línguas, é sempre permeado pelo político. As línguas dividem-se porque, ao funcionarem, significam como o falante se relaciona com elas, como por elas está tomado.

Segundo Guimarães (2005), existem diferentes modos de representação das relações entre línguas e falantes. A organização política dos estados nacionais é, por exemplo, um dos fatores que define o modo como as línguas distribuem-se no Espaço de Enunciação, é um dos modos de representar como falantes e línguas se relacionam. Por exemplo, a Língua Espanhola pode ser representada como língua estrangeira em relação ao Português se a considerarmos enquanto língua oficial de estados que se distinguem política e territorialmente do Brasil, enquanto línguas

<sup>27</sup>

Trecho de entrevista concedida pelo sociólogo uruguaio Arturo Pereira no ano de 2005.

faladas por nações que não se inscrevem no território brasileiro. Considerando tais proposições, Sturza assim caracteriza o espaço de enunciação:

O espaço de enunciação é um espaço configurado por uma relação de línguas e falantes. (...) Os sentidos são constituídos no interior de um embate, que é determinado pelo lugar político que as línguas tomam ao se confrontarem, ao se mesclarem, ao serem contidas e interdidas, na configuração de um espaço próprio, significadas enquanto línguas, dadas à existência pela existência de seus falantes (STURZA, 2006, p.59).

Os Espaços de enunciação são, portanto, habitados por falantes que atuam como figuras políticas “divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.18), sendo assim, espaços políticos.

Esses modos de representação dos quais falamos podem ser determinados diferentemente por fatores que atuam na relação falante-língua. Conforme afirmamos anteriormente, as imagens que os sujeitos projetam daqueles para quem enunciam, por exemplo, regem a maneira como o falante se relaciona com as línguas e distribui lugares para elas. Nesse sentido, Guimarães (2007, p.64) distingue entre “relações imaginárias cotidianas” e “relações imaginárias (ideológicas) institucionais”. Entre aquelas relações que se constituem na ordem do cotidiano é que surgem as definições de “língua materna”, “língua alheia” e “língua franca” segundo o modo de representação das línguas para os falantes.

Quanto às relações cotidianas, o autor distingue a **língua materna**, falada pelo sujeito por nascer no seio de uma comunidade que a pratica, das **línguas alheias**, qualquer não-materna, e **francas**, que são usadas para compreensão mútua entre falantes de línguas maternas distintas.

No âmbito das relações que se constituem na esfera do institucional, distingue-se conceitualmente a **língua nacional**, consistindo naquela que confere unidade a um povo, reconhecendo-se como membro de uma coletividade que fala a mesma língua; da **língua oficial**, aquela legitimada como a língua do estado, que o representa em documentos oficiais, atos jurídicos, etc. As **línguas estrangeiras** são, então, todas as praticadas pelos falantes de uma nação distinta da dos falantes em questão (GUIMARÃES, 2007).

A fronteira, sendo um espaço de configuração particular, possivelmente, apresenta outros fatores que influenciam no modo como as línguas funcionam e

distribuem-se, outras formas de representar as relações entre línguas e falantes. Segundo Sturza (2007, p.43), a fronteira brasileira com os países da América do Sul caracteriza-se, muitas vezes, por ser uma “zona de interface” do Português do Brasil com o Espanhol falado nos outros países sul-americanos, ambas funcionando como línguas nacionais e também oficiais de um vasto número de falantes. Isso não impede a prática de outras línguas nessas regiões, pois os limites geopolíticos não coincidem com os dos domínios linguísticos.

Nesse sentido, Fernandes e Sturza (2007, p.5) distinguem outro modo pelo qual a relação entre práticas linguísticas enunciadas na fronteira poderia ser representada, como “línguas próximas”, levando em conta as condições sócio-históricas da circulação das línguas de um lado e outro da fronteira. No trabalho desenvolvido pelas autoras, a situação de tangência entre as línguas é analisada tendo como corpus jornais que circulavam no início do século XX na cidade fronteira brasileira de Uruguaiana, a qual limita com *Paso de los Libres* (Argentina). A presença da Língua Espanhola foi observada no corpo das textualidades que compunham os jornais analisados não apenas pela ocorrência de palavras escritas nessa língua, mas também a partir de tendências enunciativas do Espanhol manifestadas em textos publicados em Português em tais periódicos. Assim, tem-se que uma **língua próxima** “funciona em um estado de interface com a outra, pertence a um conjunto de representações histórico-sociais e interculturais que as identificam como tal”, são línguas “condicionadas à presença uma da outra”.

Nosso trabalho de dissertação dialoga com Fernandes e Sturza (2007) ao propor-se a analisar a presença dessas línguas na fronteira Santana do Livramento-Rivera, também funcionando como línguas próximas, principalmente, atentando para a circulação do Espanhol do ‘lado’ brasileiro a partir dos textos de jornais santanenses publicados no mesmo período.

Pensando nos acontecimentos enunciativos que se dão nesse espaço, é que Sturza (2006) cunha a noção de “Espaço de Enunciação Fronteiriço”, constituído por uma relação entre os falantes e suas línguas bastante peculiar, igualmente atravessada pelo político. Nesse espaço, por dar-se numa fronteira, encontram-se as línguas nacionais de cada país, o Português e o Espanhol, e ainda, as práticas linguísticas decorrentes do contato das línguas. Sobre o funcionamento do Espaço de Enunciação Fronteiriço, expõe:

O sujeito enunciativo de práticas linguísticas fronteiriças funciona como figura política que se move entre o eu e o outro. Ou seja, um falante de uma língua nacional frente ao falante de outra língua nacional é afetado pelo imaginário da fronteira como limite entre dois mundos, onde começam, mas também terminam, os domínios de uma outra prática linguística, nem sempre de outra língua nacional (STURZA, 2006, p. 60).

Uma vez definido o Espaço de Enunciação Fronteiriço, passamos a tratar brevemente das práticas linguísticas que coexistem na fronteira do Brasil com o Uruguai, nomeadas em seu conjunto por Sturza (2006, p.64) “Línguas de Fronteira”. Retomamos alguns textos de Elizaincín (1996), Milán, Sawaris e Welter (1996) e Sturza (2006), entre outros, para apresentar um percurso das pesquisas realizadas sobre as “Línguas de Fronteira”. Especificamente, referimo-nos ao caso da fronteira linguística do Português com Espanhol no sul do Brasil com o norte Uruguaio, onde se tem já um conjunto de trabalhos acadêmicos a respeito da situação linguística fronteiriça, decorrente do estreito contato entre essas línguas nas fronteiras geopolíticas entre os países. Assim, a seguir, traçamos um panorama da situação linguística da região a partir de pesquisas científicas de diferentes orientações teóricas realizadas por linguistas sobre o tema, iniciadas há mais de três décadas.

### **3.3 Estudos sobre línguas na/de Fronteira: o traçado de um percurso**

Na perspectiva dos estudos acadêmicos na tradição criada pelos pesquisadores uruguaios, o objeto principal era a presença da Língua Portuguesa na fronteira com o Brasil. Segundo Milán, Sawaris e Welter (1996), os primeiros trabalhos realizados sobre o Português no território uruguaio desenvolvem-se assumindo uma concepção descritivista, preocupando-se em distinguir variedades dialetais dessa língua. Assim, ao pensar na situação de contato do Português com o Espanhol dentro do território uruguaio, abordam-na a partir da noção de bilinguismo.

As pesquisas pioneiras, iniciadas por José Pedro Rona no fim dos anos 50, deram a conhecer uma realidade linguística ignorada até mesmo pelas autoridades políticas e educativas do país. Desenvolvido sob um olhar da Dialetoлогия, seu trabalho foi inovador ao mapear a situação das línguas na região, desde a qual se funda uma linha de pesquisa que passa a ser chamada de *Lingüística Fronteriza*.

(ELIZAINCÍN, 1996). Foi o primeiro a realizar uma descrição linguística sistemática enfocando as situações de contato linguístico na região.

Baseado na tradição da Dialetoologia Estruturalista, Rona adotou critérios fonológicos, morfológicos e léxicos que o levaram a diferenciar quatro tipos de variedades resultantes do contato entre as duas línguas: o *artiguense*, o *tacuaremboreense*, o *yaguaronense* e o *melense* (ELIZAINCÍN, 1996). Levando em conta o grau decrescente de influência do Português, propôs ainda a divisão do norte do Uruguai em três zonas: uma luso-falante; outra em que se falava um dialeto fronteiriço, “mistura” que não é nem Português nem Espanhol; e uma terceira, zona hispano-falante, onde se falava um Espanhol com interferência do Português. Posteriormente, Rona modificou a forma como descreveu esses dialetos, passando à identificação de variedades de base portuguesa ou espanhola (MILÁN, SAWARIS & WELTER, 1996).

Seguindo aspectos metodológicos fundamentados na Geografia Dialetoal, Rona mapeou as zonas limítrofes do Uruguai com o Brasil, delineando os domínios territoriais do Português no Uruguai. Em sua obra *El dialecto fronterizo del Norte del Uruguay*, publicada em 1965, divulga os resultados finais sobre a situação linguística do Uruguai e a identificação de zonas dialetais. Através de suas descrições, o predomínio do Português foi comprovado, bem como a existência de uma terceira prática linguística, surgida da mistura das línguas portuguesa e espanhola, denominada por ele *Dialecto Fronterizo* (STURZA, 2006).

Conforme a pesquisadora (2006), as descobertas apontadas por Rona repercutiram na esfera acadêmica, pois a Língua Portuguesa passou a ser tomada pela comunidade científica uruguaia como objeto de pesquisa. O reconhecimento de que era amplamente praticada nos âmbitos rural e urbano do território nacional por parte das autoridades do país, embora mais restrita à zona de fronteira, rompeu a visão de homogeneidade linguística do Espanhol no Uruguai, que até então vigorava. Além disso, abriu espaço para o desenvolvimento de outros trabalhos sobre línguas em contato, principalmente na área da Sociolinguística.

Na continuidade dos trabalhos sobre a situação linguística da zona de fronteira uruguaio-brasileira, Hensey publica, oito anos mais tarde, a tese de doutoramento *The Sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan Border* defendida no Texas (Austin). Para desenvolver suas pesquisas, esteve durante um longo tempo

na zona fronteiriça, onde realizou análises qualitativas focadas no contato Espanhol-Português em termos de bilinguismo e na análise de seus sistemas fônicos, aliando teoria e método da Gramática Gerativa e da Sociolinguística (ELIZAINCÍN, 1996). Baseou seu trabalho em um corpus recolhido na área urbana das cidades gêmeas de Rivera-Santana do Livramento e Rio Branco-Jaguarão, voltando sua atenção para uma parte dos fenômenos de interferência fonética estudados por Rona (MILÁN, SAWARIS E WELTER, 1996).

O ponto chave do trabalho de Hensey foi ter abordado a situação linguística na fronteira centrando na questão do bilinguismo. O enfoque no bilinguismo decorre da sua perspectiva epistemológica gerativista, que enfoca aspectos aquisicionais, buscando medir o grau de proficiência de um sujeito que está exposto a línguas diferentes em um mesmo contexto linguístico. Nesse viés teórico, não considera, portanto, o sujeito como constituído historicamente pelas línguas.

Segundo suas observações, o fenômeno do bilinguismo se mostrava crescente nas regiões estudadas, sendo a difusão da educação monolíngue em Espanhol nas camadas baixas da população uma razão apontada pelo estudioso para o aumento de falantes bilíngues no lado urbano uruguaio. O fenômeno identificado por Hensey restringia-se ao lado uruguaio. Os brasileiros entrevistados por ele eram capazes de compreender o Espanhol, mostravam influências do Espanhol em sua fala, mas não conseguiam produzir nesta língua. Os brasileiros que mostravam domínio do Espanhol, o tinham aprendido posteriormente ao Português. Os uruguaios considerados bilíngues, em maior número, também apresentavam alta probabilidade de terem aprendido o Espanhol tardiamente, em decorrência do processo de escolarização (MILÁN, SAWARIS E WELTER, 1996).

Conforme Sturza (2006), o “bilinguismo” encontrado na zona fronteiriça do norte uruguaio seria, no entendimento de Hensey, de tipo “funcional”, servindo para atender uma série de necessidades de intercompreensão dos falantes brasileiros. Quanto ao domínio do Português pelos uruguaios fronteiriços, a pesquisadora nos diz que “já não é um português brasileiro, mas um português uruguaio afetado pelas transformações diacrônicas do português em território uruguaio (...)” (STURZA, 2006, p.59).

Em relação à pesquisa de Rona, Hensey comprova que a “mistura” de Espanhol e Português não decorre da entrada deste em território hispano-falante,

mas do Espanhol em um território lusófono (parte do território uruguaio atual) (ELIZAINCÍN, 1996).

No início da década seguinte, Elizaincín e Behares (1981) realizam uma revisão dos trabalhos de Rona sob o olhar de outra filiação teórica. A visão dos falares fronteiriços apresentada por esse autor, foi substituída por outra enfocada “na instabilidade e variabilidade de seus traços estruturais, seu aspecto de *continuum* de falares e, principalmente, a base linguístico-cultural lusitana” (MILÁN, SAWARIS E WELTER, 1996, p.133). O chamado *Fronterizo* por Rona recebeu o nome de *Dialectos Portugueses del Uruguay* (DPU) por Elizaincín e Behares (1981). Aparentemente, o dialeto que ganhou a atenção desses pesquisadores foi o de base portuguesa. O outro, de base espanhola, não aparece contemplado em nenhum trabalho.

Com relação às características dos DPU descritas pelos estudos, tem-se uma grande variabilidade do ponto de vista léxico e sintático, podendo ser identificados a todo o momento vocábulos do Espanhol e interferência de seus padrões gramaticais. Esta variabilidade ocorre em consequência da instabilidade gramatical dos DPU. Algumas razões apontadas para esta instabilidade são: o afastamento e pouco contato do DPU com o Português padrão, escasso contato com o Espanhol padrão e ausência de um modelo escrito padronizado, influencia dos meios televisivos brasileiros e atividade comercial, com a consequente circulação de pessoas (MILÁN, SAWARIS E WELTER, 1996). A questão da variabilidade descrita nos trabalhos coordenados por esses autores é parâmetro importante para os estudos da Sociolinguística Variacionista, que descreve situações linguísticas cruzando variáveis sociais com dados relativos a fenômenos linguísticos produzidos pela mudança ou *cambio* nas formas da língua.

Sturza (2006), em referência aos estudos sociolinguísticos desenvolvidos em conjunto por Elizaincín, Behares e Barrios já em meados da década de 80, afirma que os dialetos portugueses existentes no Uruguai seriam variedades do próprio Português uruguaio, do Português histórico da região, mais rural; e também o Português urbano brasileiro, tendo como referência o Português do Rio Grande do Sul. Segundo a perspectiva sociolinguista assumida por esses estudiosos, pode ser identificada, na zona, uma situação de “bidialetalismo”, em que “dialetos” são colocados em contato segundo a situação em que os falantes se encontram: “Os falantes praticam línguas com níveis de prestígio e funcionamento diferentes e



utilizam-nas de acordo com os contextos em que estão inscritos: escolar, familiar, social” (STURZA, 2006, p.59). Milán, Sawaris e Welter (1996), Elizaincín (1996) e Sturza (2006) apresentam, ainda, outros estudos que integram as pesquisas científicas sobre a situação linguística da zona fronteiriça uruguaio-brasileira.

Carvalho (1998), em sua tese de doutorado, no tocante às mudanças ocorridas na gramática da Língua Portuguesa praticada no Uruguai, contesta sua aleatoriedade. Segundo a pesquisadora, as mudanças e instabilidade gramatical desse Português devem-se a fatores externos à língua. Conforme Sturza (2006, p.60), “a pesquisadora se propõe ainda a discutir uma definição para este português uruguaio, como um português único (...) para que se possa então esclarecer a dicotomia, Português Uruguaio-Fronterizo”.

Em meio a esses estudos, destacamos, ainda, os relativos à situação das práticas linguísticas fronteiriças no meio escolar. Tais estudos já apresentam outra perspectiva da questão da *Linguística Fronteriza*, a da aplicabilidade dos resultados das pesquisas frente à realidade da situação das línguas dos fronteiriços quando em fase de escolarização. Alguns foram desenvolvidos com o apoio de órgãos governamentais ligados à educação ou de organizações de caráter internacional, entre os quais se encontram trabalhos de Behares publicados durante a década de oitenta como, por exemplo, “*Diglosia en la sociedad escolar de la frontera uruguaya con Brasil: matriz social del bilingüismo*” (1980/1984), que fornece uma panorama geral da situação linguística da fronteira e um projeto voltado para questões de planejamento linguístico “*Planificación Lingüística y educación en la frontera uruguaya con Brasil*”(1985), em que o pesquisador discute o plano de educação vigente na época para o ensino primário uruguaio e aponta possíveis alternativas para sua re-elaboração.

Do mesmo modo, outros linguistas como Barrios (1995) desenvolveram trabalhos com essas preocupações já na década de noventa, época em que também surgiram alguns projetos de caráter interinstitucional envolvendo universidades brasileiras, uruguaias e argentinas (MILÁN, SAWARIS e WELTER, 1996). Essas pesquisas fundamentaram mais recentemente programas de reestruturação do ensino no que diz respeito às línguas na área fronteiriça em questão. São exemplos dessas iniciativas o “*Programa de Educación Bilingüe por Inmersión en Escuelas de Tiempo Completo*”, elaborado pela “*Administración Nacional de Educación Pública*”, vinculado ao “*Consejo de Educación Primaria*” do Uruguai (BROVETTO, 2006),

seguidos de propostas de reestruturação de componentes curriculares organizadas pela “*Comisión de Políticas Lingüísticas en la Educación Pública*” (ANEP, 2008).

A partir desse conjunto de trabalhos produzidos no campo de conhecimento designado *Lingüística Fronteriza*, configura-se um cenário da situação das línguas na fronteira do Uruguai com o Brasil caracterizado pela existência de diferentes práticas linguísticas que vão além das línguas nacionais de cada país. Como vimos, tais práticas vão sendo renomeadas nos sucessivos trabalhos conforme a orientação teórica assumida pelos pesquisadores e seus modos de vê-las enquanto objeto, mobilizando diferentes sentidos para as línguas e para os sujeitos, determinando a forma com as relações entre as línguas são interpretadas. Compreendemos esses modos de tomar as línguas como foco do trabalho acadêmico científico funcionam enquanto divisões políticas, distribuindo-as conforme lugares diferenciados, o que está significado nas renomeações que recebem. Segundo Milán, Sawaris & Welter (1996, p.142), em relação ao lado uruguaio da fronteira, tem-se:

Podemos representarnos al lado uruguayo de la frontera como una sociedad donde el **español** es percibido como la lengua nacional de prestigio, el **portugués estándar** como lengua-símbolo de una nación de enorme poder económico y cultural, a la que muchos uruguayos de la frontera están unidos por lazos muy profundos, y, finalmente el **portugués “fronterizo” (DPU)**, en su carácter de lengua materna y de uso cotidiano de las clases bajas (básicamente), muy desprestigiada (...) (1996, p.142) (grifo nosso).

Sturza (2006, p.63), ao fazer uma síntese das línguas praticadas na zona fronteiriça Uruguai-Brasil mais aproximada à situação atual, considerando as relações políticas entre elas, as distribui da seguinte maneira: “o Português e o Espanhol como línguas nacionais; o Fronterizo, o Portunhol e o DPU como práticas resultantes do cruzamento”. O Português funcionaria, também, como uma segunda língua, pois, conforme indicado pelas pesquisas, entre os falantes fronteiriços uruguaio, há casos de bilinguismo Espanhol-Português.

A distribuição das línguas de fronteira apresentada pela autora não representa sua única forma de organização, pois podem organizar-se de diferentes maneiras, determinadas pelos modos de significar a relação política que se dá entre as línguas e os sujeitos que as praticam em diferentes condições sócio-históricas. Para exemplificar, transcrevemos as palavras de um falante fronteiriço<sup>28</sup> que, ao ser

---

<sup>28</sup> Idem nota 25.

entrevistado sobre a situação linguística em Rivera (Uruguai), enuncia sobre as línguas praticadas na fronteira, distribuindo-as em sua enunciação:

*La variante más significativa es la que se da aquí en Rivera (...) en que hay tres dialectos: el español la lengua oficial, digamos así, que se utiliza en los centros de educación; está también el portugués que se habla aquí en Rivera, y está también una variante del portugués, los dialectos portugueses hablados en el Uruguay(...) que eso es una lengua, un dialecto, digamos así, que utilizando palabras del español y del portugués se manifiesta en una estructura del portugués(...)<sup>29</sup>*

Vemos como a distribuição privilegiada pelo falante significa o território fronteiriço marcado por sua divisão geopolítica, pois situa as línguas a que faz referência somente de um ‘lado’ da fronteira (“*aquí en Rivera*”). Ao contemplá-las em sua totalidade, inicialmente as refere como “*dialectos*”, agrupando-as, aparentemente, de forma homogênea. Ao mesmo tempo, distingue-as uma das outras, mostrando-se afetado pelo discurso acadêmico, pois as designações que emprega constituem-se como marcas enunciativas características que significam as pesquisas que mencionamos anteriormente. É interessante ver como, além de designá-las, o falante apresenta uma distribuição das línguas de acordo com as relações imaginárias que regem diferentes cenas enunciativas, ou seja, determinam os lugares sociais ocupados pelos falantes fronteiriços ao enunciar, o que vai incidir na enunciação de uma língua ou outra.

Ao nos propormos a pesquisar os modos de distribuição das línguas na fronteira Livramento-Rivera no final do século XIX, princípio do XX, tendo como suporte teórico a os estudos enunciativos, mais especificamente a Semântica da Enunciação, nos dirigimos a uma organização que se dá pela relação do falante fronteiriço com as línguas na fronteira, distribuição essa que se materializa, por exemplo, nos anúncios dos jornais que iremos analisar, pois o compreendemos como um espaço de circulação dessas práticas linguísticas e como um dos modos em que os falantes significam sua relação com as línguas. Nesse sentido, afastamos da maioria dos trabalhos anteriormente descritos que privilegiaram o estudo das

<sup>29</sup> A variante mais significativa é a que se dá aqui em Rivera (...) em que existem três dialetos: o espanhol a língua oficial, digamos assim, que se utiliza nos centros de educação; está também o Português que se fala aqui em Rivera, e está também uma variante do Português, os dialetos portugueses falados no Uruguai (...) que isso é uma língua, um dialeto, digamos assim, que utilizando palavras do espanhol e do Português se manifesta numa estrutura do Português (...) [tradução nossa].

línguas fundamentados em outras perspectivas teóricas e nos filiamos ao trabalho realizado por Sturza (2006).

As pesquisas que descrevem as relações linguísticas nessa região fronteiriça concentram-se, em sua maioria, no ‘lado’ uruguaio da fronteira. Conforme já mencionamos, entre as publicações mais recentes, encontra-se “*Documentos para la historia del Portugués en el Uruguay*”(2005) resultado dos estudos realizados pelo grupo de pesquisadores integrado por Elizaincín, Bertolotti, Caviglia, Coll y Fernández, também vinculados a *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad de la República*. O trabalho recupera a presença histórica do Português no Uruguai e seu contato com o Espanhol desde uma perspectiva histórica recorrendo a fontes originais datadas do século XIX. Tais estudos abrem caminho para que outros sejam realizados também do lado brasileiro.

Elizaincín (1996, p.23), ao tratar da complexa situação linguística de contato entre o Brasil e os demais países sul-americanos limítrofes, afirma: “*no ha surgido un conjunto de estudios que pueda ofrecernos una visión al menos aproximada de estas complejas realidades de mezclas y contactos. De la misma manera, poco se ha producido sobre la frontera uruguayo-brasileña mirada desde el Brasil*” (grifo nosso).

De acordo com o que afirmamos no primeiro capítulo, acreditamos que o espaço fronteiriço transforma-se em território pelas formas de apropriação que se fazem por meio das relações das pessoas que o habitam. Torna-se um **território fronteiriço**, pois as formas de habitar esse espaço, marcadas por intensa mobilidade e circulação, abarcam, concomitantemente, parte dos territórios dos estados nacionais que o compõem, definindo-se pela atenuação de seus limites geopolíticos e a determinação de novos limites, imaginários, ‘elásticos’, que se alargam seguindo o fluxo das relações da vida na fronteira. Segundo Haesbaert e Limonad (2007, p.42), “Os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem e ao se apropriarem (...), constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território.”.

Desse modo, considerando que o político divide a enunciação do falante fronteiriço, esse, ao fazer uso das línguas praticadas na fronteira, vem mostrando-se, pelos exemplos anteriormente citados, ainda mais dividido no Espaço de Enunciação, em que a prática de uma ou outra língua é fundamental para determinar as divisões políticas existentes ou mostrar a diluição dessas divisões. Destarte, os

falantes fronteiriços encontram-se entre línguas, sendo determinados por aquelas nas quais enunciam. Ao manifestar-se nesse espaço enunciativo, o falante da fronteira enuncia nas e sobre as línguas que o compõem, significando as relações vividas na fronteira em sua enunciação. Assim, acreditamos que os sujeitos da fronteira, ao enunciarem, estão afetados pela(s) relação (ões) que estabelecem com e no território fronteiriço.

Conforme foi dito anteriormente, o recorte temporal em que nossa pesquisa se concentra compreende os últimos anos do século XIX e, principalmente, os primeiros do século XX, época em que as localidades fronteiriças intensificam sua urbanização. A seguir, descrevemos os procedimentos metodológicos que serão utilizados para a análise dos textos que compõem o nosso corpus de pesquisa e apresentamos perspectivas de análise das quais partimos para a interpretação dos modos de distribuição das línguas em circulação na fronteira Santana do Livramento-Rivera.

## 4 LÍNGUAS EM RELAÇÃO NO ESPAÇO DO JORNAL: O ENUNCIAR NA FRONTEIRA E A EMERGÊNCIA DE SENTIDOS

De acordo com o exposto nos capítulos primeiro e segundo, a fronteira meridional do Brasil constitui-se sob condições geográficas e sócio-históricas particulares, conferindo-lhe um caráter singular. E são essas condições constitutivas da fronteira que tomamos para re-significá-la. Nesse espaço, a fronteira atenua seu caráter divisório, *apartador*, e volta-se à contiguidade, à integração de sujeitos, costumes, culturas, línguas, etc.

Tomá-la como um **território**, tal como o estamos considerando, como espaço socialmente apropriado, conduz para a constituição de um lugar em que a fronteira deixa de ser uma linha, e passa a formar um espaço único carregado de simbolismos próprios e, sempre, contraditórios. Segundo Behares (1996, p.32), “(...) *la zona fronteriza es otra cosa que una línea, es un lugar, lleno de otros sentidos derivados de la cotidianidad (...)*”. Em meio aos elementos que simbolizam *lo fronterizo*, encontram-se as línguas, que assumem diferentes sentidos ao entrarem em funcionamento quando praticadas pelos falantes fronteiriços, colocando-se em relação.

Anteriormente, começamos a ver como os modos pelos quais os sujeitos relacionam-se com as línguas assumem diferentes representações segundo o ‘tipo’ de relação estabelecida. Ne, circulam as línguas oficiais de cada país limítrofe, o Português e o Espanhol, utilizadas principalmente na esfera institucional ligada ao Estado, ao nacional. Por outro lado, registra-se a prática do Portunhol e/ou dos DPUs, que circulam principalmente no comércio informal, ou nas conversas travadas no dia-a-dia das famílias fronteiriças. No território fronteiriço, essas línguas podem assumir diferentes modos de representação, funcionando ora como línguas maternas, ora como línguas oficiais, ou próximas, por exemplo. Nesse sentido, interessa-nos ver, historicamente, como as relações entre sujeitos e línguas estão representadas na fronteira. Por isso, remetemo-nos ao período em que a sociedade fronteiriça ganhava impulso no seu processo de urbanização.

Conforme expusemos no capítulo 2, o comércio sempre foi um dos elementos que movimentou a economia da região, estimulando seu desenvolvimento e criando uma rede de ligações importantes entre os membros dessa sociedade e desses com habitantes de outras localidades. Nesse contexto,

produtos e pessoas circulavam intensamente entre as cidades de Santana do Livramento e Rivera, bem como iam e viam de outras localidades, principalmente uruguaias e brasileiras. Segundo Fernandes e Sturza (2007, p.4), “Um dos fatores de sustentação da vida fronteiriça é o econômico. As negociações comerciais nas regiões fronteiriças contribuíram para o fluxo de pessoas”.

Nessa conjuntura, não apenas mercadorias eram comercializadas, mas também serviços eram oferecidos à população. Alguns profissionais da região especializavam-se nas capitais rio-platenses e, através dos jornais locais, divulgavam novidades aos habitantes fronteiriços: “Era comum, em periódicos locais, profissionais apresentarem à sociedade suas mais novas especialidades, adquiridas em viagens que faziam à Argentina e ao Uruguai” (STURZA, 2007, p.45)<sup>30</sup>.

No início do século passado, época em que poucos eram os canais de comunicação existentes, o principal meio de informação da sociedade fronteiriça era o jornal<sup>31</sup>. Através dele, divulgavam-se notícias que informavam os moradores das cidades da fronteira sobre o que acontecia nas grandes metrópoles como Rio de Janeiro ou Buenos Aires, principalmente assuntos relacionados à conjuntura política nacional e local (CHASTEEN, 2003; CAGIANNI, 1983). A imprensa, na figura de órgãos responsáveis pela publicação de periódicos impressos, desempenhava um papel importante nas localidades em processo de urbanização, como o eram as comunidades fronteiriças do sul do Brasil. A seguir, fazemos uma breve caracterização da imprensa brasileira e, logo, rio-grandense e fronteiriça, segundo os estudos de pesquisadores do campo da Comunicação Social no período em questão.

#### **4.1 A imprensa no nascer do século XX e o lugar do jornal nas relações fronteiriças**

O início do século XX foi um período de intensa transformação para a imprensa brasileira. Conforme Sodré, houve uma progressiva modernização iniciada

---

<sup>30</sup> A autora refere-se aos profissionais que circulavam em Uruguiana, porém, situação semelhante dava-se em outras cidades fronteiriças como Santana do Livramento.

<sup>31</sup> Segundo a ANJ (2009), foi no século XIX que surgiram os primeiros jornais de periodicidade estável e de cunho informativo na América Latina. Nos anos anteriores, a maioria possuía vida passageira. No Brasil, os jornais que marcam historicamente a fundação da imprensa foram publicados pela primeira vez no ano de 1808: Correio Braziliense, em 1º de junho, e a Gazeta do Rio de Janeiro, em 10 de setembro.

nos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro. No entanto, nas demais províncias, a situação era distinta:

Nos outros Estados, a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, (...) são raros os jornais de província com estrutura de empresa. Mas a matéria principal deles é também a política (...). (SODRÉ, 1999, p. 324).

Os principais órgãos da imprensa jornalística, nas grandes cidades e também no interior, vinculavam-se a partidos políticos, tanto aqueles que ocupavam o poder, quanto os que representavam a oposição. Muitos deles foram criados com o intuito de divulgar ações do governo e atacar os oposicionistas. Estes, por sua vez, utilizavam periódicos para mobilizar pessoas contra a situação política dominante, assumindo tom de denúncia e acusação nos textos publicados.

Novamente, de acordo com as afirmações de Sodré (1999) sobre as mudanças ocorridas na virada do século no país, o capital gerado pelo crescente desenvolvimento do comércio fomentou o gradativo processo de urbanização das cidades brasileiras, embora muitas delas ainda estivessem voltadas a práticas de produção rurais, como a agricultura e a pecuária. Desse modo, os jornais em circulação estavam a serviço do Estado ou do capital comercial.

Em se tratando especificamente da circulação dessas publicações impressas no Rio Grande do Sul durante os primeiros anos da República Velha, época coincidente com o período a que nossa pesquisa se dirige, podemos verificar a caracterização de uma imprensa predominantemente partidária. Durante a Revolução Federalista, a imprensa oficial utilizava-se dos jornais para se manifestar contra os maragatos e rechaçar a atitude do governo Uruguaio que, contrariamente aos interesses do governo republicano, asilou muitos federalistas até os anos finais do século XIX (RECKZIEGEL, 1995). Por outro lado, circulavam clandestinamente publicações da oposição federalista, enfrentando a repressão castilhistas, como o jornal santanense “O Maragato”, editado em Rivera desde 17 de março de 1897 (FERTIG, 2009, p.1-2). Ao mesmo tempo, eram noticiados eventos de importância local, relacionados à vida cultural, social e comercial da população.

Hohlfeldt e Rausch (2006, p.3) assinalam que, embora houvesse o alinhamento dos proprietários e editores dos periódicos rio-grandenses com os partidos políticos vigentes, nos anos subsequentes à Revolução Federalista, quando a representação partidária monopoliza-se pelo partido Republicano, esse quadro



começa a alterar-se. O surgimento do Correio do Povo (1895) em Porto Alegre e a progressiva introdução de novas tecnologias ocasionam transformações na imprensa, que adquire caráter industrial, abandonando as antigas práticas artesanais e adotando uma produção mecanizada, o que já vinha acontecendo em outros estados conforme apontado anteriormente. Além de divulgar princípios ideológicos, os editores dos jornais passam a preocupar-se em atender certos interesses do público receptor. Surgem, então, publicações dirigidas a determinados segmentos da sociedade, como associações de imigrantes, operários, intelectuais, clubes, comerciantes, etc.

Do mesmo modo, tais autores apontam que, com a industrialização da imprensa, as empresas jornalísticas voltaram-se para o lucro, dependendo da publicidade e da assinatura dos periódicos para se manterem, conforme ilustra a Figura 4.

Assim, a entrada de capital é conseguida por meio dos apoiadores, que publicam seus anúncios nas páginas desses jornais. Sodré, ao caracterizá-los, afirma que, a partir de meados do século XIX, esses textos também sofreram transformações, evoluindo quanto às informações que veiculavam e à forma como eram redigidos:

O anúncio evoluíra também. Nos jornais antigos, proclamavam as virtudes de barbeiros que aplicavam bichas, escravos à venda ou fugidos, gêneros alimentícios, navios que chegavam ou que partiam, remédios milagrosos. Na segunda metade do século XIX, eram já elaborados; para os fins do século, contam com a qualidade literária emprestada por alguns escritores. (SODRÉ, 1999, p.28)

Com isso, o jornal deixa de ser um lugar apenas de divulgação de idéias político-partidárias e passa a apresentar uma diversificação em seu conteúdo, relacionando-se também aos interesses de uma sociedade urbanizada, com um maior índice de alfabetização e sustentada nas relações comerciais.

Em relação à relevância dos jornais locais para a sociedade fronteiriça, Fernandes e Sturza (2007) evidenciam vários aspectos: cultural, social, comercial, etc.

**Tarifa fixa para publicações**

---

**Annuncios commerciaes**

Por centimetro de columna, Por mez	\$500
Por anno, adiantadamente	\$5000
<b>Sobre formação ou dissolução de sociedades, por mez</b>	
	\$8000
<b>Sobre venda de propriedades, centimetro de columna, por mez</b>	
	1\$000
<b>Profissionais, cent. por mez</b>	
	1\$000
<b>Sam, centimetro, por anno, adiantado</b>	
	10\$000
<b>Pé de pagina, por publicação</b>	
	\$3000
<b>Officiaes, municipaes e judiciaes, preços convencionaes</b>	
<b>A pedidos, por linha</b>	2\$500

Não ha lugar de preferéncia para annuncios e nem para escriptos de especie alguma.

**Os annuncios que não sejam deste Estado, pagarão por preços convencionaes.**

Direcção telephonica Rua 29 de Junho n.º 24.

---

*Para autenticação em abona da esbella*

Figura 4 – Tarifas para publicação de anúncios comerciais em “O Commercio”, 1906.

Por exemplo, em periódicos do início do século XX em Uruguaiana, era possível encontrar colunas destinadas a informar o paradeiro de pessoas da localidade que partiam de viagem, ou daquelas que retornavam à cidade; anúncios de médicos, cirurgiões, advogados, profissionais em geral oferecendo seus serviços; avisos das sociedades representativas dos imigrantes a seus sócios, como a Sociedade Espanhola; propagandas de casas comerciais ofertando seus produtos; informativos de objetos extraviados; notícias sobre a realização de espetáculos artísticos; reportagens aludindo a outros órgãos da imprensa local, etc. Desse modo, o jornal constituía-se em um meio de expressar e atender as demandas locais e intercambiar informações entre diferentes segmentos sociais, mobilizando os habitantes da zona fronteira.

Quanto ao papel dos meios de comunicação em zonas de fronteira, Raddatz (2009) volta-se contemporaneamente para o papel da mídia nesses espaços. Ao analisar a programação de algumas rádios FM radicadas em cidades fronteiriças,

considera que essas emissoras operam como lugares de representação de práticas socioculturais da região. Segundo a pesquisadora, o papel da mídia inserida no cotidiano dessas comunidades é de “reforçar, criar e definir esta fronteira” (RADDATZ, 2009. p.21).

Igualmente, Muller (2002) analisa como ocorrem as práticas comunicacionais no espaço fronteiriço e como o fenômeno fronteira está presente na mídia local. Para isso, toma como objeto de pesquisa jornais impressos de Uruguaiana e *Paso de los Libres*; e Santana do Livramento e Rivera. Para a autora, este veículo funciona como um elemento ativo nos processos sociais que se desenvolvem nas zonas de fronteira. Sobre sua produção, finalidade e circulação nos diz:

O jornal impresso, caracterizado como um veículo de comunicação de massa, pode ser entendido como instrumento de comunicação produzido **em** e **para** comunidades específicas. Sua circulação pode ser restrita a um pequeno município, atingindo localidades próximas, compondo um espaço peculiar, uma região, no caso a da fronteira (MULLER, 2002) (grifo nosso).

A partir dessas afirmações, entendemos que o jornal se coloca como um espaço onde operam as relações dos sujeitos com as línguas e como essas os significam enquanto sujeitos fronteiriços. Nele, no jornal, materializam-se as relações, significando como a fronteira organiza-se, como se configura o espaço de mobilidade, contatos, interfaces, trocas e fluxos diversos. Como lugar de materialização das relações fronteiriças, o jornal se constitui como um espaço onde línguas enunciadas na fronteira são colocadas em circulação. É, sobretudo, deste modo que estamos olhando para o jornal, como um lugar em que, ao serem enunciadas, as línguas significam os sujeitos que circulam no território fronteiriço e se, por sua vez, significam-se diferentemente do que significariam em outros espaços de enunciar.

#### **4.2 Recortando o arquivo: a constituição do corpus de pesquisa a partir de jornais santanenses datados do final do século XIX, início do XX**

De acordo com os propósitos deste estudo, de analisar a circulação das línguas e seus modos de distribuição na fronteira Livramento-Rivera, escolhemos trabalhar com os jornais por considerá-los documentos de registro na(s) língua(s) da memória dessa fronteira, textualidades que dizem sobre os modos de enunciar

nessas línguas, sobre seu funcionamento enunciativo. Nesse sentido, constituem um **arquivo**.

Para compor o **corpus** de nossa pesquisa, recortamos esse arquivo constituído pelos jornais disponíveis, publicados nos anos finais do século XIX e no início da centúria seguinte na fronteira Santana do Livramento-Rivera. Essas publicações integram o acervo de museus localizados no Rio Grande do Sul. O primeiro a que tivemos acesso, **Museu Folha Popular**, localiza-se em Santana do Livramento e é de propriedade particular, administrado pela família do historiador Ivo Caggiani. Consultamos também o Museu **de Comunicação Hipólito José da Costa**, situado em Porto Alegre e vinculado à Secretaria da Cultura do Estado do RS.

Ao manipularmos jornais disponíveis nesses museus, obviamente, não esgotamos em sua totalidade todos os documentos que constituem o arquivo a que nos referimos, pois, certamente, outros museus devem possuir periódicos com as características que mencionamos, ou ainda, outros espaços de conservação da memória fronteiriça como arquivos históricos ou acervos pessoais.

Ao trabalhar esse arquivo a fim de responder nossas indagações, chegamos ao **corpus** constituído pelas textualidades que recortamos de jornais da imprensa santanense. A partir das indagações que formulamos em torno do objeto estudado, de acordo com o objetivo de nossa pesquisa, selecionamos anúncios comerciais redigidos parcialmente em Espanhol ou que contivessem palavras nessa língua, publicados em Livramento-Rivera em jornais do 'lado brasileiro' da fronteira e no período em questão, como também, anúncios escritos unicamente em Língua Portuguesa. No entanto, o confronto com os jornais levou-nos a também incluir no corpus enunciados localizados em outras seções do jornal.

#### **4.3 Jornais santanenses em circulação na fronteira no final do século XIX, início do século XX: breve caracterização**

Buscando compreender o funcionamento das relações fronteiriças na virada do século XIX para o XX por meio dos periódicos locais que circulavam na região, sobretudo, focando-nos nas relações entre sujeitos e línguas, esboçamos um quadro dos jornais existentes na região no período em questão. Inicialmente, a partir da obra *Sant'Ana do Livramento: 150 anos de história* (CAGGIANI, 1983), fizemos um

levantamento prévio, elencando os seguintes títulos: *Correio do Sul* (1883), *O cidadão* (1886), *Jornal do Comércio* (1888), *O Canabarro* (1888), *O Maragato* (1906) e o *Marechal de Ferro* (1906).

Em um segundo momento, em consulta ao acervo do museu Folha Popular, encontramos apenas um dos jornais listados previamente. Não obstante, havia alguns que não foram mencionados em Caggiani (1983). Por último, acessando os documentos arquivados no museu José Hipólito da Costa, descobrimos outros de que não tínhamos conhecimento anteriormente. O Quadro 1 apresenta uma síntese desses exemplares. Conforme ilustra o quadro, todos esses periódicos eram publicados por órgãos da imprensa santanense, porém, por vezes, eram editados em Rivera. “O Canabarro” e “O Maragato”, alinhados ideologicamente ao Partido Federalista, durante certo período, foram editados na cidade uruguaia, de acordo com a situação política vivida na província, sob o domínio do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) a partir de 1895.

Dos jornais encontrados nos museus, utilizamos os seguintes para selecionar os anúncios que constituem nosso corpus: “O Maragato” (1898), “O Zenith” (1906), “O Comercio” (1906), e “A Fronteira” (1908). Do primeiro, destinado a noticiar eventos de interesse do Partido Federalista, dirigido e redigido pelo ativista federalista Rodolpho Costa, encontramos vários exemplares, o que nos permite supor que teve uma circulação mais contínua e abrangente, contrariamente aos demais, dos quais nos deparamos com apenas um exemplar. Desses últimos, “O Zenith” (1906) era um órgão pertencente ao Clube Caixeiral; “O Comercio” (1906) dedicava-se a noticiar informações relacionadas ao comércio e à indústria; e a “A fronteira” (1908), cujo editor era o influente líder republicano Dr. Flores da Cunha, servia aos interesses desse partido. Abaixo, reproduzimos uma capa de cada periódico (Figuras 5, 6, 7, 8):

NOME	ANO	CIDADE/LOCAL DE EDIÇÃO	FONTE	VINCULAÇÃO POLÍTICA/SETOR REPRESENTATIVO
Jornal do Comércio	1888	Livramento	Caggiani (1983)	Comércio
O Canabarro	1888, 1895	Livramento. Em 1895 era editado em Rivera.	Caggiani (1983)	Partido Federalista
Correio do Sul	1883	Livramento	Caggiani (1983)	Não identificado.
O cidadão	1886	Livramento	Caggiani (1983)	Partido Republicano
Republicano	1893	Livramento	Museu Hipólito J. da Costa	Não identificado.
Marechal de Ferro	1903, 1904, 1905, 1906	Livramento	Caggiani (1983) e Museu Folha Popular	Partido Republicano
O Maragato	1898, 1899, 1900, 1906	Livramento. Editado em Rivera a partir de 1897.	Caggiani (1983) e Museu Hipólito J. da Costa	Partido Federalista
O Zenith	1906	Livramento	Museu Folha Popular	Clube Caixeiral
O Commercio	1906	Livramento e Rivera	Museu Folha Popular	Comércio
A fronteira	1908	Livramento	Museu Hipólito J. da Costa	Republicano

Quadro 1 - Jornais em circulação em Livramento – final do Século XIX, início do Século XX



Figura 5 - Capa do jornal "O Maragato", nº 2, edição de 23 de março de 1898.



Figura 6 – Capa do jornal “O Commercio”, nº 20, edição de 24 de setembro de 1906.



Figura 7 – Capa do jornal “O Zenith”, nº 6, edição de 19 de novembro de 1906.



Figura 8 – Capa do jornal “A fronteira”, nº 178, edição de 08 de maio de 1908.

Nas páginas desses jornais, eram publicados textos diversos que, hoje, nos permitem interpretar como acontecia o dia-a-dia na vida da fronteira, pois nos trazem informações sobre a dinâmica das relações vividas na região e período que estamos considerando. É possível saber sobre a movimentação das pessoas que aí viviam, quais produtos e serviços estavam disponíveis para consumo, quem frequentava as atividades artísticas que eram promovidas pelos clubes das cidades, registravam-se eventos sociais como festas de aniversários, casamentos, informava-se sobre a morte de pessoas ilustres, publicavam-se os horários das linhas de trem que passavam por Rivera e Santana, poemas de autores locais, etc.

Desse modo, acreditamos que a observação desses exemplares possibilita-nos reconstituir as condições sócio-históricas de que a sociedade fronteiriça fazia parte. É possível compor um “retrato” de como funcionava a vida na fronteira neste momento em que Santana e Rivera gozavam de um período de prosperidade, impulsionado pelo desenvolvimento do comércio de importação e exportação e o início do processo de modernização, provocado pelo incremento do setor industrial na região do Rio da Prata que, aliado à pecuária extensiva, aos poucos, mudava a realidade da fronteira, atraindo pessoas e investimentos para essas localidades. Com o progresso econômico que a região desfrutava, o poder aquisitivo dos



fronteiriços aumentou, sendo possível a comercialização de artigos vindos da Europa e de outros lugares, que encontrava na população dessas cidades bons consumidores, movimentando suas casas de comércio.

Dado o exposto, tomamos o jornal como uma espécie de ‘cenário’ em que os textos nele contidos nos permitem interpretar em que conjuntura estavam e como atuavam os personagens que habitavam o território fronteiriço e ‘ouvir’ suas vozes. Portanto, considerando que o incremento da economia local, através do comércio, é o principal fator que movimenta a vida na fronteira no período tratado, mobilizando pessoas, dentre os textos publicados nos jornais, o recorte que fizemos inclui, principalmente, anúncios de casas comerciais, produtos e serviços, os quais constituem nosso corpus de pesquisa.

Para a análise, consideraremos anúncios como enunciados e, neles, o funcionamento das línguas na fronteira. Nesse sentido, interessa-nos analisá-los seguindo três direções:

a) como parte de um ‘todo’, considerando outros textos que dividem o mesmo espaço em um determinado jornal, levando em conta sua disposição física, a forma como estão arranjados nas páginas em que aparecem;

b) compondo cenas específicas em que os sujeitos fronteiriços enunciam a partir de lugares de dizer constituídos na enunciação;

c) como textualidades em que redes de significação são construídas por meio das relações linguísticas entre palavras de seus enunciados.

Seguindo a primeira perspectiva, pretendemos visualizar como os anúncios, ao serem tomados na totalidade do jornal, apresentam uma organização/distribuição das línguas em circulação no território fronteiriço.

A segunda orientação leva-nos a elaborar algumas questões que nortearão nossa análise: de que lugares sociais enunciam os sujeitos que compõem as diferentes cenas de enunciação que se materializam no espaço do jornal? Em que língua(s) está(ão) redigido(s) os anúncios? A quem se dirigem? Ao fazê-lo, que imagens constituem daqueles a quem enunciam? Em que medida esta imagem determina as escolhas linguísticas de quem anuncia/enuncia?

A terceira implica considerar relações entre a palavra ‘fronteira’ e suas reescrituras, que constituem as enunciações materializadas nos anúncios,

compreendendo-as como relações de sentido que se constroem no agenciamento enunciativo de cada acontecimento.

Ao analisar os textos, procuraremos interpretar como, ao serem enunciadas pelos falantes, as línguas se organizam e se distribuem no espaço de enunciação fronteiriço. Entendemos que a análise enunciativa desses anúncios traz novas significações para as línguas que aí circulavam e circulam, e para a fronteira, segundo a relação estabelecida pelo falante fronteiriço com estas práticas linguísticas, o que inclui sua relação com o outro, sempre determinada pelo político e pelas condições sócio-históricas e geográficas que são únicas e próprias desse espaço.

#### **4.4 O jornal e as línguas em circulação no território fronteiriço: perspectivas de análise**

Durante o decorrer desse trabalho, vimos afirmando que as condições sócio-históricas próprias da constituição dessa fronteira, em que muitos elementos linguísticos, culturais, econômicos, políticos são compartilhados, permitem-nos compreendê-las como formas de apropriação que nos levam a designá-la ‘território fronteiriço’.

Outrossim, ao tomar o jornal nesse território e seu funcionamento, através da análise de um processo enunciativo, apoiamo-nos em Guimarães (2005), pois acreditamos que, no jornal, o modo de operar das relações fronteiriças apresenta-se em diversas cenas enunciativas, redizendo-as, movimentando sentidos próprios desse universo.

Iniciamos pelo jornal federalista santanense “O Maragato”, edição de 23 de março de 1898, editado na cidade de Rivera. Considerando uma das páginas do jornal dedicadas à publicação de anúncios comerciais (Figura 9), dividem o espaço da lauda textos publicitando produtos e serviços oferecidos por casas de comércio e profissionais estabelecidos em Santana do Livramento e Rivera, e também outras cidades do seu entorno, como *San Eugenio*, Dom Pedrito ou São Gabriel. Nessa página, podemos observar quais artigos eram consumidos pela sociedade fronteiriça quais atividades atendiam às suas demandas.



Encontramos, por exemplo, a propaganda de medicamentos como a “Pomada Albirina”, empregada para sanar disfunções cutâneas, produzida em Pelotas; “A maravilha curativa do Dr. Humpreys”, loção analgésica com diversas propriedades, a “Água de Quina Tônica”, utilizada para o trato de problemas capilares, ou ainda, os “Específicos do afamado Dr. Humprei”, fármacos que prometiam curar as mais “rebeldes” enfermidades. Quanto ao ramo de atuação de profissionais liberais, tem-se a divulgação dos préstimos de agrimensores, advogados, procuradores, escrivães, entre outros. Em meio aos estabelecimentos anunciantes, encontram-se: “*Gran Casa Comercial*”, “*Sastreía Riverense*”, “Sapataria Nacional”, “Farmacia Oriental”, “Armazem de Fernandez e Garcez”, “Iriondo & C.”, “Botica Homeopathica Brasileira”, “Marcenaria”, os quais fabricavam e/ou vendiam os mais variados produtos, como móveis, tecidos, vinhos, fumos e charutos, remédios homeopáticos ou alopáticos, sapatos, artigos de bazar, trajes para diversas ocasiões, sendo muitos importados.

Em relação às características dos anúncios, a maioria ocupava um espaço quadrangular na seção “Anuncios”, trazendo no cabeçalho o nome do comércio ou da mercadoria promovida, geralmente, seguida do nome de seu proprietário ou de seu fabricante. Logo, apresenta-se uma descrição das atividades prestadas ou dos artigos em venda, algumas breves, outras de maior extensão, ressaltando suas qualidades. Finalizam-se com a indicação da forma de pagamento (por exemplo: “Vendas sómente a dinheiro”, “Somente à dinheiro”) e o endereço do local. As fontes tipográficas utilizadas variam de acordo com o anúncio, sendo empregadas letras maiúsculas e minúsculas, e como recursos de realce, caracteres em negrito e itálico.

No que se refere à língua em que estão redigidos, alguns estão em Português, outros em Espanhol, como também, contendo enunciados nas duas línguas, independentemente da localização do estabelecimento anunciante, ou seja, de ambos os ‘lados’ da fronteira geopolítica ou em cidades em suas cercanias. Assim, apresenta-se a situação descrita no Quadro 2.

Conforme ilustra o quadro, dos 16 anúncios publicados nessa página, 13 estão em Português, 2 em Espanhol e 1 em Português e Espanhol. Dos primeiros, 6 referem-se a locais estabelecidos em Livramento; 2, localizados em Rivera, 1 em D. Pedrito, 1 em São Gabriel, 1 em *San Gabriel*<sup>32</sup> e 2 não apresentam especificação de

<sup>32</sup> Quanto aos nomes “São Gabriel” e “*San Gabriel*”, podem reportar a mesma localidade, situada na Província do Rio Grande do Sul, porém grafados de forma diferente, bem como, ‘*San*

cidade. Desses últimos, um traz apenas a indicação da rua em que se localiza “Rua 20 de Junho” e o outro, a informação “Antiga casa do chapeleiro”.

<b>Comércio/Produto</b>	<b>Localização</b>	<b>Língua(s)</b>
Pomada Albirina	Livramento	Português
Específicos do afamado Dr. Humprei	Livramento	Português
A maravilha curativa do Dr. Humpreys	Apenas indicação da rua	Português
Água de Quina Tonica	Livramento	Português
Sastreria Riverense	Rivera	Português/Espanhol
Agrimensor	São Gabriel	Português
Advogado	San Gabriel	Português
Sapataria Nacional	Livramento	Português
Irionda & C.	Livramento	Português
Pharmacia Oriental	Rivera	Português
Gavino Machado da Silveira (escrivão)	Dom Pedrito	Português
Plínio Chucaro (procurador)	Rivera	Espanhol
Marcenaria	Livramento	Português
Armazem de Fernandez & Garcez	“Antiga casa do chapeleiro”	Português
Botica Homeopática Brasileira	Rivera	Português
Gran Casa Comercial	San Eugenio	Espanhol

Quadro 2

Dos anúncios em Espanhol, um refere-se a um comércio localizado em San Eugenio; e o outro, do escritório do Procurador Plínio Chucharo, estabelecido em Rivera.

Já no anúncio que apresenta enunciados em Português e Espanhol, predominam os em Língua Portuguesa, sendo a segunda materializada apenas no

---

*Gabriel* pode aludir ao povoado localizado em Florida, departamento uruguaio e “São Gabriel” à cidade riograndense. Aqui estamos considerando a segunda possibilidade.

nome do estabelecimento “Sastrería Riverense” e no de seu proprietário “Miguel de Mello y Nieves”<sup>33</sup>.

Obedecendo ao recorte temporal estabelecido, projetamo-nos em um período de uma década ao nos reportarmos à edição de 09 de maio de 1908 (Figura 10) do periódico republicano santanense “A Fronteira”, editado em Livramento. Do mesmo modo que olhamos para a página anterior, estamos considerando a seguinte, também destinada à publicação de anúncios comerciais. Sua observação permite-nos conceber em torno de que produtos e atividades movimentava-se o comércio na fronteira transcorridos dez anos. Estes textos publicitários distribuem-se na mesma lauda, lado a lado. Entre os artigos promovidos, encontra-se o composto depurador de sangue “Tubhitina Vegetal”. A prestação de serviços apresenta-se mais diversificada, havendo ramos como linhas de diligência (“Empreza Alliança” e “A Americana”), encarregadas de realizar o transporte de pessoas e/ou encomendas para várias localidades da região; tratamentos médicos empregando técnicas avançadas, como a eletricidade e luz elétrica, conforme promete a “Clínica Médico-Naturalista” do Dr. Augusto Neubauer; e/ou os modernos serviços de tipografia para a época (impressões a cores de cartões de visita, convites de casamento, etc.), encontrados no estabelecimento thypografico “A Fronteira”. As casas comerciais anunciantes são “Casa de Novedades”, “A Casa do Ghilhermino”, “A Casa Verde”, “Gabriel Guirotane” importação e exportação e “Casa Maciel e Cia.”. Esses locais comercializavam artigos como confecções femininas e masculinas, cobertores de lã, acessórios como luvas e chapéus, louças, vinhos, tecidos, produtos coloniais, materiais de construção, gêneros alimentícios.

No tocante à configuração dos tipos gráficos empregados nos anúncios, mantêm-se as mesmas características, porém com uma maior variedade de recursos como bordas decoradas ou palavras dispostas em arco.

No que diz respeito às línguas em que estão redigidos, tem-se a situação descrita no Quadro 3.

---

<sup>33</sup> Nos demais anúncios não nos detivemos nos nomes dos anunciantes, pois, a maioria deles, exigiria uma pesquisa etimológica rigorosa para que sua origem fosse apurada. Além disso, muitos costumam apresentar grafia igual ou semelhante tanto em Português como em Espanhol.

**AGUSTIN RIVERA**  
**CASA DE NOVEDADES**  
 LA QUE TIENE MEJOR SURTIDO  
**y la que vende más barato**  
 Confeccionados, piales y sombreros para Señoras y niñas  
**TRAJES y gorras para hombres y niños**  
 Genorras, franclas y cohetores de LANA y de ALGODON  
**ROPA BLANCA PARA SEÑORAS**  
 Guantes de Gamurza y Cabretilla, blancos, negros y color  
 para Señoras y para hombres.  
**PRECIOS SIN COMPETENCIA**  
**Linha divisoria**  
 RIVERA

**A CASA DO GUILHERMINHO EM RIVERA**  
 E' colossal, chic e variado o surtimento que recebeu esta casa Grande variedade em generos para vestidos de bailes Cortes de blusa de seda, cambralas: corio de vestidos de linho bordados. Cambraias para todos os gostos e bolises.  
**SURTIDO COMPLETO DE ROUPA PARA HOMENS**  
 Trajos e meclostrajos. Corto e mais aperfeçoado!!!  
 Completo surtido de chiecaras, chegado recentemente  
 Surtido em genero e reputado, por todas as familias, o mais bonito, variado e enorme.  
**LONA PARA CATRES!!!**  
 Velas esterinas a preço sem competencia  
 Esta casa possui do seu surtido completamente novo, e ainda mais baixo de preço mais baixo da praça; são reputado como outros os artigos de novidade e da presente estação.  
 Unica que importa artigos directamente da Europa  
 E' desnecessario dizer que é a casa que vende mais barato na  
**Linha Divisoria.**  
**A CASA VERDE**  
 DE  
**HENRIQUE DONINELLI**  
 Esta conhecida casa introduzidora tem sempre uma boa existencia de artigos de primeira qualidade que, importados dos principaes mercados, constituem, nesta praça, a maior novidade no ramo de fazenda estando em condições de attender a todo e qualquer pedido que lhe seja dirigido.  
 A casa é exportação por atacado, tem a secção de varejo, onde o publico encontrará sempre o que ha de melhor em fazendas, ferragens, lencas, calçados, roupa feita, artigos de molhados etc etc.  
**A Casa Verde** cotinda a ser a **UNICA CASA** que importa os afamados  
 Vinhas BARBERA, MOSCATO, NEBBIOLO, MALVASIA E CHIATI da importante casa importadora de Montevideo, dos Srs. DOMIGOS & DOTTO.  
 Compra fructos do paiz pelos mais altos preços da praça.  
 Depósito permanente de toda classe e numero de arame, de jellas de zinco e de productos serrados.  
**Pregos sem coApetencia**  
 Rua 13 de Maio, Esq. 1º de Março  
 LIVRAMENTO

**Clinica Medico-Naturalista**  
**DR. AUGUSTO NEUBAUER**  
 PROFESSOR DE MEDICINA PHYSIO-ELECTRICA  
 Trata pelo moderno systema da ELECTRO-THERAPIA  
**POR MEIO DE BANHOS DE 4 CELLULAS**  
 COM CORRENTES ALTERNATIVAS, MODERNISSIMOS!  
**CURA TODAS AS ENFERMIDADES**  
 Pulmão, Larynge, Gargata, Ovidos, Nariz, Vagina, Intestinos, Estomago, Utero, etc.  
 EXAMES E TRATAMENTOS PELA LUZ E ELECTRICIDADE  
 Os medicamentos empregados nesta clinica, são em geral, herbas medicinaes, em extractos ou tincturas  
**CONSULTAS A QUALQUER HORA DO DIA OU DA NOITE**  
 Consultorio : Rua Conde de Porto-Alegre n. 58  
 -SANT'ANNA DO LIVRAMENTO-

**TURBITHINA VEGETAL**  
 DO PHARMACEUTICO  
**JOÃO CAFFONE**  
 Esta preparação composta de substancias geralmente conhecidas, tem ja os seus efeitos firmados como o mais poderoso, real e efficaz  
**depurativo do sangue.**  
 Sua acção benéfica em todas as molestias de caracter syphilitico é attestada por abalados meios que a empregaram em sua clinica e por centena de particulares que com elle se curaram de enfermidades cuja origem era a impureza do sangue.  
 Não contém saes mercurias e nem humma especie, é um elixir agradável ao paladar e um aperitivo de primeira ordem; que tre os similares existentes, a **Turbithina Vegetal** tem-se destacado vantajosamente pelas suas incontestaveis qualidades therapeuticas, sendo considerada ja como o **UNICO** especifico capaz de conquistar o legitimo titulo de  
**Regenerador do sangue!**  
 Sua acção prompta e energica, faz com que os enfermos prefram a **Turbithina** a qualquer outro depurativo, cujos effectos sómuito demoradamente percebidos.  
**LABORATORIO**  
 Em Rivera, rua Sarandy numeros 92 e 94.  
**Depositarios em Pelotas**  
 Pharmacia e Drograria de Eduardo C. Sequeira.

**PARA INVERNO**  
**A CASA MACIEL &**  
 Livramento, - Rua 29 de Junho 1  
 Avisamos a nossa frequencia e ao publico que recebemos do surtimento de artigos para inverno - em confeccoes, tal como para senhoras, assim como para homens e rapazes, a saber: O chievas e generos para vestidos, e de est LAS, guitos, Francllas, pelucias e fustões de côr da moda, que vendemos por preços incontestaveis e casacos para senhoras, ricamente en Capas de lã ao mais fino e separado gosto, Rompas para homens e meninas, casacos de ra semira, sobretudo para todos os tamanhos e de moda.  
 Completa liquidación de todas as que, as queres serão vendidas em mento sobre os preços primitivo Onoso é fallar em nosso surtimento, que é meira qualidade, não admittindo competencia.  
 Temos em deposito grande e deltras, cal de Cacapava e feiti pelos preços mais baixos da

**GABRIEL GUI**  
 EXPORTADOR E T  
 Completo surtimento de  
 DEPOSITO PE  
 DE  
 PRODUCTOS SERRA  
**DEPO**  
 de cal,  
 telh  
 zi  
 COMMISSOES  
 VENDAS I  
 Teleg. GUIF

Figura 10 – Página de anúncios de “A Fronteira”, edição de 09 de maio de 1908.

<b>Comércio/Produto</b>	<b>Localização</b>	<b>Língua(s)</b>
Casa de Novedades	Rivera	Espanhol/Português
Casa do Guilhermino	Rivera	Português
A Casa Verde	Livramento	Português
Empreza Alliança	Livramento	Português
A Americana	Livramento	Português
A Fronteira	Rua 29 de Junho (Livramento)	Português
Clinica Médico-Naturalista	Livramento	Português
Casa Maciel & Cia.	Livramento	Português
Thurbitina Vegetal	Rivera/Pelotas	Português
Gabriel Guirotane	Livramento	Português

Quadro 3

De acordo com o exposto, dos dez anúncios publicados na página, 9 estavam em Português e 1 em Espanhol e Português. Esse último possuía apenas o enunciado “Linha divisória” em Língua Portuguesa, estando os demais enunciados que o constituem em Espanhol. Dos primeiros, 5 referiam-se a locais estabelecidos em Livramento e 3, em Rivera, sendo que um aludia também a Pelotas. Quanto ao anúncio em ambas as línguas, referia-se a “Casa de Novedades”, localizada em Rivera.

O cotejo dessas páginas permite-nos configurar um ‘mosaico’ de cenas enunciativas. Ao pensarmos nas línguas aí enunciadas, vemos que os jornais apresentam uma organização para tais práticas linguísticas e refletem o modo como os falantes fronteiriços “as experimentam” (GUIMARÃES, 2007) no transcurso das relações comerciais vividas, distribuindo-as politicamente.

Para que possamos interpretar tais cenas enunciativas, é importante retomar os modos de representação que dada língua assume segundo os modos de relação com o falante. A predominância do Português nos anúncios analisados lhe confere um lugar, dado pelo falante ao enunciar nessa língua. É o Português que funciona como a língua das negociações, é em Português que o comércio fronteiriço significa-



se. No entanto, essas cenas enunciativas também estão constituídas pelo Espanhol, embora em menor incidência.

Ao tomarmos essa distribuição linguística, podemos considerá-la inserida no quadro enunciativo do território fronteiriço, enquanto espaço único, constitutiva de seu espaço de enunciação em que Língua Portuguesa e Espanhola relacionem-se com considerável intensidade, embora predomine a primeira.

Do mesmo modo, considerar o território fronteiriço e as diferentes maneiras de representação da relação política sujeito-língua, leva-nos a compreendê-lo enquanto espaço fragmentado, pois, ao mesmo tempo em que conforma uma fronteira social, uma zona dinâmica compartilhada socialmente, está marcado por sua dimensão político-estatal, simbolizada pela linha divisória imaginária. Voltando-nos à maioria das cenas enunciativas que se referem aos estabelecimentos comerciais situados na 'porção uruguaia' do território fronteiriço, há uma disparidade entre a língua do estado e a língua do comércio, pois estas não coincidem, já que, a partir da independência da República Oriental, a língua oficial do país passou a ser o Espanhol. Outrossim, é possível conjecturar que inexistia também uma correspondência entre língua oficial e língua materna, pois, embora muitos desses comerciantes possuísem nacionalidade uruguaia, enunciavam em Português. Entretanto, a presença do Espanhol em alguns anúncios pode significar a disputa política entre ambas as práticas linguísticas, pois a tentativa de forjá-la enquanto língua nacional por parte do estado uruguaio procura promover um avanço da língua hispânica sobre a portuguesa.

Por outro lado, se consideramos as cenas enunciativas relacionadas à 'fração brasileira' do território fronteiriço, temos a perspectiva inversa, havendo uma superposição. Pois o Português funciona com **língua do comércio**<sup>34</sup> ao mesmo tempo em que corresponde à língua oficial do estado brasileiro. Levar em conta essa distribuição é também pensar no espaço de enunciação da Língua Portuguesa no Brasil como espaço não-monolíngue, pois o Espanhol é uma das línguas aí enunciadas. Igualmente, é importante ressaltar que também jornais riverenses do mesmo período como "*La Verdad*" (1897-1900) registram a presença do Português, conforme aponta Bertolotti *et al.* (2005).

---

<sup>34</sup> Ao utilizarmos a designação "língua do comércio" estamos considerando as atividades comerciais que movimentavam a sociedade fronteiriça em nível local. Nesse sentido, a Língua Portuguesa era utilizada para promover produtos e serviços no território fronteiriço e para as pessoas que nele viviam ou ainda, que habitavam localidades próximas.

A partir da segunda orientação, voltamo-nos para tais cenas enunciativas, “especificações locais” no(s) espaço(s) de enunciação (GUIMARÃES, 2005), e para os lugares de dizer agenciados no acontecimento. O sujeito fronteiro que assume a palavra nos anúncios comerciais o faz de um papel enunciativo. Nessas cenas enunciativas, o locutor L, origem do dizer, representado no presente da enunciação, divide-se em **locutor-editor** e **locutor-comerciante**. É a partir desses lugares sociais que está autorizado a falar, que lhe é dado o direito de/ao dizer. A figura do **locutor-editor** abarca a totalidade das cenas enunciativas em questão, pois podem ser atribuídos a ele todos os enunciados que constituem os anúncios. Enquanto lugar social, é o editor do jornal que compõe e organiza os anúncios publicados, é desse lugar de dizer que se pode promover os estabelecimentos e os produtos em questão, que se pode falar sobre eles. Ao mesmo tempo, em alguns anúncios, a ela se sobrepõe a figura do **locutor-comerciante**, marcada na expressão da primeira pessoa em enunciados<sup>35</sup> como:

“Pelas relações que **temos** estabelecido”

“**podemos** atender em condições vantajosas”

“**Avisamos** ao nosso público que recebemos”

“Ocioso é fallar em **nosso** sortimento”

“**Temos** em depósito”

“**vendemos** pelo preço mais baixo da praça”

Tais formas linguísticas, além de assinalar o lugar do locutor, também colocam para dentro da cena enunciativa a figura do interlocutor, pois é a ele a quem a enunciação do locutor se dirige.

Sendo o interlocutor figura agenciada nessas cenas enunciativas materializadas nos anúncios, ocupa um lugar social do dizer: o chamaremos **locutor-consumidor**. As línguas enunciadas nos anúncios significam a divisão política do locutor ao projetar uma imagem de seu interlocutor-consumidor. Potencial consumidor dos produtos e serviços ofertados, o sujeito fronteiro na figura do interlocutor-consumidor é projetado no acontecimento enunciativo como socialmente

---

<sup>35</sup> Enunciados retirados dos anúncios localizados nas páginas comerciais de “O Maragato”(1898) e “A fronteira” (1908) – Figuras 9 e 10.

constituído pela Língua Portuguesa e também pela Espanhola, enquanto habitante de um espaço de intercompreensão linguística, politicamente dividido entre essas práticas de linguagem, estabelecendo-se uma hierarquia.

No terceiro momento de nosso procedimento analítico, dirigimos nossa atenção para a palavra **fronteira** e, como surge referida em outras seções dos jornais, buscando determinar o seu sentido. A escolha dessa palavra deu-se em razão do valor que toma nessas condições sócio-históricas específicas, em que as relações dos sujeitos fronteiriços existem determinadas pelos sentidos que **fronteira** assume. Assim, extrapolamos o limite dos anúncios e vamos considerá-la na totalidade de cada periódico, entendendo-o como uma ‘macro-cena’ em que enunciações formam uma rede de significação, estabelecem “Domínios Semânticos de Determinação”. Esses domínios constituem-se de “relações de determinação”, relações que existem “entre as palavras num domínio relativo a um conjunto de palavras, tratadas relativamente a seu sentido” (GUIMARÃES, 2004, p.132).

Nosso ponto de partida será a palavra **fronteira** em uma determinada seção do jornal. Logo, observaremos como reaparece em outros lugares do periódico, como nos anúncios, através de procedimentos de reescritura. Guimarães assim os define: “são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito.” (2005, p.28).

Essa forma de abordar a relação de ‘fronteira’ com as palavras que a reescrevem pressupõe considerá-la como acontecimento único cada vez que ressurge, não se caracterizando mera repetição dessa forma linguística, mas sim, um novo acontecimento que a faz significar diferentemente, construindo a história dessa palavra a partir dos sentidos instaurados, determinando-a, predicando-a, movimentos constitutivos de sua designação.

Nessa direção, interessa-nos dizer o que ‘fronteira’ designa nesses textos, ou seja, com que outras palavras se relaciona num “Domínio Semântico de Determinação” (GUIMARÃES, 2004).

Começamos pela edição do jornal “O Commercio” publicado em 1906. Na primeira página de “O Commercio”, a palavra **fronteira** aparece na seguinte sequência enunciativa (daqui em diante SE), logo abaixo do cabeçalho, integrando um sintagma nominal (Figura 11):

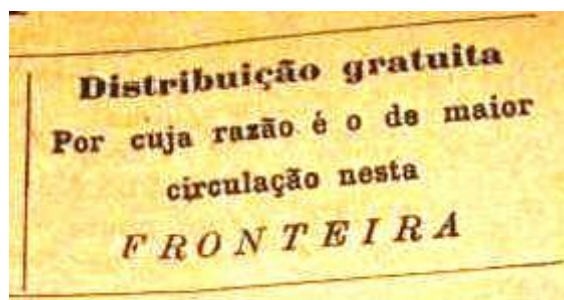


Figura 11

SE1 – “Distribuição gratuita Por cuja razão é o de maior circulação nesta FRONTEIRA”

Na SE em questão, “fronteira” está precedida do determinante “nesta”, cuja articulação se dá por meio de um mecanismo de especificação. Assim a palavra fronteira está determinada por “nesta” na medida em que particulariza seu sentido, fazendo-a significar como uma fronteira específica e, ao mesmo tempo, funcionando como um mecanismo de exclusão, pois em “nesta fronteira” cabe uma fronteira, e não outras.

Na mesma página, encontra-se no cabeçalho do jornal (Figuras 12 e 13) a SE2:

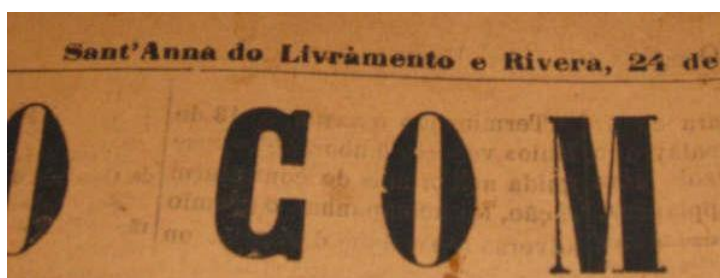


Figura 12



Figura 13

SE2 – “Sant’Anna do Livramento e Rivera, 24 de Setembro de 1906 – Rio Grande do Sul”.

Ao analisar essa SE, vemos como “nesta fronteira” reescritura “Sant’Anna do Livramento e Rivera” através de uma referência anafórica, o que atribui sentido à “fronteira”, já que a particulariza, ao marcá-la enquanto espaço dividido politicamente. Os nomes que se referem às duas cidades recortam um memorável que as fazem significar como limítrofes, como espaços de demarcação política dos estados uruguaio e brasileiro. O sentido de “fronteira” está determinado por essa divisão. Do mesmo modo, a observação da materialidade linguística significativa permite-nos interpretar a sequencialidade na quais esses nomes estão dispostos no sintagma, articulados linguisticamente pela conjunção “e” como uma representação da contiguidade espacial que caracteriza as duas localidades. Assim, o sentido de “fronteira” revela-se marcado por essas duas determinações.

Ainda na mesma SE, tem-se “Rio Grande do Sul”, sintagma nominal (daqui em diante SN) que no presente do acontecimento significa uma divisão política e administrativa do Brasil. Entretanto, ao ligar-se às expressões anteriores no mesmo eixo sintagmático, está determinado por “Sant’Anna do Livramento e Rivera” ao articularem-se por um processo metonímico, pois esse SN está predicado por “Rio Grande do Sul” já que se significa como ‘parte’ deste. Assim, opera como uma reescrituração de ‘fronteira’, uma vez que a rediz ao significar-se como espaço que a contém. Essa determinação provoca um deslizamento nos sentidos a ela atribuídos, já que, há um apagamento da divisão política da república uruguaia, pois ao dizer que Rio Grande do Sul abarca Santana e Rivera, o lugar do estado uruguaio é silenciado.

Já na página de anúncios, nas sequências enunciativas a seguir (Figura 14), não encontramos nenhuma alusão ao local onde a casa comercial anunciante (“Mercadito Arbifeuille”) <sup>36</sup> se estabelece. Essa ausência de qualquer referência à sua localização funciona como uma reescrituração de fronteira, já que, o locutor ao não dizê-la, a rediz em sua enunciação.

---

<sup>36</sup> É importante observar que, além do Português e do Espanhol, outras línguas circulavam no território fronteiriço. Nesse anúncio, o comércio anunciante traz em seu nome uma palavra em Francês: “Arbifeuille”.



Figura 14

Vejamos a próxima SE (Figura 15), recortada da coluna que lista os valores cobrados para publicação de anúncios:

SE3 – “Os anuncios que não sejam deste Estado, pagarão por preços convencionaes.”

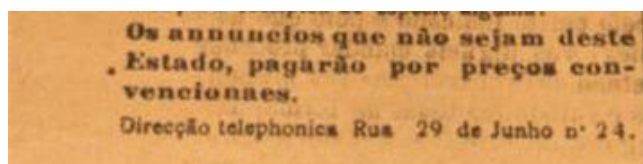


Figura 15

No sintagma verbal (daqui em diante SV) “que não sejam deste estado”, o nome “Estado” aparece antecedido pelo determinante “deste” num SN. Esse determinante especifica o sentido de “Estado” que, na contemporaneidade do acontecimento, refere-se a um “Estado” determinado, não é de qualquer estado de que se fala. Assim, “Estado” rediz “Rio Grande do Sul” por um procedimento anafórico/substitutivo que o generaliza, significando-o enquanto espaço delimitado politicamente. Tal reescrituração reforça os sentidos atribuídos anteriormente à “fronteira”, já que novamente a significa numa relação de pertencimento, de lugar compreendido nesse espaço do “Estado”. Essa relação nos diz acerca de um domínio do Brasil sobre o território politicamente pertencente ao Uruguai, domínio esse que, nas condições sócio-históricas em questão, pode ser interpretado não como do Estado, mas sim, que se faz no social, o que está significado também na

distribuição linguística que observamos a partir dos anúncios anteriormente, em sua maioria, escritos em Português. São os sujeitos brasileiros da fronteira que a tomam em uma relação de pertencimento nas relações comerciais cotidianas, por exemplo, quando enunciam em Português.

As próximas SEs a serem analisadas constituem um recorte do anúncio abaixo (Figura 16), que divulga os serviços do “Doctor Macartney”.

SE3 – “Rincón 162ª, ESQUINA CAMARAS MONTEVIDEO”

SE4 – “Diplomado en Medicina y Odontología de las facultades de Filadelfia, Santiago de Chile, Buenos Ayre y Montevideo”.

SE5 – “Su estadia en esta ciudad ser breve”

SE 6 – “QUARAHY”

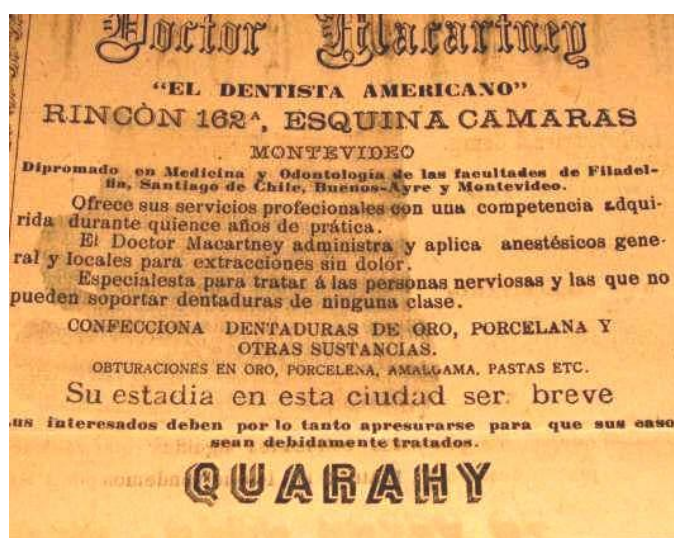


Figura 16

Na SE3, encontramos o nome “Montevideo”. Na SE4 temos três sintagmas preposicionados dispostos consecutivamente (estando a preposição omitida nos três últimos) “de Filadelfia”, “Santiago de Chile”, “Buenos Ayre” e, novamente, por repetição “Montevideo”. A consideração desses sintagmas interessa-nos na medida em que, no funcionamento enunciativo, colocam-se em relação à “fronteira” antonimicamente por fazerem referência a cidades que estão num domínio exterior ao representado por “fronteira”. A enunciação desses nomes de cidades localizadas em diferentes países (Estados Unidos, Chile, Argentina e Uruguai) articula no presente do acontecimento esses elementos, atribuindo sentido à “fronteira” na medida em que são da ‘ordem do fora’, ou seja, que fronteira está significada por

não fazerem parte de seu domínio. Esse sentido é reforçado nas SEs 5 e 6. Na SE5, o SN “esta ciudad” traz o nome “ciudad” no interior de um SN, acompanhado do determinante “esta”, que particulariza seu sentido. Esse SN reescritura, num processo de referência/substituição catafórica, o nome “Quarahy”, situado na SE6, que, por nomeação, especifica o sentido de “cidade”. Ambos os SNs também atribuem sentido à fronteira por se significarem com algo exterior a ela, funcionando, igualmente, numa relação de antonímia.

A análise das SEs anteriores nos dá o seguinte DSD – daqui em diante Domínio Semântico de Determinação (em que —| significa “determina”, a barra vertical do lado da palavra determinada; | significa corresponde, ambos em qualquer direção; e um traço vertical horizontal significa “opõe-se a”. O 0 “zero” que aparece no DSD (Figura 17) abaixo, representa a ausência da palavra “fronteira” ou de outra para referi-la).

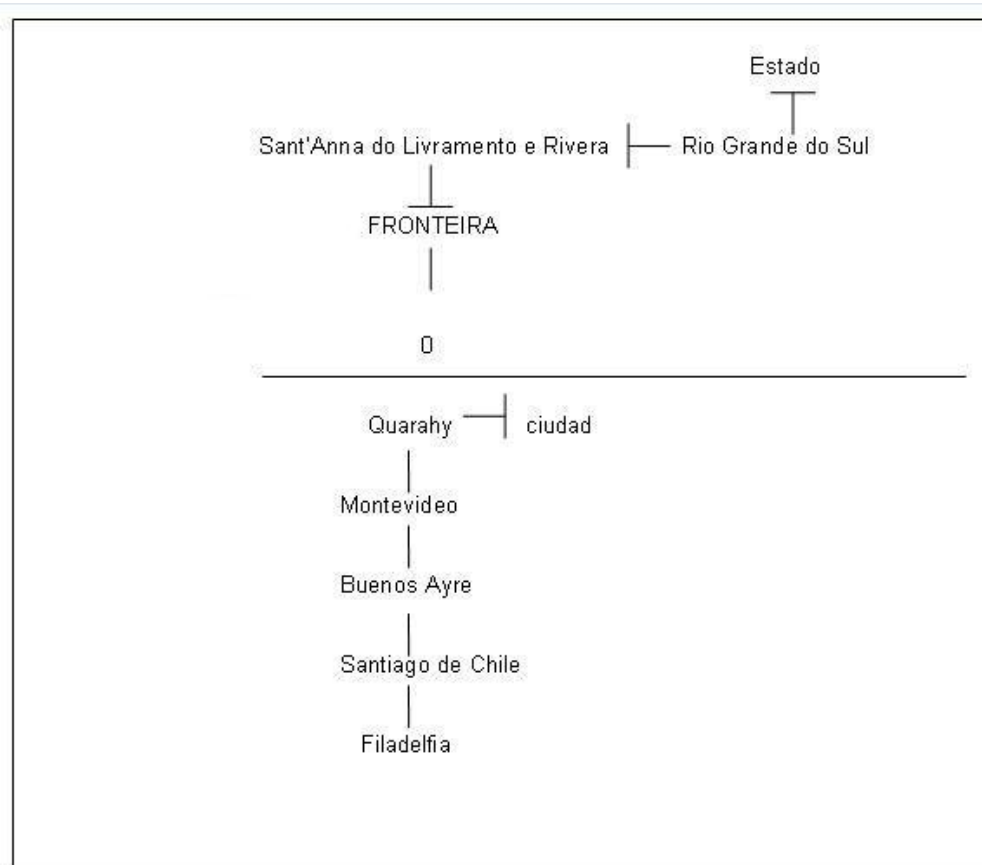


Figura 17 – Domínio Semântico de Determinação



Também realizamos a análise enunciativa de enunciados presentes no jornal “O Zenith”, publicado no mesmo ano, encontradas no anúncio abaixo, em que uma profissional habilitada para atuar como parteira oferece seus serviços (Figura 18):



Figura 18

Partimos das palavras “Sant’Anna e Rivera”, pois, conforme vimos no DSD anterior, podem funcionar com sinônimo de “fronteira”. Na primeira SE, tem-se:

SE1 - “Offerece os seus serviços profissionaes ás distintas senhoras de Sant’Ana e Rivera”.

Na SE descrita, o SN pode ser decomposto em dois sintagmas preposicionados (daqui em diante SP, quando no singular):

SP1 – “às distintas senhoras” e SP2 – “de Sant’Anna e Rivera”.

No primeiro SP o nome “senhoras” aparece articulado no presente da enunciação ao adjetivo “distintas”. Essa articulação atribui sentido a senhoras, já que instaura uma relação hierarquizante ao dividir senhoras em “distintas” e “não distintas”, cabendo aqui apenas as “distintas”. Ao articular-se linguisticamente com “Sant’Anna e Rivera”, o SN “distintas senhoras” predica-as, posto que as faz significar como um espaço único em que distintas senhoras habitam. Essa

predicação mobiliza sentidos para “Sant’Anna e Rivera”, que são da ordem do social e do político, já que afirmam o pertencimento daqueles que são considerados “distintos” a esse espaço.

Ainda no mesmo anúncio, aparece o nome “Livramento”, que reescritura “Sant’Anna” por sinonímia/substituição. Esse nome, ao redizer apenas um elemento do SN “Sant’Anna e Rivera” movimenta sentidos ligados à divisão geopolítica, já que reescreve apenas ‘um lado’ da fronteira formada por “Sant’Anna e Rivera”, determinando o sentido de “Sant’Anna” como algo separado de Rivera inscrevendo-se num outro domínio, pelo qual optamos não incluir “Livramento” no DSD abaixo representado. Então, forma-se o seguinte DSD (Figura 19):

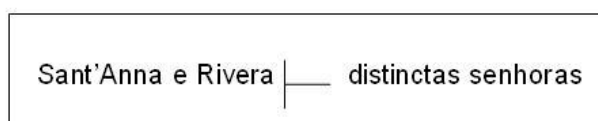


Figura 19 – Domínio Semântico de Determinação

Como nos interessa apreender, nos enunciados materializados nas páginas dos jornais santanenses analisados, os sentidos mobilizados para “fronteira”, articulamos os DSDs anteriores, obtendo o seguinte (Figura 20):

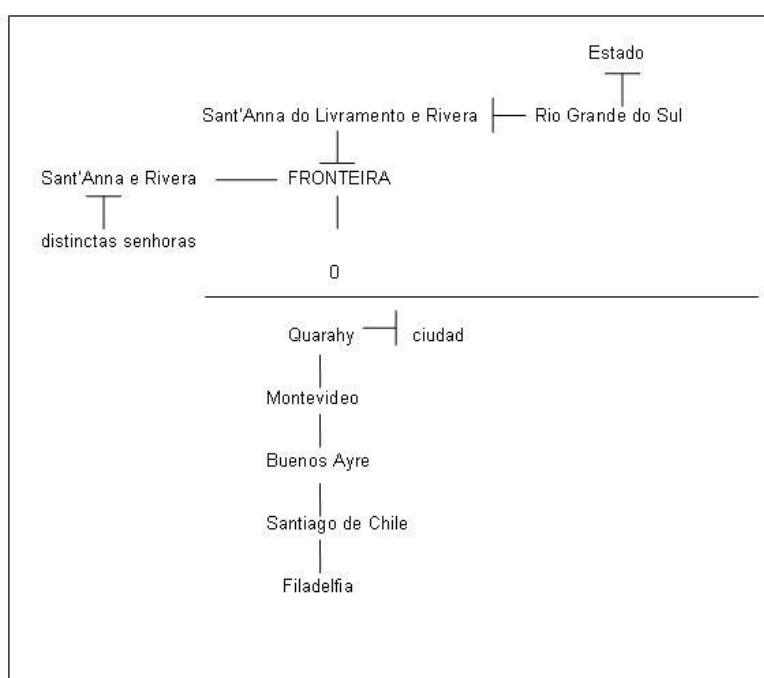


Figura 20 – Domínio Semântico de Determinação

Para chegarmos a esse DSD, consideramos cada jornal como ‘um só texto’, como um único acontecimento enunciativo, sendo que as relações de sentido a que chegamos e o domínio semântico resultante de nossa leitura deve-se à seleção de palavras que fizemos no decorrer dos periódicos. Não esgotamos na totalidade de cada jornal todas as incidências de “fronteira” e suas reescrituras, o que, se feito, certamente nos levaria a outra interpretação, a um outro DSD.

A partir do DSD acima representado, vemos como os sentidos que “fronteira” mobiliza atualizam-se no presente da enunciação, fazendo-a significar em duas direções: uma geopolítica e outra social.

Ao ser redita por palavras que movimentam sentidos que se encaminham na primeira direção, marca-se enquanto espaço dividido politicamente, reforçando sua relação com o sentido de fronteira como limite, vinculado ao de Estado-nação. Ao mesmo tempo, aponta para uma relação com o ‘dentro’ e com o ‘fora’, distinguindo aquilo que está num espaço interno do que é externo à fronteira, quando determina o lugar do estatal, do nacional, de outras cidades que não são as dessa fronteira. Ao significar-se como um único espaço, um território fronteiriço, estabelece uma distinção que coloca em cena o sentido de fronteira ‘social’, na medida em que se significa como lugar de pertencimento de sujeitos que compartilham a materialidade da língua ao praticá-la, desse modo, fazendo funcionar a Língua Portuguesa enquanto língua do comércio.

Do mesmo modo, os sentidos que se instauram nas relações semânticas construídas pelos processos de reescritura de fronteira também se estabelecem em outros enunciados do jornal. Algumas palavras, embora não possam ser consideradas reescrituras de ‘fronteira’, na temporalidade do acontecimento enunciativo, referem-se a elementos constitutivos da fronteira em questão e, assim, redizem sentidos atribuídos à fronteira na enunciação. Os enunciados a seguir analisados encontram-se na primeira página do jornal, no cabeçalho, ao lado do sintagma que o nomeia (“O Maragato”), na seção em que são divulgados os valores das assinaturas. Observemos as SE abaixo, retiradas do jornal “O Maragato”, edição de 23 de março de 1898(Figura 21):

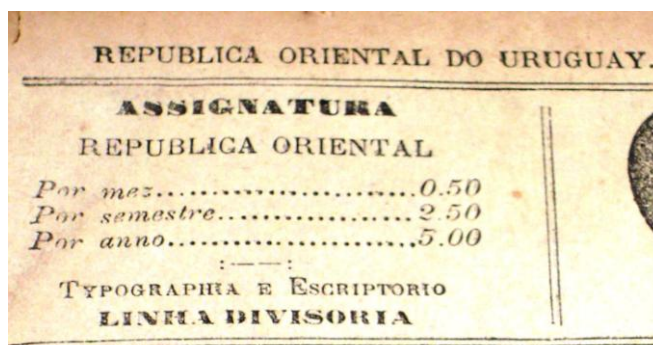


Figura 21

SE 1 – “REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY”

SE2 – “REPÚBLICA ORIENTAL”

SE3 – “LINHA DIVISORIA”

A SE1 aparece fazendo referência ao país onde o jornal é editado e, do mesmo modo que a SE2, constitui-se de um sintagma que nomeia um determinado espaço territorial, significando-o enquanto Estado politicamente delimitado e juridicamente instituído, sendo o segundo, uma re-escrituração do primeiro, que o rediz por sinonímia. Logo abaixo, tem-se a SE3 – “Linha divisória”, formada por um SN composto por um nome “linha” e um adjetivo “divisória”. Na articulação presente no enunciado, o adjetivo “divisória” aparece determinando o sentido de “linha”, a linha que está aí representada significa-se por dividir ‘algo’. Relacionada às SEs anteriores, nas condições sócio-históricas em que se dá o acontecimento, o SN – “Linha divisória” instaura o sentido de ‘limite’ geopolítico, pois demarca o território uruguaio, separando-o de outro.

No lado direito do cabeçalho, tem-se as seguintes SEs (Figura 22):

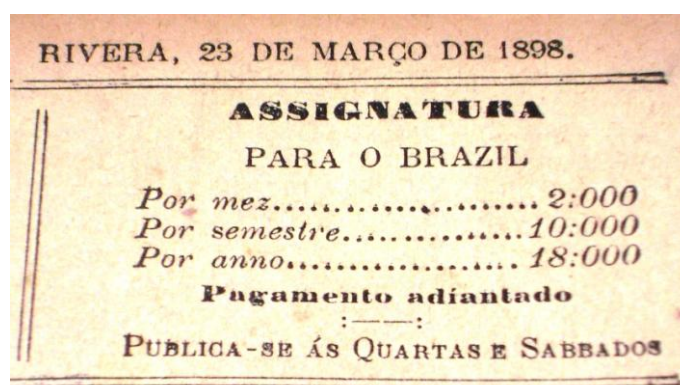


Figura 22

SE4 – “RIVERA, 23 DE MARÇO DE 1898.”

SE5 – “PARA O BRAZIL”

A SE4, ao fazer referência à cidade onde ocorre a edição do jornal, rediz por um processo metonímico a SE1 e a SE2, pois se significa como parte constitutiva do Estado uruguaio. Ao redizê-los, traz, novamente o sentido de espaço politicamente demarcado, colocando-o em relação com o SE5, em que o nome “BRAZIL”, ao referir a outro estado politicamente constituído, coloca-se em oposição aos SEs 1, 2 e 4, recortando uma memória que atribui sentidos para “República Oriental” e “Brazil” significados enquanto espaços de disputas, embates, conflitos e negociações, territórios que historicamente tiveram de ser separados. A aparição do nome “BRAZIL” no SE5 atribui sentido à “linha divisória”, pois essa linha, aí representada, divide o Brasil e o Uruguai, marcando a separação entre os dois territórios como representação de sua diferenciação enquanto Estados distintos.

A partir dessas relações de sentido, recortadas pelo presente do acontecimento, podemos compreender que o SE3 também funciona como uma reescrituração de “fronteira”, embora essa palavra não esteja enunciada, ao instaurar sentidos ligados à ‘separação’, significa-se como fronteira, compreendida como limite geopolítico, como elemento *apartador*.

Assim, no acontecimento enunciativo, ao entrarem em relação “REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY”, “REPÚBLICA ORIENTAL”, “RIVERA” e “BRAZIL”, esta fronteira está aí significada, pois essas palavras movimentam sentidos que lhe constituem.

Se observarmos a mesma seção de “O Maragato”, ou seja, onde são divulgadas as informações referentes aos preços cobrados pela assinatura do periódico, porém já na edição de 1º de janeiro de 1899, vemos uma alteração que produz efeitos de sentidos diferentes para fronteira. Vejamos os enunciados abaixo (Figura 23):

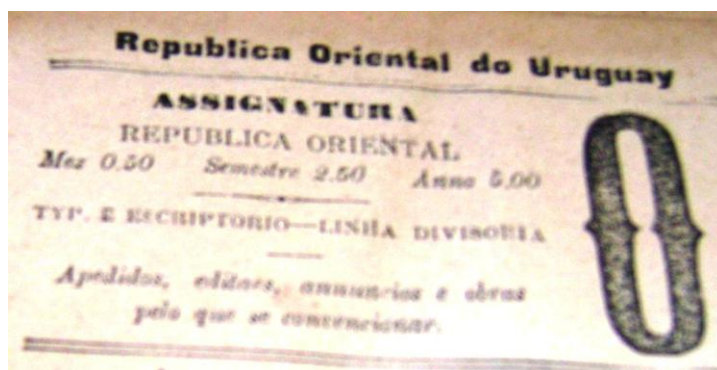


Figura 23

Na primeira figura, têm-se poucas alterações nas SEs, apenas havendo a inclusão de novos enunciados que faz referência a tipologia dos textos publicados. Do mesmo modo que na edição recém analisada, aparecem os enunciados:

“REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY”

“REPÚBLICA ORIENTAL”

“LINHA DIVISORIA”

No entanto, quanto à parte do cabeçalho situado à direita do SN que nomeia o jornal (“O Maragato”) têm-se as seguintes SEs (Figura 24):

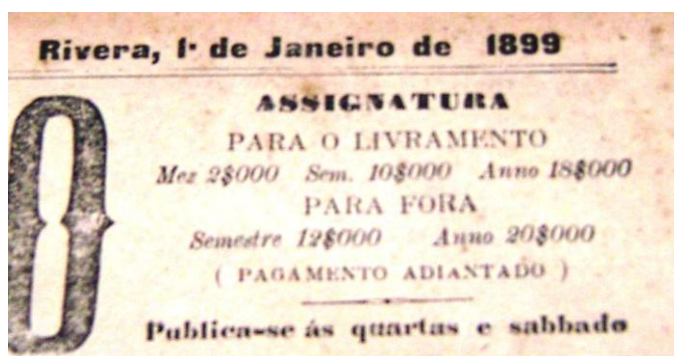


Figura 24

SE6 – “Rivera, 1º de Janeiro DE 1899”

SE7 – “PARA O LIVRAMENTO”

SE8 – “PARA FORA”

As sequências enunciativas SE7 e SE8 estão constituídas pelos SPs “PARA O LIVRAMENTO” e “PARA FORA”, o que introduz uma diferença em relação à

Figura 23 em que esse espaço era ocupado pela SE “PARA O BRAZIL”. A introdução do nome “LIVRAMENTO” reescreve “BRAZIL” por um processo metonímico de especificação, pois o primeiro, ao nomear uma cidade brasileira, significa-se como parte deste. Por outro lado, no SE8 o nome “FORA” alude a algo que não se inclui no domínio referido pelas palavras anteriormente destacadas. Os nomes “Rivera” e “LIVRAMENTO”, ao surgirem no mesmo acontecimento enunciativo em articulação, funcionam como uma reescrituração de “fronteira” enquanto espaço territorialmente contíguo e socialmente compartilhado, pois, opõem-se, na mesma enunciação, à palavra “FORA” (SE8), a qual marca todos os lugares não contidos por essa fronteira, significa-se como algo exterior a ela. Por outro lado, “Rivera” e “LIVRAMENTO” evocam sentidos de separação, ao estarem relacionados na enunciação com “LINHA DIVISORIA”. No entanto, os sentidos de separação são atenuados se levarmos em conta que “FORA” marca um espaço que não cabe em Livramento de Rivera, um espaço não abarcado por fronteira.

Ao considerar os periódicos selecionados nesse capítulo como documentos que conformam um arquivo de registro da memória da fronteira, mais exatamente da região fronteira constituída por Santana do Livramento e Rivera, trabalhamos com alguns recortes enunciativos tomando-os a partir de diferentes perspectivas analíticas, ou seja, diferentes modos de entrada que utilizamos para analisar corpus selecionado. Nossa compreensão de que o jornal se configura como um espaço que coloca em circulação línguas em relação no território fronteiro, levou-nos a observar as textualidades recortadas, procurando interpretar os sentidos que se constituíam no funcionamento enunciativo das línguas aí enunciadas, o Português e o Espanhol.

A análise do cenário composto pelas cenas enunciativas analisadas permitiu-nos conceber uma idéia de como funcionava esta sociedade no início do século, quais eram as tecnologias a que tinha acesso, quais eram suas demandas, por quem estava socialmente composta, como se configuravam as relações em nível interno e externo. Tudo isso nos diz sobre a história local dessas comunidades.

Ao observar os modos de organização dessas práticas linguísticas nas páginas de publicação de anúncios comerciais, vimos como a relação do sujeito fronteiro com as línguas as distribui de acordo com o que essas línguas representam para ele enquanto falante. Ao centrarmos-nos em cenas enunciativas que retratam as relações comerciais estabelecidas nesta fronteira no final do século

XIX, início do XX, a prática da Língua Portuguesa para o intercuro entre comerciantes e consumidores fronteiriços mostra-se como uma 'forma de apropriação' que significa o espaço composto por ambas as cidades como um espaço único construído socialmente, o 'território fronteiro'. Ao mesmo tempo, a presença do Espanhol nos anúncios significa na língua uma disputa historicamente constituída, que remete aos tempos em que as terras ocupadas hoje por essas cidades eram motivo de lutas entre as coroas espanhola e portuguesa. Nas condições sócio-históricas em que se dá o acontecimento, a presença de ambas as línguas expressa o embate entre as diferentes formas de representar a relação língua-sujeito, enquanto reguladas por relações imaginárias institucionais e cotidianas, já que o Espanhol sendo língua materna de poucos fronteiriços pode marcar também o lugar do estado uruguaio por corresponder a língua oficial que o representa.

Do mesmo modo, a análise de enunciados recortados de seções dos jornais, permitiu-nos estabelecer relações de sentido que se materializam ao se articularem diferentes palavras que mostram o modo de operar dessas línguas em seu funcionamento enunciativo. Centrados nos sentidos mobilizados pela palavra 'fronteira' e suas reescrituras, estabelecemos redes de significação que nos possibilitaram compreender o funcionar das línguas no território fronteiro, bem como a dinâmica das relações entre os sujeitos que constituíam essa comunidade sustentada pelo comércio no início do século XX.



## CONCLUSÃO

Nossa proposta de refletir sobre questões de língua considerando a região fronteira de Livramento e Rivera, em uma inscrição teórica na Semântica da Enunciação, levou-nos a questionar o conceito de 'fronteira' e buscar subsídios em outros campos do saber, como, nos estudos da geopolítica e da história, com quais dialogamos, para compreender como essa noção vem sendo construída. Pensar na noção de fronteira a partir dos aportes desse campo do conhecimento colocou-nos diante da necessidade de buscar um entendimento das noções de 'espaço' e 'território' e, como se mostram entrelaçadas, a de 'fronteira'. Assim, vimos como a concepção de 'fronteira' vincula-se à de geopolítica, quando significada na esfera do domínio territorial, da regulação, ligada à idéia de 'Estado-nação' ao representar o limite de um espaço regido pelo estatal, ao delimitar os contornos de um território caracterizado por formas de controle específicas. Por outro lado, a imbricação de 'fronteira' e 'território' constrói-se por um viés que considera o espaço, estando sujeito à ação de grupos humanos que o transformam em um território ao ser palco de práticas vivenciadas por eles enquanto sociedade.

Ao confrontar esses modos de compreender a noção de fronteira, voltando-nos para a região fronteira de Livramento e Rivera, vemos que esse espaço constitui-se por um território socialmente *compartido*, "preenchido de conteúdo social" (STURZA, 2005, p.1), espaço onde diferentes formas de apropriação engendram-se cotidianamente nas práticas de intercâmbio, experimentadas pelos sujeitos políticos que o habitam, funcionando como novas territorialidades. Portanto, essa fronteira se constitui um 'território fronteiro'. Ao mesmo tempo, permanece marcado pela esfera do domínio ao atualizar sempre o lugar dos Estados uruguaio e brasileiro, lugar esse que se marca, sobretudo, na vida desses sujeitos, ao se

representar, por exemplo, por meio das obrigações cívicas que devem ser cumpridas, por cada um, enquanto cidadão de um país ou outro.

Uma vez definida a região de Livramento e Rivera como ‘território fronteiriço’, centramo-nos nas condições sócio-históricas que constituem essa fronteira como espaço peculiar, que obedece a uma ordem própria, com foco nos anos finais do século XIX e primeiros do XX, período marcado por um incremento no processo de urbanização dessas cidades. Conforme apontamos, desde essa época, o comércio caracteriza-se como atividade importante na fronteira, impulsionando seu crescimento econômico. A atividade comercial coloca face a face os sujeitos que habitam o ‘território fronteiriço’, submetendo-os a um contato constante, fazendo com que as línguas que praticam também entrem em condição de interface.

Para abordar a questão das línguas enunciadas na fronteira por esses sujeitos, traçamos um percurso histórico da produção de conhecimento sobre línguas em contato na região, iniciada com Rona (1965). Essas pesquisas, ao serem desenvolvidas sob orientações teóricas como a Dialetoлогия e a Sociolinguística, preocuparam-se em determinar, por exemplo, a distribuição “diatópica” e “diastrática” do Português e do Espanhol, e de práticas decorrentes de seu cruzamento como os DPUs ou o Portunhol. Trabalhos que objetivavam, sobretudo, descrever os sistemas gramaticais dessas práticas linguísticas, relacionando-as a “variáveis” extralinguísticas. Ao tratar das línguas praticadas na fronteira, tomamos outra perspectiva ao nos filiar-mos à Semântica da Enunciação, considerando a relação sujeito língua enquanto relação permeada pelo político e construída historicamente. A língua, nesse viés teórico, é constitutiva do sujeito, dividindo-o politicamente, diferentemente das teorias anteriormente mencionadas, nas quais sujeito e língua são tratados separadamente.

A manipulação de documentos como os jornais permitiu-nos pensar em modos de recortar o arquivo para a constituição de um corpus orientado para as questões a que nos propusemos desenvolver em nossa pesquisa. A escolha dos jornais santanenses, datados do período já referido, foi orientada a partir de nosso modo de olhar para esses periódicos, conforme afirmamos, compreendendo-os como lugar de materialização das relações fronteiriças, e assim, das relações entre sujeitos e línguas no território fronteiriço.

O desafio de recortar as textualidades presentes nos jornais e engendrar um dispositivo analítico para o tratamento do corpus, fez-nos analisá-lo seguindo

diferentes perspectivas, pois percebemos que assim poderíamos interpretar de maneira mais efetiva os sentidos que aí se constituíam para a fronteira em questão. Primeiramente, analisamos anúncios comerciais publicados em páginas dos jornais como um conjunto de cenas enunciativas, o que revelou uma distribuição das línguas portuguesa e espanhola nessas textualidades. Em um segundo momento, ao analisá-las separadamente como cenas enunciativas particulares, determinamos os lugares sociais ocupados pelos falantes ao enunciarem em tais cenas e como a projeção desses lugares regula o seu dizer, divide-os politicamente. Posteriormente, analisamos a palavra 'fronteira' e sua relação com outras expressões no acontecimento enunciativo que, funcionando por um processo de reescrituração, possibilitaram-nos articulá-las em Domínios Semânticos. Finalmente, voltamo-nos para a enunciação de palavras que referem elementos característicos dessa fronteira e, ao aparecerem nos jornais em relação com outras, instauram sentidos que a designam. Interface

A análise dos anúncios comerciais, bem como a de outras textualidades publicadas nos periódicos, mostrou que a relação entre sujeito e língua é uma relação construída historicamente. A dinâmica da Língua Portuguesa e Espanhola e a forma como estão distribuídas nos jornais, diz-nos sobre uma sociedade em constante interface, uma sociedade constituída por falantes que atribuem sentidos às línguas que praticam. A predominância do Português como língua do comércio na fronteira, revela como as línguas praticadas ocupam lugares políticos, distribuídos por seus falantes. Do mesmo modo, a presença do Espanhol significa a pluralidade dos modos de enunciar nesse espaço e atribui sentido à Língua Portuguesa, pois esta se significa historicamente também pelo contato com a primeira.

Por outro lado, o jornal, enquanto espaço de enunciar de línguas e falantes que circulam no território fronteiriço, apresenta-se como um lugar do dizer e significar da relação do sujeito com a própria fronteira materializada na língua. O sujeito está constituído pela fronteira e pelos sentidos que esta mobiliza, enunciando-os nas línguas de sua enunciação. O jornal é este espaço onde funcionam enunciativamente línguas nas suas diversas textualidades, nas quais estão significadas as relações dos sujeitos com as línguas. Espaço este de emergência de sentidos que se temporalizam, constroem redes de significação, passando a constituir o próprio 'território fronteiriço'.

Com esse trabalho, esperamos trazer novos aportes para os estudos

fronteiriços do ponto de vista da Linguística, no recorte da Semântica da Enunciação, e contribuir para escrever uma história da sociedade fronteiriça do sul do Brasil, a partir do modo como se organizam, distribuem-se e relacionam-se as línguas, quando tomadas pelos sujeitos que as praticam e que as significam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Gustavo de S. Faixa de fronteira do Brasil: o aparente conflito entre segurança e desenvolvimento. Disponível em: <[http://www.eceme.ensino.eb.br/portallcee/index.php?option=com\\_content&task=view&id=36&Itemid=37](http://www.eceme.ensino.eb.br/portallcee/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=37)>. Acesso em: 11 abr. 2009.

Administración Nacional de Educación Pública (ANEP). Consejo Directivo Central. **Documentos de la Comisión de Políticas Lingüísticas en la Educación Pública**. Montevideo: ANEP, 2008.

ALBORNOZ, Vera do P.L. Fronteira Gaúcha: Santana do Livramento. **Caderno de História: Memorial do Rio Grande do Sul**. Secretaria de Estado da Cultura – Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 36, 2005. 40p.

ALVAREZ, Isaphi M.J. **Falar apaisanado: uma forma de designar as línguas na fronteira**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Letras. Santa Maria: UFSM, 2008.

AMIGUES, Fernando A. La utopía de la democracia en Uruguay: entre la nostalgia del pasado y el desmentido de la historia. In: **América Latina Hoy**, nº 47. Espanha, Salamanca: 2007. p. 87-89. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/308/30804706.pdf>> Acesso em: 29 mai. 2009.

Associação Nacional de Jornais (ANJ). **Imprensa Brasileira - dois séculos de história**. Disponível em: [http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-empdf/Imprensa Brasileira dois seculos de historia.pdf](http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-empdf/Imprensa_Brasileira_dois_seculos_de_historia.pdf). Acesso em: 13 dez. 2009.

BARRIOS, Graciela; GABBIANI, Beatriz; BEHARES, Luis E. Planificación y políticas lingüísticas en Uruguay. In: **Iztapalapa**. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades. Políticas del Lenguaje en América Latina. Jan-Jun. Universidad Autónoma Metropolitana, ano 13, nº 29, 1993.

BARRIOS, Graciela. Planificación Lingüística y MERCOSUR: el caso uruguayo. Apresentado no “**Seminário sobre Educação em Área de Fronteira. Formação dos formadores**”, 20 a 22 de novembro, UFSM, Santa Maria, RS, 1995.

BEHARES, Luis E. Diglosia en la sociedad escolar de la frontera uruguaya con Brasil: matriz social del bilingüismo. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos** 6, 1984. p.228-224.

\_\_\_\_\_, Luis E. Historia y discurso sobre educación en zonas de frontera. In: **Fronteiras, Educação, Integração**. TRINDADE, Aldema e BEHARES, Luis. E.(Orgs.). Santa Maria: Palotti, 1996. 248p.

\_\_\_\_\_, Luis E. **Planificación lingüística y educación en la frontera uruguaya con Brasil**. Montevideo: Instituto Interamericano del Niño, OEA, 1986 (reimpressão).

BENTANCOR, Gladys T. Las fronteras en un contexto de cambios: la vida cotidiana en ciudades gemelas-Rivera (Uruguay) y Sant’Ana do Livramento (Brasil).In: **Ateliê Geográfico**. Revista Eletrônica. v.2, nº 3, 2008. Disponível em:<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/viewFile/3897/3581>>. Acesso em: 05 set. 2008.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de lingüística geral II**. Campinas, Pontes, Editora da UNICAMP, 1989, p.81-90.

BERTOLOTI, Virginia; CAVIGLIA, Serrana; COLL, Magdalena; FERNÁNDEZ, Marianela. **Documentos para la historia del portugués en el Uruguay**. Montevidéo: UDELAR, 2005. 262p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 05 abr. 2009.

BROVETTO, Claudia. Lenguas propias y lenguas extranjeras en el sistema público uruguayo. Una propuesta de educación bilingüe. In: **Políticas e Identidades Lingüísticas en el Cono Sur**. BARRIOS, Graciela e BEHARES, Luis E. (orgs.). Universidad de la República. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. AUGM. Montevideo: FHCE, 2006.

CAGGIANI, Ivo. **Sant’Ana do Livramento: 150 anos de historia**. Santana do Livramento: Ed. do Museu Folha Popular e ASPES, v.1, 1983.

CAMBLONG, Ana. Allá Ité. In: Jornal **La nación**, suplemento Zona. Buenos Aires, 2006.

CARBONELL, Miguel. Apresentação: ¿Se justifican las fronteras en el siglo XXI? In: KIMLYCKA, Will. **Fronteras territoriales**. Tradução de Karla Pérez Portilla. Madrid: Editorial Trotta, 2006, p.9-30.

CERVO, Amado L.; RAPOPORT, Mario(orgs.). **História do Cone Sul. América Latina**. Brasília/Rio de Janeiro: Ed. da UNB/Revan, 1998. 334p.

CHASTEEN, John C. **Fronteira Rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos**. Tradução: Rafael Augustos Sêga, Thelma Belmonte, Élvio Funck. Porto Alegre: Movimento, 2003. 226p.

CORRÊA, Roberto L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: **Território: globalização e fragmentação**. SANTOS, Milton, SOUZA, Maria A. et al (Orgs.). 5ª Ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2002. 332p.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: **O Dizer e o Dito** (diversos tradutores). Campinas, SP: Pontes, 1987.

ELIZAINCÍN, Adolfo; BEHARES, Luis H.; BARRIOS, Graciela. **Nós falemo brasileiro. Dialectos portugueses en Uruguay**. Montevidéo: Editorial Amesur, 1987.

ELIZAINCÍN, Adolfo. As pesquisas nas áreas de fronteira: Brasil/Uruguai. Histórico. In: **Fronteiras, Educação, Integração**. TRINDADE, Aldema e BEHARES, Luis. E.(Orgs.). Santa Maria: Palotti, 1996. 248p.

ELIZAINCÍN Adolfo; BEHARES, Luis. Variabilidad morfosintáctica de los dialectos portugueses del Uruguay. **Boletín de Filología de la Universidad de Chile XXXI**, 1, Santiago de Chile, 1981. p. 401-417.

FERNANDES, Ivani C. S.; STURZA, Eliana R. A Fronteira como Novo Lugar de Representação do Espanhol no Brasil (2007). p.207-228. In: **Signo & Señá**, nº 20. El español en Brasil. Investigación, enseñanza, políticas. FANJÚL, Adrián Pablo e CELADA, María Teresa(coord.). ISSN: 0327-8956. Universidad de Buenos Aires: Instituto de Lingüística, janeiro de 2009. 288p.

FERTIG, André. A oposição federalista na Primeira República no Rio Grande do Sul através do jornal "O Maragato". In: **Estudios Históricas**, nº 1. Revista do Centro de Documentación Histórica del Río de la Plata. Maio, 2009. Disponível em: [http://www.estudioshistoricos.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1:edicion-1&catid=3:archivo&Itemid=12](http://www.estudioshistoricos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1:edicion-1&catid=3:archivo&Itemid=12) Acesso em: 28 nov. 2009.

GEIGER, Pedro P. Des-territorialização e espacialização. In: **Território: globalização e fragmentação**. SANTOS, Milton, SOUZA, Maria A. et al (Orgs.). 5ª Ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2002. 332p.

GUIMARÃES, Eduardo J. Civilização na Linguística Brasileira no Século XX. In: **Matraga**, 16. Rio de Janeiro: Caetés/UERJ, 2004.

\_\_\_\_\_, Eduardo J. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005. 2ª Ed.

\_\_\_\_\_, Eduardo J. Política de Línguas na Linguística Brasileira. Da Abertura dos Cursos de Letras ao Estruturalismo. In: **Política Linguística no Brasil**. Orlandi, E. P. (Org.) Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: **etc... Espaço, tempo e crítica**. Revista eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. 15 de agosto de 2007, nº 2, v.1. Disponível em: [www.ufff.br/etc](http://www.ufff.br/etc). Acesso em 20 mar 2009.

HENSEY, Frederik G. **The Sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan Border**. Tese de Doutorado. Paris:Mouton/The Haugen,1972.

KIMLYCKA, Will. **Fronteras territoriales**. Tradução de Karla Pérez Portilla. Madrid: Editorial Trotta, 2006.

MACHADO, Lia O. Cidades e regiões de Fronteira. Encontro Regional Impulsionando agendas de desarrollo e integración en Zonas de Frontera. Dept.Geografia, UFRJ / CNPq. Santa Cruz de la Sierra, agosto 2008.

MARTIN, André R. **Fronteiras e nações**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a Geografia)

MILÁN, José G.; SAWARIS, Gerri; WELTER, Milton L. El camino recorrido: Lingüistas y Educadores en la Frontera Brasil Uruguay. In: **Fronteiras, Educação, Integração**. TRINDADE, Aldema e BEHARES, Luis. E.(Orgs.). Santa Maria: Palotti, 1996. 248p.

MÜLLER, Karla. **Mídia e Fronteira**. Publicação *on line*, 2002. Disponível em <<http://www.midiaefronteira.com.br/index.htm>>. Acesso em 01 jun 2009.

NAVARRETE, Margarita. **Región fronteriza uruguayo-brasilera. Laboratorio social para la integración regional: cooperación e integración transfronteriza**.



Universidad de la República. Facultad de Ciencias Sociales. Diploma en Estudios Internacionales e Integración. Montevideo, 2006. 69p.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma crítica à Afirmação do Óbvio**. 3ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Rádio de fronteira: da cultura local ao espaço global**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em comunicação e informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. 187p.

RAUSCH, Fábio Flores; HOHLFELDT, Antonio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização. Anais do **XXIX Congresso Brasileiro da Comunicação – INTERCOM**. Brasília, 2006. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/busca.html?query=A+imprensa+su-l-rio-grandense>. Acesso em: 01 dez. 2009.

RECKZIEGEL, Ana L. G. B. As bipolarizações políticas no Rio Grande do Sul e no Uruguai (1893-1904): um caso sui generis de diplomacia marginal. In: **Anais do Simpósio O cone sul no contexto internacional**. p.47-59. (Orgs.) BRONCATO, Sandra Maria Lubisco e MENEZES, Albene Miriam. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995. 253p.

\_\_\_\_\_, Ana L. S. O micro e o macro: a região nas relações internacionais. p. 45-51. In: Kern, Álvaro et al (Orgs.). In: **Sociedades Ibero-Americanas: reflexões e pesquisas recentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 396p.

REICHEL, Heloísa J. Personagens Fronteiriços em tempos de guerra: A Região Platina (1811-1820). p. 281-299. In: Gutiérrez, Horacio; Naxara, Márcia R. C. e Lopes, Maria A. de S. (Orgs.). **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. Franca: UNESP, São Paulo: Olho D'água, 2003. 300p.

RONA, José Pedro. **El dialecto Fronterizo Del Norte Del Uruguay**. Montevideu: Librería Adolfo Linardi, 1965.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **Território: globalização e fragmentação**. SANTOS, Milton, SOUZA, Maria A. et al (Orgs.). 5ª Ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2002. 332p.

SCHÄFFER, Neiva O. A especificidade funcional da urbanização na fronteira meridional do estado. p. 33-41. In: Reckziegel, Ana L. S. e Félix, Loiva O. (Orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. 200p.

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa do Brasil**. 4ª ed. com capítulo inédito. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2004. 501 p.

SOUZA, Maria A. A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: **Território: globalização e fragmentação**. SANTOS, Milton, SOUZA, Maria A. et al (Orgs.). 5ª Ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2002. 332p.

SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício P. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. p.121-145. In: Grijó, Luiz A.; Kuhn, Fábio; Guazelli, César A. B. e Neumann, Eduardo dos S. **Capítulos da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 398p.

STURZA, Eliana R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. **Ciência e Cultura**: 2. v. 57, abril/maio/junho. p.47-50, 2004.

\_\_\_\_\_, Eliana. R. **Línguas de Fronteira e Política de Línguas**. Uma História das Idéias Linguísticas. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_, Eliana R. Mi Casa, Su Casa. In: **Discutindo Língua Portuguesa**, São Paulo - Brasil, p. 42 - 47, 05 jun. 2007.

\_\_\_\_\_, Eliana R. Linha Imaginária. In: **Discutindo Língua Portuguesa**, São Paulo - Brasil, p. 54 - 57, julho. 2008a.

\_\_\_\_\_, Eliana R. Fronteira Brasil-Argentina: circulação, representação e política linguística no início do Século XX. Texto apresentado no **XV Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina – ALFAL**. Proyecto Políticas del Lenguaje en América Latina. Montevideu: 2008b.

VILLAÇA, Flávio. A delimitação territorial do processo urbano. 1997. Disponível em: [www.flaviovillaca.arq.br/pdf/intra497.pdf](http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/intra497.pdf). Acesso em: 05 nov. 2009.

ZAMBRANO, Carlos V. 2001. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. **Boletim Goiano de Geografia** 21(1): 9-49. jan.-jul.